

## INTRODUÇÃO

Uma língua é a marca mais fiel da identidade de um povo, assim, utilizando as palavras da canção de Caetano Veloso, pode-se dizer que “minha pátria é minha língua”, pois é a língua que dá a noção de nacionalidade, de cidadania, de patriotismo, é a língua que identifica que permite a ideia de coletividade, de que se faz parte de um grupo, de uma sociedade, que se reconhecem como membros de uma mesma comunidade, de uma nação. Por isso mesmo, observar, estudar a língua de um povo é muito mais que verificar regras gramaticais normativas, estudar a língua de um povo é examinar além das questões linguísticas, é buscar associar a língua ao povo que a fala, que nela imprimiu sua cultura, seus costumes, suas crenças, seus sentimentos. Portanto, é possível dizer que estudar a língua de um povo é estudar sua alma.

Assim, alma do povo brasileiro é o português falado no Brasil, o Português Brasileiro, língua majoritariamente aqui falada, é rica na diversidade linguística e isso é expresso, a todo o momento, na fala dos diferentes grupos e regiões. Apesar disso, a sua normatização não está em consonância com realidade linguística do país. Um exemplo disso é o fenômeno da concordância verbal ou a sua ausência, que é a principal ou, talvez, a mais nítida expressão de que o falante não utiliza a variedade prescrita na tradição gramatical, principalmente para aqueles falantes que fazem parte das classes sociais mais baixas, o que, automaticamente, gera o preconceito social e, logicamente, promove também o preconceito linguístico.

O estudo da variação da concordância verbal é amplamente estudado nas diversas variedades do português falado no Brasil buscando compreender a origem dessa variação, ou seja, se esse fenômeno linguístico é o resultado de uma deriva secular já pré-figurada na língua, ocorrendo, assim, a perda da concordância como defendem Naro e Scherrer (1993, 2010), ou se é possível compreender a ocorrência de tal variação graças crioulização e uma posterior descriolização como se posicionou Guy (1981) ou, ainda, se ocorreu uma Transmissão Linguística Irregular da língua dos colonizadores para os descendentes dos escravos, e que, mais tarde, com a melhoria dos meios de comunicação, universalização da escola, esteja acontecendo à aquisição da aplicação da regra de concordância, como defendem

Baxter e Lucchesi (1997), Lucchesi (1994, 1996, 1998a, 1999, 2000), e como se posiciona esta pesquisa.

Quanto à escolha dessas comunidades, baseou-se na ideia de que, apesar do fenômeno estudado ser percebido em todas as variedades do português falado no Brasil, cada comunidade é única, com sua própria história e relações sociais que propiciam diferenças no uso da língua, incluindo a aplicação da regra de concordância verbal. Então, pretende-se analisar o referido fenômeno linguístico entre indivíduos que nasceram no município de Cachoeira, cidade essa que teve, no passado, uma grande importância para o Estado e que, além de abrigar a elite branca, abrigou também uma grande quantidade de índios e de negros escravos.

Desse modo, procurando observar o comportamento do falante frente ao uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural nesse município baiano, na sua Sede, zona urbana, e no Povoado do Saco, que faz parte da sua zona rural, propôs-se a realização do presente estudo, com o intuito de verificar se os resultados descritos sobre a concordância verbal em diversos estudos linguísticos também se verificam nessas comunidades, ou se ocorre alguma diferença na realização da concordância verbal em relação às demais variedades do Português Brasileiro.

Vale ressaltar que o presente trabalho está dividido em: **1 - Introdução; 2 - O Português Brasileiro; 3 - A Concordância Verbal na terceira pessoa do plural no Português Brasileiro; 4 - Enquadramento Teórico Metodológico; 5 - Análise Quantitativa da variação na Concordância Verbal junto a terceira pessoa do plural no Português Popular da cidade de Cachoeira; 6 - Considerações Finais e 7 - Referências.**

No segundo capítulo desta tese, *O Português Brasileiro*, será apresentado, de início, um panorama da história sociolinguística do Brasil, mostrando, mais adiante, a importância e a necessidade de se compreender que o Português Brasileiro é bipolarizado, propiciando, assim, um melhor entendimento da norma popular brasileira. Ainda nesse capítulo, será contado um pouco da sócio-história de Cachoeira.

O terceiro capítulo, destinado à *Concordância Verbal na terceira pessoa do plural no Português Brasileiro*, abordar-se-á: *A visão normativista, As análises descritivas e A abordagem variacionista*, em que se observará vários trabalhos variacionistas que analisam o

fenômeno da concordância verbal na terceira pessoa do plural em diferentes variedades do Português Brasileiro.

No *Enquadramento Teórico Metodológico*, serão mostrados os pressupostos teóricos da Sociolinguística Quantitativa, em cuja base teórica e metodológica está ancorado o presente estudo. Além disso, serão apresentadas as variáveis linguísticas que servirão de base para o estudo do fenômeno linguístico.

No quinto capítulo, intitulado *Análise Quantitativa da variação na Concordância Verbal junto a terceira pessoa do plural no Português Popular da cidade de Cachoeira*, pretende-se descrever o fenômeno como acontece na Sede e no Povoado do Saco, zona rural do município de Cachoeira, assim como expor as interpretações feitas dos resultados, a partir da quantificação realizada pelo pacote de programas GOLDVARB.

E, nas *Considerações finais* deste estudo, buscar-se-á fazer uma caracterização da produção de uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural no município de Cachoeira-BA, além de se fazer uma comparação com outros estudos variacionistas realizados em diversas variedades do português falado no Brasil.

## 2 O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Neste capítulo, com o propósito de se retratar o perfil sociolinguístico brasileiro, será apresentado um panorama da história sociolinguística do Brasil, além de mostrar a ideia sobre a bipolarização sociolinguística que caracteriza o Português Brasileiro. Também será exposta, neste capítulo, a constituição histórica, social e linguística da cidade baiana de Cachoeira, cuja fala popular será analisada nesta pesquisa. Ainda serão apresentados dados do Povoado do Saco, zona rural desse município, que também terá sua fala popular analisada.

### 2.1 PANORAMA DA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL

Há mais de quinhentos anos, na época da chegada dos portugueses, muitos e diferentes povos indígenas já habitavam o Brasil e falavam suas próprias línguas, cerca de 1.125, o que mostra que desde aquele tempo já não havia uma unidade linguística no Brasil, como muitas vezes se pensa.

Rodrigues (2000, p. 543) ressalta que os portugueses que vieram morar no Brasil, na sua grande maioria, eram homens desacompanhados de mulheres, e, por isso, passaram a conviver com mulheres indígenas e a ter filhos mestiços, os chamados *mamelucos*, o que não agradava à Igreja nem ao Estado. Essa situação se intensificou nos séculos XVI e XVII, porém, na área mais próxima do centro administrativo, que era Salvador, tal fato não ocorria, pois, nessa região, o número de mulheres entre os colonizadores era maior, uma vez que eram enviadas, de Portugal, em grande quantidade, órfãs para que casassem com os portugueses. Então, pode-se dizer que a língua portuguesa se restringia a essas áreas.

Nas outras áreas, onde a miscigenação foi mais forte, os mestiços normalmente adquiriam a língua da mãe, para depois aprender, também, a língua do pai. Com o desaparecimento dos índios “puros”, a língua tupi foi-se alterando e passou a ser chamada de *língua geral* ou *nheengatu* (que significa ‘língua boa’). Essa língua foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena. A língua geral também era utilizada pelos jesuítas para catequizar os índios e, assim, facilitar a conversão do gentio, tendo até sido escrita uma gramática dessa língua geral pelo Pe. Anchieta. Durante muito tempo o português e a língua geral viveram lado a lado. Observem o que diz Teyssier, citando o Pe. Vieira:

Em 1694, dizia Pe. Vieira que ‘as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola’. [...]. (TEYSSIER, 1997, 94-95).

Hoje é possível encontrar, aproximadamente 180 línguas indígenas faladas no Brasil e, segundo Lucchesi (2012, p. 51), em sua grande maioria em vias de extinção, contando apenas com algumas poucas dezenas de falantes idosos. Deve-se lembrar que a diminuição da quantidade de línguas indígenas se deve graças ao desaparecimento dos povos que as falavam, em consequência: 1) das campanhas de extermínio ou de caça para servirem de escravos, movidas pelos europeus, por seus descendentes e prepostos; 2) das epidemias de doenças contagiosas trazidas pelos colonizadores; 3) pela redução progressiva de seus territórios de caça, plantio (seus meios de subsistência); 4) pela assimilação forçada ou induzida aos costumes dos brancos. Vale lembrar que aconteceu em maior número o desaparecimento de línguas indígenas nas regiões em que a colonização se processou há mais tempo.

Apesar da diminuição da presença indígena, como consequência do contato linguístico, a língua portuguesa, falada pelos colonos, ficou fortemente marcada pelo vocabulário da língua dos índios, já que a maior parte da nomenclatura para as coisas próprias do Brasil, então, completamente desconhecidas na Europa, era designada nas línguas

indígenas, tais como: espécimes da flora (*abacaxi, jacarandá, aipim* etc.), espécimes da fauna (*capivara, paca, jacaré* etc.), objetos, comidas, mitologia, moléstias, fenômenos naturais (*curau, saci, cuca, catapora, pororoca* etc.), expressões (*chorar pitanga, andar na pindaíba, estar de tocaia* etc.). Essas línguas também influenciaram a toponímia (por exemplo, *Abaeté, Jequié, Murutuba* etc.) e a antroponímia (por exemplo, *Araci, Jacira, Iara* etc.).

A língua geral entra em decadência, e, entre as razões que contribuíram para isso, destacam-se a criação do Diretório dos Índios pelo Marquês de Pombal e a chegada de numerosos imigrantes portugueses. O Diretório dos Índios era um conjunto de normas que determinavam, entre outras coisas, a proibição do uso da língua geral e obrigava o uso da língua portuguesa, além disso, expulsou do Brasil os principais protetores da língua brasílica, os jesuítas. Assim, pelo desuso, a língua geral perde *status* de língua comum, reduzindo-se apenas a certo número de palavras incorporadas ao léxico do português falado no Brasil e a muitos topônimos<sup>1</sup>.

Como os índios não se sujeitaram ao trabalho forçado, e, além disso, os jesuítas faziam campanhas contra a escravidão indígena, os donos de engenhos de cana-de-açúcar buscaram outra fonte de mão de obra escrava para atender às necessidades. A nova força de trabalho escravo vinha da África, de onde os africanos eram sequestrados e transportados para as colônias. A presença dos escravos negros foi significativa, principalmente, nas regiões em que se concentravam as plantações de cana, algodão e fumo, principalmente, na Bahia e em Pernambuco. Segundo Lucchesi (2000, p. 46), a cultura do fumo teve um papel importante durante a escravidão, pois servia como elemento de troca no comércio de escravos. Essa cultura se desenvolveu predominantemente na Bahia, na região da cidade de Cachoeira.

Estima-se que no período da escravidão cerca de quatro milhões de africanos foram trazidos para o Brasil. Esses escravos que aqui chegavam falavam suas línguas nativas e vinham de diversas regiões da África, logicamente, vinham mais escravos dos lugares em que os portugueses controlavam as rotas, ou seja, as que passavam pelo Golfo de Guiné, e pela costa de Angola. Do Golfo de Guiné, vinham falantes de línguas da família kwa: principalmente o ewe (aqui denominado jeje) e o iorubá (aqui denominado nagô). De Angola,

---

<sup>1</sup> Cf. Chaves de Melo (1981, p. 43): “Um ponto em que todos estão de acordo é afirmar que imensa foi a contribuição do tupi ao vocabulário da língua portuguesa americana. Se levamos em conta a toponímia, talvez orcem por 10.000 os vocábulos que ao português advieram da principal fonte indígena, o que constitui valiosíssimo legado.”

vinham falantes de línguas da família banto: principalmente, o quicongo, o quimbundo e o umbundo.

Vale dizer, ainda, que os escravos eram classificados em *ladinos* ou *boçais*. Os ladinos tinham certo conhecimento da língua portuguesa e, por terem tal conhecimento, gozavam de alguns privilégios. Segundo Silva Neto (1963 [1951], p. 39), os escravos ladinos já falavam um dialeto crioulo-português desde quando viviam na costa da África. Já os boçais não conheciam a língua portuguesa. Com o aumento da necessidade de manter a comunicação e a busca da ascensão social, a língua portuguesa foi se tornando a segunda língua dos africanos, pois era a língua de prestígio, a língua dos dominantes. Assim, cada vez mais, buscava-se a proficiência na nova língua.

Contudo, é preciso que se diga que a aquisição da segunda língua se processou de forma deficiente, posto que os escravos, na sua grande maioria, tinham pouco contato com os falantes nativos do português e, conseqüentemente, poucos acessos aos modelos da língua alvo:

A massa escrava sucessivamente para aqui trazida, desde a quarta década do século XVI até avançando o XIX, mesmo com a extinção do tráfico oficial em 1830, com suas 200/300 línguas, teve de aprender a língua dos senhores, a partir de situações precárias de exposição à língua-alvo, a portuguesa. (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 100).

Essa situação contribuiu para a aprendizagem de uma variante impregnada com as marcas de suas línguas maternas e com um elevado grau de simplificação. Nesse sentido, Chaves de Melo (1981, p. 74) ressalta que é possível perceber que as línguas africanas faladas pelos escravos que aqui chegaram influenciaram mais profundamente o português falado no Brasil que o tupi, pois, os negros viveram longamente em maior contato com o branco, falavam o idioma do branco, mesmo que simplificando a morfologia, alterando fonemas, reduzindo desinências etc:

Estabelecida no Brasil a população escrava, constituíram-se duas 'línguas gerais' dos negros, de acordo com a procedência destes: foi o 'nagô' ou 'ioruba' na Bahia e o 'quimbundo' nas outras regiões. O 'quimbundo' é mais importante não só linguisticamente – porque tem maior poder expressivo, bem como vocabulário mais rico, - senão também e principalmente porque foi muito mais empregado, por maior número de indivíduos e numa área geográfica muito mais considerável. Porém tanto o 'nagô' como o 'quimbundo' são línguas desprovidas de flexão. Este último faz a concordância por meio de prefixos especiais repetidos junto ao termo subordinado. Desse modo, natural seria que, adotando o português como segunda língua, imprimissem nele os africanos as marcas dos seus antigos hábito linguísticos, executando-o, não apenas como sotaque peculiar deformador, senão que também simplificando-lhe a morfologia como reduzir-lhe as flexões. (CHAVES DE MELO, 1981, p. 76).

Para esse autor, os filhos e netos dos africanos eram falantes de dialeto crioulo, tipo africano nagô ou quimbundo e que o mesmo aconteceu com os descendentes dos índios, surgindo um dialeto crioulo de tipo tupi, dialetos esses, possivelmente, segundo o autor, fundiram-se em alguns pontos do território nacional dando origem a um dialeto crioulo do tipo tupi-quimbundo. Mais tarde, tal dialeto se lusitanizou surgindo, então, o dialeto caipira.

A polêmica sobre a origem crioula do PB vem despertando o interesse de diversos autores há mais de um século. A prova disso é que, segundo Lucchesi (2000, p.24), já nos fins do século XIX, o filólogo português Adolfo Coelho procura demonstrar as semelhanças entre o PB e os crioulos de base portuguesa, sobretudo no que concerne a falta de concordância nominal e verbal.

Outros autores, como Mendonça (1933) e Raimundo (1933), como informa Lucchesi (2000, p. 98), atribuíram à influência das línguas africanas à motivação de praticamente todas as características que distinguem o português europeu (PE) do PB. Contrariamente, Silva Neto (1963 [1951]), Elia (1979), embora admitam a formação de crioulos e semicrioulos, através do contato de línguas, negam uma influência maior desse contato na constituição do PB, graças à ideia de que o colonizador branco era membro de um povo culturalmente superior. Para Câmara Jr. (1972, 1976), a influência das línguas africanas, na constituição do PB, resumia-se à aceleração de tendências prefiguradas no sistema linguístico do português, posição que já havia sido delineada por Silva Neto (1963 [1951]).



Segundo Guy (1981, 1989), o Português Popular Brasileiro (PPB) é resultante de um processo prévio de criouliização, iniciado de forma mais significativa a partir do século XVII, ao qual se seguiria um processo posterior de descriouliização, em função do prolongado contato do PPB com o português culto (PC). Discordando da posição de Guy (1981), Tarallo (1993) argumenta que os falantes do PB tendem, cada vez mais, a realizar o sujeito e apagar o objeto, enquanto que os falantes do PE, ao contrário, apagam o sujeito e realizam o objeto. Desse modo, estariam o PB e o PE se afastando, não ocorrendo, portanto, a descriouliização.

Naro e Scherre (1993) argumentam, resgatando a ideia de Câmara Jr.(1972), contrariamente à influência de processos prévios de criouliização, afirmando que não há registros históricos da estabilização de algum crioulo em solo brasileiro. E afirmam que as mudanças que afetaram a concordância nominal e verbal no Brasil teriam as suas origens, não na simplificação operada pelo contato entre línguas, mas em mudanças fonéticas iniciadas em Portugal, sob ação das forças de uma deriva secular (*cf.* seção 4.2.1).

Lucchesi (1994, 1996, 1998a, 1999, 2000) e Baxter e Lucchesi (1997) aproximam-se da posição de Guy (1981), mas fazem restrições à ideia de uma criouliização plena do PPB. Por outro lado, Lucchesi (2000) salienta que o processo sócio-histórico de constituição da realidade linguística brasileira é bipolarizado, ou seja, no polo das camadas médias e altas da sociedade brasileira, pode-se perceber, nos primeiros séculos de história do Brasil, um comportamento linguístico conservador de uma elite colonial. No polo das camadas populares ocorrem, desde os princípios da colonização, transformações linguísticas, decorrentes do contato, principalmente, entre as línguas africanas e o português. Esse contexto sociolinguístico, segundo Lucchesi (2000), propiciaria as condições, não para uma criouliização típica do português, mas para a ocorrência de processos de *Transmissão Linguística Irregular* mais leve (*cf.* seção 4.2.2).

Também sobre a questão do contato linguístico assim se manifesta Houaiss:

Parece, assim, muito provável que, independentemente, das tentativas de explicação por esta ou aquela via, dos fenômenos havidos no Brasil, houve, paralelamente, no Brasil pelo menos, a um tempo, uma tendência à crioulização e uma tendência ao incremento do português comum de base mais ou menos culturalizada. (HOUAISS, 1988, p.119).

Um aspecto relevante para entender a situação sociolinguística do Brasil atual, como afirmam Ilari e Basso (2009, p. 49), é a questão da formação do território nacional. O atual território brasileiro foi definido durante quatro séculos e se expandiu muito além do que tinha sido atribuído a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. Nessa expansão, novas regiões foram incorporadas graças, sobretudo, às Entradas e Bandeiras e aos grandes ciclos econômicos. Também contribuíram para a configuração do atual território brasileiro alguns acordos internacionais, como os que reconheceram: o domínio espanhol na região do Rio da Prata; a recuperação da independência do Uruguai e a incorporação do atual estado do Acre ao território brasileiro.

Os movimentos de exploração e colonização do período colonial espalharam pelo atual território brasileiro um sem-número de aldeias e vilas cujos nomes continham, tipicamente, referências à Coroa portuguesa, aos santos da Igreja Católica e à toponímia indígena (por exemplo: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, hoje Cuiabá, ou Forte do Príncipe da Beira). Embora esse processo tenha sido realizado em nome de Portugal, seus agentes não foram portugueses típicos. Nos movimentos de expansão territorial, e nos grandes ciclos econômicos que os motivaram, sempre foi preponderante a presença de índios, negros e mestiços, falantes de uma língua que não poderia ser o português lusitano, mas somente um português marcado por fortíssimas interferências das línguas indígenas e africanas. (ILARI e BASSO, 2009, p. 51).

Vale dizer que a partir do século XVIII alguns autores já relatam a percepção de traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil, principalmente em relação a pronúncia de alguns sons. Com a vinda de cerca de 15.000 portugueses juntamente com a família real portuguesa para o Brasil em 1808, o Rio de Janeiro se torna a capital do reino e ocorre a relusitanização da cidade.

Com a independência do Brasil em 1822, o sentimento de nacionalismo estava em alta, o que provocou a valorização de tudo que distinguisse o país da sua antiga metrópole. Então, buscavam-se as raízes indígenas e se acolhiam imigrantes de outros países europeus, como alemães, italianos, etc. Os descendentes desses imigrantes se integraram à sociedade brasileira. Essa tendência de valorização das distinções entre o Brasil e sua antiga metrópole também atingia as questões linguísticas, pois se buscava nos textos literários uma linguagem impregnada de termos genuinamente brasileiros. Nessa época, nascia a ideia de que no Brasil não se falava mais a língua portuguesa e sim, a língua brasileira. Mais tarde, a partir da Semana de Arte Moderna, em 1922, os escritores romperam com a tradição, com a linguagem que refletia os cânones gramaticais portugueses e passaram a usar um vocabulário popular, com construções de uso corrente pelos brasileiros, diferentemente do que se denomina de *norma padrão*, ou seja, aquela descrita na gramática normativa<sup>2</sup>.

Com o crescimento dos centros urbanos, o Brasil deixa de ser um país rural, a maioria de sua população concentra-se nas grandes cidades, de onde “se elabora, nos dias de hoje, a forma particular de português que é a língua do Brasil” (TEYSSIER, 1997, 97).

Mattos e Silva (2004a, p. 33) afirma que a demografia histórica e a escolarização no Brasil são dois aspectos essenciais para que se compreenda, explique e interprete a heterogeneidade dialetal que aqui se observa, tanto no que se refere, segundo a autora, à diversidade horizontal e vertical do PPB quanto no PC, aparentemente homogêneo, mas, vale dizer, que tal aparência já vem mudando, pois as pesquisas realizadas com falantes cultos mostram que o PC também se apresenta heterogêneo.

A autora chama a atenção para o fato de que as demografias históricas são sempre aproximativas e não apresentam quadros exatos como os recenseamentos atuais. Essa autora

---

<sup>2</sup> Cf. Bortoni-Ricardo (2005, p. 35): “Chamamos de língua oficial a descrita na gramática normativa. Do fato de se basear em escritores não contemporâneos resulta o seu distanciamento, em muitos pontos, da realidade linguística oral e literária no Brasil. Detentora, porém, do beneplácito do sistema sociopolítico, que a considera correta em detrimento de todas as outras variedades, impõe-se o seu emprego em documentos oficiais e formais, bem como o seu estudo na escola, onde o professor ensina, embora ele próprio não a use em sua fala coloquial.”

informa, ainda, que a primeira estimativa demográfica foi realizada pelo Pe. Anchieta em 1575, o qual verificou no Brasil uma população de 57.000 habitantes nas últimas décadas do século XVI. Nesse censo, a soma de índios e negros apresentou um total de 32.000 pessoas, ou seja, mais da metade da população. Então, fica claro que a população europeia era a minoria em terras brasileiras.

Mattos e Silva (2004a, p. 126) diz que, desde o período colonial (século XVI) até a época da Independência do Brasil (século XIX), predominam etnias não brancas. A população não branca atingia uma média de 70% contra 30% da etnia branca, que até a metade do século XIX era representada quase exclusivamente pelos portugueses e lusos descendentes. Os índios integrados, portanto, os contáveis, decresceram, no início da colonização de 50% para 2% na metade do século XIX. Já a população negra, entre os séculos XVII ao XIX, apresentava um percentual de 60% da população. Observem a Tabela 1:

**Tabela 1:** Demografia histórica do Brasil do século XVI até o século XIX.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991) *apud* Mattos e Silva (2004a, p. 101)

A partir dos dados observados, Mattos e Silva (2004a, p. 102) afirma que se admite serem os africanos e afro-descendentes fortes candidatos para a difusão do vernáculo ou português popular, que, como assinala a autora, é a variante sociolinguística mais generalizada no Brasil. A autora alerta para o fato de que o tráfico de escravos africanos no Brasil estava vinculado à demanda de mão de obra e, portanto, concentravam-se nas grandes

frentes de exploração econômica do processo colonial. Desse modo, o percurso da escravidão brasileira passa pelas lavouras canavieiras da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro; pela mineração de ouro, diamantes, em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás; pela lavoura de algodão no Maranhão; pelas charqueadas do Rio Grande do Sul. Vale dizer que, com a proibição do tráfico oficial, intensificou-se a migração interna de escravos o que, logicamente, permitia a difusão da língua por eles falada. Observem o que diz Pessoa de Castro sobre a migração escrava:

Finalmente, com a extinção do tráfico transatlântico para o Brasil, de 1853 a 1888, ano da abolição da escravatura no país, o tráfico interno foi intensificado, ou seja, escravos negros das plantações do Nordeste foram levados para outras, nas regiões do Sul e Sudeste (depois ocupadas por imigrantes europeus e asiáticos, calculados, hoje, em mais de sete milhões) e, em direção oposta, do Centro-Oeste para a floresta amazônica onde os povos indígenas são predominantes. Sabe-se, por exemplo, que a população escrava da Bahia passou de 500.000 para menos de 180.000 em 1894, com uma média anual, entre 1850-60, de 5.195 indivíduos exportados principalmente para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, que pagavam por eles qualquer preço, como ocorreu nas regiões de mineração durante o século XVIII. (PESSOA DE CASTRO, 2001, p. 64).

Ainda falando sobre a demografia histórica, não se pode deixar de salientar a presença de imigrantes europeus e asiáticos. Ilari e Basso (2009, p. 80) afirmam que chegaram ao Brasil a partir de 1820 e atingindo seu ápice de 1890 até 1930 quase quatro milhões de imigrantes, dentre esses, estavam, além de portugueses, principalmente, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, árabes, turcos. Também sobre os imigrantes que vieram para o Brasil Mattos e Silva assinala:

[...] Na sua grande maioria, esses novos componentes étnicos e linguísticos da sociedade brasileira vão se localizar de São Paulo para o Sul e, também na sua grande maioria, se integraram, no princípio, em propriedades rurais e como trabalhadores urbanos, inserindo-se nas camadas mais baixas da sociedade brasileira. Adquiriram eles também, no princípio, o português na oralidade e sem o controle normativo da escola. (MATTOS E SILVA, 2004a, p. 128-129).

Nessa linha de pensamento, Ilari e Basso (2009, p. 80) informam que, de início, o Estado brasileiro não encarou como problema o fato de os filhos dos imigrantes nascidos aqui no Brasil terem como língua vernácula a língua de seus pais e a prevalência dessas nas comunidades em que viviam. Muitos desses lugares evoluíram e formaram-se vilas e cidades, as quais recebiam nomes na língua dos imigrantes. Só mais tarde, em função da participação de imigrantes em revoltas e a Segunda Guerra Mundial é que o Estado passa a adotar medidas para limitar o uso de línguas estrangeiras no território brasileiro, tendo, inclusive, proibido que se alfabetizasse em outra língua que não fosse o português. Também várias cidades fundadas e nomeadas em línguas de imigrantes foram rebatizadas com nomes da língua portuguesa.

Os autores assinalam que da convivência do PB com as línguas dos imigrantes europeus e asiáticos permitiu-se a incorporação de vocábulos provenientes dessas línguas que hoje já estão correntes no português falado no Brasil, porém, salientam os autores, que tais influências exercidas são quase nulas na sintaxe e na morfologia. Observem o que dizem os autores:

Abundantes no vocabulário do português brasileiro, as influências das línguas dos imigrantes são quase nulas na morfologia, e na sintaxe, e isso tem uma explicação fácil de adivinhar: quando as línguas dos imigrantes europeus chegaram aqui, o português do Brasil já era uma língua muito **estandardizada** e **gramatizada**. (ILARI e BASSO, 2009, p. 82). (grifos dos autores).

Quanto à questão da escolarização, Mattos e Silva (2004a, p. 99) diz que o PC sofreu a difusão a partir da escolarização mais alta e liga-se mais ao PE, sendo mais europeizado. Apesar disso, é preciso ressaltar que, como afirma Bagno (2003, p. 96), a história da Educação no Brasil é mais um fator que explica por que é muito restrita a apropriação da norma-padrão. Isto pode ser entendido levando-se em conta, por exemplo, que somente em 1827 é fundada a Faculdade de Direito de São Paulo, primeira instituição superior no Brasil. Esse autor salienta, ainda, que se se comparar as colonizações portuguesas e espanholas se verá que na América espanhola em 1538 já se tinha implantada a Universidade de Santo

Domingo, e no final da colonização espanhola, contava-se com vinte e três universidades. Além disso, destaca ainda esse autor, que somente em 1808 tem início a indústria gráfica no Brasil, que se transformaria numa indústria editorial quase um século e meio depois.

Como se sabe, desde o início da colonização até a sua expulsão, pela Lei do Diretório dos Índios, foram os jesuítas os educadores no Brasil. Houaiss (1988, p. 147) diz que a escolarização não jesuítica se fez a partir dos meados do século XVIII em uma mínima parte da população. Somente os filhos das famílias mais ricas iam estudar nas universidades de Portugal.

O ensino das primeiras letras foi precário até adentro do século XX, até 1920. A tradição literária, isso não bastante, oferece obras de ficção e poesia exemplares quanto ao cuidado com que se acompanhavam os estudos das crianças e jovens. Mas trata-se de uma tradição criada pelos próprios escritores. Se se parte da muito provável hipótese de que, por 1800, os letrados (isto é, literatados) no Brasil seriam 0,5% da população e se chega a 1920 com 20-30%, vê-se que o seu número absoluto aumentou continuamente, pelo aumento do percentual e da população (3,5-4 milhões a 25-30 milhões). (HOUAISS, 1988, p. 148).

As taxas de analfabetismo no Brasil têm caído nas últimas décadas, porém os índices ainda são altos se comparados a países desenvolvidos. E os índices ficam mais elevados ainda se forem observados, por exemplo, os dados da região Nordeste, na qual, segundo os dados colhidos do Censo de 2010, o percentual de analfabetos chega a 28% nas cidades com até 50 mil habitantes. Vale salientar que nessas cidades a proporção de idosos analfabetos é de 60%, entre os jovens de 15 a 24 anos tem-se um percentual de 4,9%, quase o dobro do percentual nacional que é de 2,5%. Observem a Tabela 02 que demonstra a diminuição do índice de analfabetismo nas últimas décadas, apesar de o percentual ainda ser alto se se comparar com os índices obtidos nos países desenvolvidos.

**Tabela 02:** Taxa de analfabetismo a partir de 15 anos

ANO	ANALFABETOS	% ANALFABETOS
1950	15.272.000	50,6%
1960	15.964.000	39,7%
1970	18.100.000	33,7%
1980	19.356.000	25,9%
1990	17.733.000	18,4%
2000	16.294.889	13,63%
2010	13.933.173	9,6%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2010.

Por outro lado, com base nos dados da Tabela 02, é possível inferir que é crescente o contato de um maior número de falantes com a norma culta, o que vem corroborar com o postulado por Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006) quanto à questão da bipolarização do português brasileiro. (*cf.* seção 2.2).

Diante de tudo que foi exposto, é inegável que o contato linguístico no Brasil aconteceu desde o primeiro momento em que os componentes da esquadra de Cabral aqui chegaram, e, desse momento em diante, iniciou-se uma troca linguística incessante entre os colonizadores europeus, os povos indígenas e os povos que aqui chegaram posteriormente. Dessa troca de influência linguística, formou-se o PB falado. Porém, deve-se ressaltar que, dentre todos os povos vindos para o Brasil, destacam-se os africanos. Eles vieram em grande quantidade, tendo o número de seus membros superado o de brancos e índios, portanto, é natural que tenham uma influência significativa na constituição do PB falado, produzindo, assim, inovações, as quais se impregnaram na língua e que hoje já se incorporaram ao falar do povo, faltando apenas que, muitas delas, sejam aceitas como padrão.



## 2.2 A BIPOLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO BRASIL E A NORMA POPULAR BRASILEIRA

A ideia da bipolarização do PB foi esboçada por Silva Neto (1963 [1951], p. 88-89), porém foi Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006) quem buscou lançar as bases teóricas e empíricas para uma concepção bipolarizada da história sociolinguística do Brasil. Esse autor chama a atenção para o fato de que enquanto a elite da sociedade, que era a minoria, encontrava-se nos centros urbanos e que buscava conservar a língua vinda de Portugal, o outro grupo de falantes, a maioria da população, que era composta de negros escravizados e índios aculturados, adquiriram o português de maneira precária. E essa segunda língua, falada de forma defectiva, foi se tornando língua materna dos seus descendentes. Desse modo, a língua por eles falada apresentava profundas alterações na gramática da língua portuguesa assim adquirida, socializada e nativizada, caracterizando o processo de Transmissão Linguística Irregular (*cf.* seção 4.4.2). Para Lucchesi, o processo da formação do PB faz surgir as suas duas grandes normas: a culta e a popular. A primeira é proveniente do uso linguístico de uma elite escolarizada, e a segunda, emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de educação formal e dos demais direitos da cidadania.

Lucchesi (2002) informa que, no Brasil colonial, de um lado se tem os pequenos centros urbanos, onde se situavam os órgãos da administração colonial, sob forte influência cultural e linguística de Portugal. Os portugueses que ali moravam eram bastante zelosos dos valores europeus, logicamente, queriam preservar os modelos de cultura e de língua vindos da Metrópole, o que levaria ao “significativo testemunho do cronista Pero de Magalhães Gândavo, que, em 1618, define o Brasil como “academia onde se aprendia o bom falar” (SILVA NETO, 1963 [1951], p. 76 *apud* LUCCHESI, 2006, p. 9). Dessa busca de conservação da língua, surge à variedade culta, que somente a partir de 1822, com a declaração da Independência do país, começa a ser questionada, pois, nessa época, apresentam-se as manifestações de nacionalismo que defendem a ideia de que no Brasil se fala uma língua distinta do português. Vale dizer que ainda hoje a ampla maioria das gramáticas escolares traz a normatização baseada num padrão europeu, distante do uso dos

brasileiros, até mesmo daqueles que são considerados como falantes cultos, o que reforça a ideia equivocada de que os brasileiros não sabem o português.

Bagno (2011, p. 193) chama a atenção para o fato de que as variações linguísticas que surgem das camadas mais baixas da população são as mais fortemente rejeitadas pelos falantes das classes mais altas, justamente por que tais usos identificam os cidadãos menos favorecidos socialmente. Esse autor salienta, ainda, que as mudanças linguísticas ocasionadas pelos falantes das camadas mais baixas provocam mudanças mais radicais, o que causa maior rejeição por parte dos falantes de classes sociais mais superiores. Como exemplo dessas inovações, é possível citar: a rotacização nos encontros consonantais com [l] (placa > praca), a redução do paradigma verbal de seis para duas formas (*eu canto / tu-você(s)-ele(s)-nós canta*) etc. A respeito dessas inovações, Lucchesi assim se pronuncia:

Historicamente, essas características mais notáveis da fala popular resultam de processos de mudança induzidos pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas, ocorridos nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira. Portanto, essas marcas nada mais são do que o reflexo linguístico do caráter pluri-étnico do Brasil, de modo que o preconceito que sobre elas se manifesta pode ser visto como a expressão mais clara do *racismo* no plano da língua. Hoje, no Brasil, o racismo é tipificado como crime inafiançável pelo Código Penal, porém ele continua impune quando seu alvo é fala, que pode ser definida como “a segunda pele do indivíduo”. (LUCCHESI, 2012, p. 6).

Assim, Bagno (2011, p. 248) ressalta que a separação entre a norma culta e a norma popular por um longo período da história do Brasil podia ser traçada em termos de cidade *versus* campo, porém com a rápida urbanização do país a partir dos anos 60 do século XX, a diferenciação entre o culto e o popular passou a ser percebida pelas diferenças sociais, ou seja, as camadas mais altas são detentoras de um falar mais elitista, mais próximo do preconizado pelo padrão gramatical, pois elas sempre tiveram acesso a uma maior escolarização, já as camadas menos favorecidas são as que detêm as falas mais estigmatizadas, isto é, as que não gozam de prestígio, são consideradas feias, estropiadas etc.

É bom que se diga que o processo de urbanização, a universalização da escola, a difusão maciça das tecnologias de comunicação, a ascensão da chamada nova classe média permitiram que os falantes da chamada norma popular fossem perdendo algumas particularidades dessa modalidade, aproximando-se da norma culta. Tal tipo de mudança tende a predominar nas comunidades rurais e nas periferias das cidades brasileiras; caracterizando, assim, o que Lucchesi (2000) chama de uma *mudança de baixo para cima*, com a difusão do padrão culto.

Por outro lado, no plano da fala das classes média e alta, ou seja, na norma culta, a independência política, em 1822, e os movimentos nacionalistas, que se desenvolveram desde então, acabaram por produzir algumas alterações em termos de valores linguísticos. Como anteriormente dito, sentiam-se a necessidade de se diferenciar de Portugal, essa necessidade atingiu, também, logicamente, as questões linguísticas, pois cresciam as ideias em defesa do falar brasileiro, libertado dos cânones europeizantes. Mais tarde, a libertação linguística ganhou corpo com o aumento das populações urbanas e com a Semana de Arte Moderna de 1922, que valorizou o falar popular, além da intensificação da comunicação em massa. Desse modo, conforme mostra Lucchesi (2000, p. 107), há uma mudança na norma culta, que tende a se afastar do padrão prescrito pelas gramáticas normativas, caracterizando uma *mudança de cima para baixo*.

Como é possível verificar, a estrutura social do Brasil explica a bipolarização do PB. Como visto, os falantes da norma culta atualmente tendem a se afastar do padrão prescritivo em direção a norma popular, enquanto que os falantes da norma popular tendem a se aproximar da norma culta, isso porque enquanto estes estão em busca de uma maior aproximação com as características da elite, em busca de ascensão social, aqueles, para não parecerem pernósticos, distantes do que fala o povo tendem a uma maior aproximação com o que se diz na camada popular.

### 2.3 CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Teyssier (1997, p. 97) diz que alguns estudiosos justificam a maior semelhança do “brasileiro” com o português meridional por uma predominância entre esses colonos de elementos originários do Sul de Portugal. Porém, esse autor afirma, ainda, que o povoamento europeu se fez a partir de todas as regiões de Portugal, o que derruba tal hipótese.

Muitos desses estudiosos afirmam que o português falado no Brasil é mais arcaizante do que o português europeu. Um exemplo do arcaísmo da pronúncia entre o PB e o PE, como informa Silva Neto (1963 [1951]), pode ser percebida ao se comparar a pronúncia do “e” como “a” fechado, antes de “ch, x, j e nh”, uma inovação lisboeta seria “sâja, fâcho, lânha, abâlha”. A pronúncia brasileira “sêja, fêcho, lênha, abêlha” com o “ê” fechado, reproduz a pronúncia dos colonizadores do século XVI. Outro exemplo que caracteriza fonologicamente o PB são as palatalizações de dentais seguidas de semivogal ou vogal anterior, (*/t̪/ia, /d̪/ia, den/t̪/e, on/d̪/e*) o que, como afirma Mattos e Silva (2004a, p. 142), não é geral no Brasil, mas que não ocorre em Portugal. Vale dizer que o PB também apresenta características inovadoras, portanto, o PB apresenta, em seu desenvolvimento, desde o século XVI, traços tanto conservadores quanto inovadores.

Noll (2008, p. 280) salienta que o vocalismo é um traço do PB que se apresenta essencialmente conservador e sugere ainda que o consonantismo esteja permeado de inovações, como exemplo, cita a vocalização generalizada do /l/ final em /u/. O autor chama ainda a atenção para a queda do /r/ final na língua popular e da redução das marcas de plural. Também Mattos e Silva (2004a, p. 142) salienta que no Brasil, além do /l/ ser vocalizado, no uso de falantes não escolarizados ele é eliminado (*anima/l/*). Quanto às consoantes em posição final da palavra, a autora afirma que estas se enfraquecem, e exemplifica tal afirmação dizendo que no PB se aspira o <-r> final ou o reduz a zero (*ama/h/, am/a/*), embora se encontre, em algumas áreas brasileiras o /r/ vibrante.

Também chamando a atenção sobre o assunto, Ilari e Basso (2009, p. 100) ressaltam que se costuma afirmar que no português o acento de palavra cai na última, penúltima ou na antepenúltima sílaba, porém, dizem eles que, na fala brasileira tal afirmação, de algum modo,

pode ser desmentida, já que na pronúncia de uma palavra como “técnico”, por exemplo, não é [ˈtɛk-ni-ku], mas [ˈtɛ-ki-ni-ku], pode-se perceber, então, que o acento cai na primeira sílaba, a qual precede à antepenúltima. Esses autores informam, ainda, que pronúncias como essa exemplificam um fenômeno conhecido como epêntese, que é a inserção de uma vogal, causando o destravamento de sílaba, já que o travamento de sílaba não é sentido como normal do PB.

Esses autores chamam também a atenção para a flexão verbal e, dentre outras coisas, dizem que o português desenvolveu uma série de perífrases verbais disponíveis na língua, formadas por meio de um verbo auxiliar. Desse modo, amplia-se bastante o que as gramáticas normativas sugerem para se utilizar das perífrases.

Consideram-se, por exemplo, as formas (se eu) *telefonasse*, (eu) *telefonarei*, (eu) *tenho telefonado* (eu) *vou telefonar*, (eu) *acabo de telefonar*, (eu) *estou telefonando*, (eu) *vou estar telefonando*, (eu) *dei uma telefonada*: De acordo com as gramáticas, apenas as três primeiras fazem parte do paradigma de conjugação verbal; as demais não chegam sequer a ser uma mesma base lexical e que seu uso é particularmente frequente: *estou telefonando* é a forma mais usada para descrever uma ação simultânea à fala (é o verdadeiro presente do indicativo do português do Brasil) e resulta de um processo de formação semelhante ao que deu origem a *terei telefonado*, que, embora seja registrado pelas gramáticas, tem uma frequência de uso praticamente nula. (ILARI e BASSO, 2009, p. 102).

Outra característica que marca o uso do verbo na fala popular é a questão da concordância verbal, ou melhor, da não concordância entre o verbo e o sujeito, conforme o que determina a prescrição gramatical. Assim, percebe-se o uso comum, no PB, de sentenças como: (01) *eles saiu*, simplificando, desse modo, a flexão verbal. Quanto a isso, Mattos e Silva (2004a, p. 144) informa que, sendo mais reduzido o paradigma flexional número-pessoa do verbo, mais necessário o preenchimento do sujeito, o que não acontece no PE.

A tradição gramatical determina que, no sistema pronominal, são encontrados seis pessoas verbais, *eu, tu ele(a), nós, vós, ele(a)s*, porém no sistema de uso pronominal do PB se observa: quatro pessoas, isso considerando o uso da norma culta, *eu, você/ele(a), a gente/nós*,

*ele(a)s/vocês* ou, ainda, apenas duas pessoas, no caso de uso da variedade popular, *eu, você/tu/ele(a)/a gente/nós/vocês/ele(a)s*.

Quanto ao uso dos pronomes átonos, o PB aceita e, mais que isso, prefere o uso do pronome átono em início absoluto de frase como em: (02) *Me empresta um lápis*, ou seja, a próclise é a posição pronominal mais falada no PB. As formas tônicas *ele(s)* e *ela(s)* empregadas como objeto direto em vez das formas átonas *o(s)* e *a(s)*: (03) *vi ele (vi-o)*, (04) *não conheço ela (não a conheço)*, o uso dos pronomes átonos, os chamados clíticos estão sendo eliminados do PPB, sendo seu uso observado na escrita, isso é, quando o texto é formal e redigido por aqueles com maior escolaridade. Mattos e Silva (2004a, p. 144) falando do uso (ou do não uso) dos clíticos, ressalta que o *lhe*, que originalmente tinha função de objeto indireto é usado como objeto direto, correlacionado ao pronome sujeito *você*. Observem o exemplo mostrado pela autora: (05) *Você gosta muito de cinema. Eu lhe vejo sempre no Multiplex*. Quanto ao uso dos pronomes relativos, o PB é caracterizado por três tipos de construções: (06) *Ganhei um relógio de que não gostei*, (07) *Ganhei um relógio que não gostei dele* e (08) *Ganhei um relógio que não gostei*, porém, deve-se dizer que a tradição gramatical aceita somente a primeira sentença.

Ainda enfatizando as características do PPB, Teyssier (1997, p. 106) salienta que é comum, no Brasil, o uso de expressões como *está na janela* em lugar de *à janela*, *na frente de* em lugar de *à frente de*. Outras características que são destacadas pelo autor são: o emprego impessoal do verbo *ter* no sentido de *haver*; uso da locução *pois não* com valor afirmativo etc.

Também caracteriza o PPB a supressão do “s”, marca do plural, nos nomes e adjetivos e conservam-se apenas nos determinantes: *as casa, estes boi*. Desse modo, é possível afirmar que a marca de pluralização no SN no PB pode ocorrer em apenas um dos elementos e não obrigatoriamente em todos os elementos como determina a tradição gramatical.

O PB se caracteriza também por ser uma língua de ordem Sujeito, Verbo e Complemento (SVC), (09) *O Alfredo adora o Recife*, porém, como salienta Bagno (2011, p. 472), são comuns no PB sentenças que realizam o chamado deslocamento à esquerda e, com isso a ordem passa a ser Complemento, Sujeito e Verbo (CSV), (10) *O Recife o Alfredo adora*. Quando um dos constituintes da sentença sofre o deslocamento à esquerda, diz-se que a sentença foi topicalizada, ou seja, tornou-se um tópico.

Observa-se, então, que o PB tem suas características próprias e que elas independem do que prescreve a tradição gramatical, assim o que realmente vai caracterizar uma língua são os usos feitos pelos seus falantes, são esses usos que vão determinar o rumo que a língua deve tomar, se usa esse ou aquele pronome, se a concordância nominal deve ser feita em todos os elementos do SN, se a concordância do verbo com o sujeito deve seguir as normas estabelecidas ou se uma nova forma de pluralização deve ser implantada. Portanto, não se pode desprezar os usos, as escolhas feitas pelos falantes de uma língua, já que estas, como dito, são o que vai caracterizá-la.

## 2.4 A SÓCIO-HISTÓRIA DO PORTUGUÊS POPULAR DE CACHOEIRA

Nesta seção, serão apresentadas: a localização, as características e a história da Cachoeira, exibindo, para tanto, detalhes da história e particularidades do município que neste estudo é a comunidade estudada.

### 2.4.1 Localizando e caracterizando o município da Cachoeira

A cidade da Cachoeira está localizada no Recôncavo<sup>3</sup> Sul do Estado da Bahia, à margem esquerda do Rio Paraguaçu, ocupando espaço territorial de 395.223 km<sup>2</sup>, apresentando uma densidade demográfica de 81,03 hab./km<sup>2</sup>. O município de Cachoeira faz limites com os municípios de Conceição da Feira ao Norte, de São Félix, Maragogipe,

---

<sup>3</sup> “A palavra Recôncavo significa simplesmente “a terra em redor de uma baía qualquer”?”. (BARICKMAN, 2003, p. 36).

Muritiba, Governador Mangabeira ao Oeste, Saubara e Santo Amaro da Purificação ao Leste, distando aproximadamente 110 km de Salvador, capital do Estado.

**Mapa 1:** Representação espacial do Município de Cachoeira.



Fonte: Cachoeira-BA, Brasil. Disponível em: <http://maps.google.com>. Acesso em 24/08/2014.

As coordenadas geográficas do município são: 12°36' de latitude Sul – 38°58' de longitude Oeste de Greenwich, numa região geograficamente composta por vales e montanhas. Localiza-se a uma altitude de 50m em relação ao nível do mar, possui clima úmido a subúmido e seco a subúmido, com temperatura média anual que varia entre 31°C máxima. – 21,9°C mínima. Sendo o período chuvoso de maio a julho em média 1.000 a 1800 mm/ano. O relevo do município é caracterizado pela presença de formação dos tipos: Tabuleiros Pré-litorâneos, Tabuleiros Interioranos, Tabuleiros do Recôncavo e Baixada Litorânea.

No município, são encontrados diferentes tipos de solos: Podzólico Vermelho, Amarelo álico, Indiscriminados de mangue, Areias Quartzosas álicas, Brunizém Avermelhado, Vertissolo, Latossolo Amarelo álico. A vegetação caracteriza-se por Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional e as Formações Pioneiras com influência fluviomarinha arbórea (manguezal). Quanto à hidrografia, o município tem como principal curso d'água o



Rio Paraguaçu, que separa as cidades de Cachoeira e São Félix e que forma a baía do Iguape, porém o município conta ainda com outros rios como: Açu, Inhaúma, Grande e Acutinga, pode-se destacar também os riachos: Saco, Acutinguinha, Mutecho, Jarari, Ciganos, Água Comprida, Sucupemba, Pitanga, Caquende, os dois últimos, juntamente como o Paraguaçu, banham a Sede do município, nomeando, inclusive dois bairros, o bairro da Pitanga e o do Caquende. Entre os lagos/lagoa é possível citar: Desterro, Fogos, Encantada, Grande, Fradinho e Vargem.

Além do distrito sede, que nomeia o município, Cachoeira possui mais dois distritos: Belém da Cachoeira e Santiago do Iguape. Os povoados são: Acutinga, Alegirim, Alto do Camelo, Boa vista, Brejo, Caibongo, Calolé, Caonge, Capoeiruçu, Engenho da Ponte, Faleira, Formiga, Guaíba, Ladeira do Padre Inácio, Lagoa Encantada, Murutuba, Opalma, Pinguela, Ponto Certo, Saco, Santo Antonio do Tibiri, São Francisco do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória, Terra Vermelha, Tupim, dentre outros.

O município da Cachoeira, segundo o Censo de 2010, conta com uma população de aproximadamente 32.026 habitantes, assim distribuídos: 16.386 habitantes na zona urbana, correspondendo a 51,16% da população, sendo 7.683 homens, correspondendo a 46,88% da população urbana e 8.703 mulheres, correspondendo a 53,11% da população urbana e 15.640 na zona rural, correspondendo a 48,88%, sendo 7.769 homens, correspondendo a 49,67% da população rural e 7.871 mulheres, correspondendo a 50,32% da população rural.

Como se pode perceber, o número de mulheres é superior ao número de homens no município, perfazendo um total de 16.574, correspondendo a 51,75% da população, enquanto que o número de homens perfaz um total de 15.452, correspondendo a 48,24%. Quanto à etnia, assim se declararam os moradores de Cachoeira: cor amarela, 696 pessoas o que corresponde a 2,17% da população; cor branca, 3.325 pessoas, 10,38%; indígena, 131 pessoas, 0,40%; cor parda, 14.854 pessoas, 46,38%; cor preta 13.020 pessoas, 40,65%. Indiscutivelmente, como se pode verificar com os números apresentados, a população de Cachoeira tem a sua maioria formada por pardos e negros, com um percentual de 87,04% do total da população, o que vem evidenciar a miscigenação ocorrida na cidade, graças à grande quantidade de negros trazidos para ali como escravos.

Quanto à escolarização, no município de Cachoeira, encontra-se um total de 24.449 pessoas alfabetizadas perfazendo um percentual de 76,34% da população. Desses 11.512 são

homens perfazendo um percentual de 74,50% do total de homens do município e 12.937 são mulheres, formando um percentual de 78,05% do total de mulheres do município.

Fazendo o cruzamento entre os dados relativos à etnia e a alfabetização, têm-se os seguintes resultados: entre os amarelos 76,72% são alfabetizados, ou seja, 534 pessoas; entre os brancos 80,42%, 2.674 pessoas; entre os indígenas 83,20%, 109 pessoas; entre os pardos 77,58%, 11.525 pessoas; entre os pretos 73,78%, 9.604 pessoas. Observando esses dados, pode-se concluir que os pretos e os pardos são os que apresentam um menor número percentual de alfabetizados, embora sejam as etnias que possuem maior número de pessoas 13.020 e 14.854, respectivamente.

Levando-se em conta a alfabetização e a zona em que o habitante mora, se urbano ou rural, tem-se os seguintes dados: moradores da zona urbana que são alfabetizados somam 13.241 pessoas, perfazendo um total de 80,80% da população urbana do município; os moradores da zona rural que são alfabetizados somam 11.208, correspondendo a 71,66% da população rural do município, o que mostra um índice de maior alfabetização entre os moradores da zona urbana, como, aliás, se espera.

Observando a alfabetização ligada ao sexo e a zona em que habita, tem-se: 1) na zona urbana: homens alfabetizados perfazem um total de 6.119 pessoas, correspondendo a um percentual de 79,64%; mulheres alfabetizadas 7.122 pessoas, correspondendo a um percentual de 81,83%; 2) na zona rural: homens alfabetizados perfazem um total de 11.208, correspondendo a um percentual de 71,66%; mulheres alfabetizadas 5.815, correspondendo a um percentual de 73,87%.

Os dados apresentados permitem que se infira que no município 7.577 pessoas não são alfabetizadas, correspondendo a 23,65% da população de Cachoeira, salientando que dessas 3.145 pessoas estão na zona urbana, correspondendo a 41,50% dos não alfabetizados, sendo 1.564 homens, correspondendo a 49,72% do total de não alfabetizados na zona urbana e 1.581 mulheres, correspondendo a 50,27%. 4.432 pessoas não alfabetizadas estão na zona rural, correspondendo a 58,49% dos não alfabetizados, sendo 2.376 homens, correspondendo a 53,61% do total de não alfabetizados na zona rural e 2.056 mulheres, correspondendo a 46,38%. Aqui, nota-se um fato curioso, na zona urbana, os homens apresentam um percentual menor de não alfabetizados do que as mulheres, enquanto que na zona rural o quadro se inverte, são as mulheres que apresentam um menor percentual de não alfabetizadas.

Geralmente ocorre o contrário, na zona urbana são as mulheres mais escolarizadas, já na zona rural são os homens.

O Censo de 2010 do IBGE informa que, em Cachoeira, os moradores com 25 anos ou mais<sup>4</sup> contam um total de 15.464 pessoas. Levando-se em conta tais pessoas e a sua escolaridade, foi possível observar que:

- a) pessoas com instrução não determinada somam 8 pessoas, correspondendo a um percentual de 0,05% das pessoas nessa faixa etária, salientando que todas são mulheres;
- b) pessoas sem instrução formal ou que não tenham concluído o ensino fundamental somam 7.939 pessoas, correspondendo a um total de 51,33% das pessoas nessa faixa etária, sendo 3.960 homens, correspondendo a 49,88% do total de pessoas com tais características e 3.979 mulheres, correspondendo a 50,11%;
- c) pessoas com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto formam um total de 1.592 pessoas, correspondendo a 20,05% do total de pessoas nessa faixa etária, sendo 686 homens, correspondendo a 43,09% do total de pessoas com tais características e 906 mulheres, correspondendo a 56,90%;
- d) pessoas com ensino médio completo e superior incompleto somam 3.299, correspondendo a 41,55% do total de pessoas nessa faixa etária, sendo 1.343 homens, correspondendo a 40,70% do total de pessoas com tais características e 1.956 mulheres, correspondendo a 59,29%;

---

<sup>4</sup> Foi observada a escolaridade de pessoas a partir dessa faixa etária (25 anos ou mais), pois, nesta pesquisa, serão analisadas as falas de pessoas com tais características.

- e) pessoas com ensino superior completo formam um total de 581 pessoas, correspondendo a 7,31% do total de pessoas nessa faixa etária, sendo 198 homens, correspondendo a 34,07% do total de pessoas com tais características e 382 mulheres, correspondendo a 65,74%.

Segundo os dados do IBGE, em 2012, o município de Cachoeira contava com um total de 480 docentes, sendo 72 atuando na pré-escola, desses 23 em escolas privadas e 48 em escolas municipais; no ensino fundamental, têm-se 318 docentes, 68 desses em escolas privadas, 76 em escolas públicas estaduais e 174 em escolas públicas municipais; no ensino médio o município conta com um total de 91 docentes, 19 em escolas privadas e 72 em escolas públicas estaduais. O município conta com 96 escolas, sendo 35 escolas voltadas à pré-escola, 6 dessas privadas e 29 escolas públicas municipais; no ensino fundamental, encontram-se 54 escolas, 6 na rede privada, 6 na rede pública estadual e 42 na rede pública municipal; no ensino médio, são 7 as escolas existentes, dessas 2 são privadas e 5 públicas estaduais<sup>5</sup>. Quanto às instituições de ensino superior, o município conta com uma instituição pública, um *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, o Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL; conta ainda com instituições particulares como o Instituto Adventista de Ensino do Nordeste – IAENE e com polo de cursos EAD da Universidade Salvador – UNIFACS.

Quanto ao número de matrículas, em 2012, ainda segundo o IBGE, o município contou com um total de 8.364 alunos matriculados, tais números são de matrículas realizadas da pré-escola até o ensino médio. Essas matrículas estão assim distribuídas: pré-escola 931 matrículas, sendo 349 em escolas privadas e 582 em escolas públicas municipais; no ensino fundamental, encontra-se um total de 5.798 matrículas, dessas 1.288 em escolas privadas, 1.545 em escolas públicas estaduais e 2.965 em escolas públicas municipais; no ensino médio, são 1.635 matrículas, sendo 431 na rede privada e 1.204 na rede pública estadual; na educação de jovens e adultos – EJA, no ensino fundamental, encontra-se um total de 355 matrículas, sendo 23 na rede particular e 332 na rede pública; na educação de jovens e adultos – EJA, no ensino médio, encontra-se um total de 166, sendo 5 na rede particular e 161 na rede pública.

---

<sup>5</sup>No município de Cachoeira, não existem escolas voltadas para a pré-escola na rede pública estadual; no ensino médio, não se encontram escolas públicas municipais. Salienta-se, ainda, que, no município, não existem escolas, na Educação Básica, da rede pública federal.

No ensino superior, para o IBGE, em 2012, 1.524 pessoas frequentavam cursos superiores, na graduação, especialização, mestrado ou doutorado. Assim, 1.385 alunos frequentavam cursos de graduação, sendo 1.055 em instituições particulares e 330 em instituição pública; nos cursos *lato sensu* (especializações) 102 alunos, todos em instituições particulares; nos cursos *strito sensu* são 37 alunos, desses 20 cursando o mestrado, todos em instituição pública e 17 o doutorado, também em instituição pública.

Quanto às questões econômicas, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- Bahia (Sebrae-BA), (1998, p. 25), graças ao processo de ocupação de terras, que teve início no século XVI, a economia do município se caracterizou como eminentemente agrícola, baseando-se no cultivo de lavouras como cana-de-açúcar, mandioca, cítricos, dendê e fumo. Vale dizer que a cultura de cana-de-açúcar foi responsável por seu povoamento, ocupando uma área de mais de 2000 hectares de terra, porém hoje essa cultura sozinha não consegue sustentar a necessidade de crescimento do município, tanto no que se refere a empregos quanto à geração de riquezas.

As outras culturas anteriormente citadas contribuem de alguma forma para a economia do município. Ressaltando aqui que os últimos estudos revelaram que a maioria das terras do município está ocupada por pastagem, apesar de a atividade pecuária ter sofrido redução.

Ainda segundo o Sebrae-BA (1998, p. 25) o setor secundário ainda se mostra incipiente em Cachoeira, registrando a construção civil, algumas unidades de fabricação de charutos e cigarrilhas, desinfetantes, vassouras, serrarias, laticínios, licores etc, incluídas as atividades informais.

O comércio varejista participa com cerca de 79% das unidades produtivas do município, com razoável grau de diversificação, destacando-se as atividades ligadas a bares e similares. O Sebrae-BA (1998, p. 27) chama a atenção para o fato de que há um aumento da participação na economia de atividades voltadas para os serviços de hotelaria, restaurantes, bares e lanchonetes, em razão da vocação turística do local.

Quanto à questão cultural, a sede do município possui enorme acervo cultural, com muitas tradições, personagens importantes na história do Brasil, prédios, monumentos e ruas impregnados de história, uma arquitetura civil e religiosa valiosíssima, folclore variado e uma rica história guerreira, que lhe valeu, inclusive, os títulos de “Cidade Heroica” em 1837 e

“Cidade Monumento Nacional” em 1971, quando foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em Cachoeira, é possível encontrar alguns ateliers de pintura, de escultores em madeira, artesanato de barro, bonecos de pano. Como herança dos colonizadores e dos escravos que ali viviam, encontram-se: trança fitas, terno de reis, bumba meu boi, capoeira, mandus<sup>6</sup>, cabeçorras<sup>7</sup> e o samba de roda. Na culinária, está entre as comidas típicas a maniçoba, o vatapá, o caruru, o acarajé, o abará, o efó, moquecas, bolos, mingaus e os famosos licores.

A cidade dispõe de museus como: Museu Regional do IPHAN, com acervo de peças de mobiliário de grande valor artístico; Museu das Alfaias, reunindo peças de castiçais, custódias, coroas, rosários, cálices, crucifixos, além de enorme acervo em ouro, prata e pedras preciosas; Museu da Ordem Terceira do Carmo, que reúne joias e imagens com influências orientais, além de ser toda a igreja banhada a ouro; Museu Hansen Bahia, com xilogravuras e matrizes do artista plástico Karl Hanz Hansen, que por muitos anos, e até a sua morte, residiu em Cachoeira, chegando a adotar o nome de Hansen Bahia, por tanto amar a terra que o acolheu.

Vale dizer que Cachoeira possui duas tradicionais filarmônicas (Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana e a Sociedade Cultural Orfêica Popular Lira Ceciliana) fundadas no século XIX. A cidade dispõe de dois clubes sociais, clubes esportivos, campos de futebol (incluindo o estádio municipal), quadras poliesportivas.

Cachoeira é uma cidade que se caracteriza por cultivar uma vida noturna com bares e restaurantes que atraem pessoas das cidades vizinhas. É bom lembrar que a cidade tem fama de ter um povo alegre, festeiro e hospitaleiro.

Em Cachoeira, tem festa quase o ano todo. Observem o calendário de festas e eventos da cidade:

Fevereiro – Festa de Iemanjá – entrega de presentes nas águas do Paraguaçu;

---

<sup>6</sup> Fantasias específicas da festa D’Ajuda em Cachoeira. Tal fantasia é como o povo de santo descrevia o espírito de morto. A fantasia é esquisita e até feia.

<sup>7</sup> Fantasias que faz um tipo de reverência aos mascates europeus que vendiam suas especiarias na vila, são figuras de fraque de cetim colorido, meias e sapatilhas. Usam na mão leque e a máscara é geralmente branca e tem tamanho grande.

13 de março – comemoração da elevação à categoria de cidade;

Abril – Semana Santa, tradicionais procissões com imagens vindas de Macau e Queima de Judas;

Maio – Festa do Divino;

Junho – 01 a 13 Trezena a Santo Antonio;

22 a 25 - Festa em louvor a São João – tradicional Feira do Porto;

25 – Data Magna – comemora as lutas pela Independência;

Agosto - 13 a 17 de agosto – Festa de Nossa Senhora de Boa Morte. A festa é um evento que acontece a mais de 200 anos, promovida por mulheres negras e mestiças com mais de 50 anos de idade e ligadas ao candomblé. Os rituais se mantêm dentro dos rigores estabelecidos desde a sua criação: pedido de Esmola, missas, ceias, procissões, samba de roda. A Festa da Boa Morte desde 2010 foi tombada como Patrimônio Imaterial da Bahia. A festa de Nossa Senhora da Boa Morte é um exemplo vivo da força e influência marcantes da cultura africana, miscigenada às tradições católicas.

Setembro - 27 de setembro – Festa de São Cosme e São Damião, comemorada na igreja Católica Brasileira. Nos Terreiros de Candomblé, a festa é dos Éres. No sincretismo, os devotos distribuem caruru.

Outubro - 07 de outubro – Festa de Nossa Senhora do Rosário – Padroeira da cidade;

2ª quinzena de outubro – Festa Literária de Cachoeira – Flica. A festa literária atrai pessoas de diversas partes do país para o evento;

Novembro - 1ª quinzena de novembro – Festa de Nossa Senhora D’Ajuda. Festa religiosa que tem a sua parte profana. Compõem a festa: o bando anunciador, terno das mariposas (meia noite), lavagem e outros ternos com blocos de mascarados, mandus, cabeçorras que percorrem a cidade lavando uma multidão.

Dezembro - 4 de dezembro – Festa de Santa Bárbara – comemorada na igreja da Santa Casa de Misericórdia. Nos Terreiros de Candomblé, comemoram fazendo a festa de Iansã.

8 de dezembro – Festa de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Festa realizada na igreja do Monte, que segundo a história foi construída por um senhor de posses a pedido da filha que havia sonhado com Nossa Senhora pedindo a construção de um templo em seu louvor naquela cidade, em cima daquele monte.

A vida cultural e artística de Cachoeira é intensa e não é por acaso que a cidade é considerada como “A joia do Recôncavo”. Como se pode perceber, grande é a influência dos costumes e culturas europeia e africana na vida e na formação do povo cachoeirano.

#### **2.4.2 Conhecendo sua história**

Para compreender a importância que a cidade de Cachoeira teve no cenário nacional, é preciso que se conheça sua história, a começar pelo seu nome. O nome da localidade, Cachoeira, foi dado pelos índios, pois em sua língua tal designação significa mar grande, pela quantidade de águas e largura do Rio Paraguaçu nessa região. Vale dizer que o Rio Paraguaçu tem sua nascente localizada no brejo da Farinha Molhada no município de Barra da Estiva, numa das elevações da Chapada Diamantina, conhecida como Serra do Cocal e sua foz está localizada na Barra do Paraguaçu pouco abaixo da cidade de Cachoeira, no município de Maragogipe. Sua descoberta é atribuída a Cristovão Jacques, comandante da 1ª expedição guarda-costa do Brasil, que chegou em 1526.

As terras onde hoje se localiza o município da Cachoeira foram doadas ao fidalgo português Paulo Dias Adorno, genro de Diogo Álvares Correia (Caramuru), por D. Álvaro da Costa, filho do segundo Governador Geral do Brasil, D. Duarte da Costa. Presume-se que foi por volta de 1561 que Paulo Dias Adorno pisou pela primeira vez na sua sesmaria e veio acompanhado de seu cunhado e por dois índios Tupinambás, da tribo do Cacique Taparica, tendo encontrado uma tribo de índios que também eram Tupinambás. Um dos índios que acompanhava o fidalgo português servia de interprete e, talvez, por isso, iniciou uma relação pacífica entre os nativos e o colonizador.



Trinta dias depois da sua primeira visita a sua sesmaria, Paulo Dias Adorno iniciou a construção de sua casa. Engenho e a capela de Nossa Senhora do Rosário<sup>8</sup>, para tanto contava com a ajuda dos índios, que o acompanhava, e com os que viviam na terra. Já instalado com sua família e com seu engenho em funcionamento trouxe para suas terras, além de escravos, animais.

Mello (2001, p. 25) informa que, graças à convivência pacífica com os índios, a povoação floresceu rapidamente, foram instalados vários engenhos, conventos religiosos, chegaram artífices, e, logo depois, o comércio se intensificou. Surge, então, uma nova povoação, que mais tarde, em 1674, tornar-se-ia a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

Nem todas as sedes, contudo, eram povoados tão modestos. Por exemplo, Cachoeira, sede da maior vila do Recôncavo, já era um importante entreposto de comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadas vindas dos sertões passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Navios e barcos atracados no rio Paraguaçu recebiam ali cargas pesadas de fumo e açúcar das freguesias rurais da vila e de algodão, couro e ouro provenientes de áreas mais remotas do interior. Descarregavam tecidos, ferramentas e outras manufaturas europeias que os comerciantes da vila, por sua vez, enviaram em lombos de mulas e cavalos para povoados de todo o vasto interior da Bahia. Graças a esse comércio rico e variado, Cachoeira cresceu e prosperou. Junto com São Félix, seu subúrbio na margem oposta do Paraguaçu, tinha 1.096 “fogos” (casas) em 1804 e uma população de talvez de sete mil. Viajantes europeus encontravam nela uma aparência totalmente urbana. (BARICKMAN, 2003, p. 42).

A Vila se torna a segunda povoação mais importante da Bahia, perdendo em importância apenas para Salvador, sua extensão territorial agrupava cerca de três dezenas de municípios atuais, dentre eles pode-se citar Feira de Santana.

---

<sup>8</sup>Mais tarde, quando foi construída a Igreja Matriz devotada a Nossa Senhora do Rosário, a capela passou a ser devotada a Nossa Senhora D’Ajuda.



Vale ressaltar que, além das culturas da mandioca e da cana-de-açúcar, a Vila da Cachoeira se destacava também no cultivo do fumo e, graças a isso, fazia-se larga exportação para a Europa, para a África.

Ao oeste da zona açucareira ficava a grande vila de Cachoeira, onde, em quase todas as freguesias, predominavam terras de solos mais arenosos e leves. Nessas terras, milhares de lavradores dedicavam-se ao cultivo de fumo a ser exportado para a Europa e a África ocidental. Os lavradores baianos especializavam-se na produção de fumo de corda, também conhecido como fumo de rolo; ou seja, fumo compactamente trançado em cordas e depois enrolado em fardos grandes que podiam pesar até 25 arrobas (367,5 quilogramas). A maior parte desse fumo vinha dos chamados ‘campos de Cachoeira’, uma área com poucas matas, que se estendia em direção ao norte e ao oeste a partir do rio Paraguaçu, atravessando a freguesia de São Gonçalo dos Campos e avançando para o interior. Cultivava-se o tabaco também nas fazendas e sítios das freguesias menos densamente povoadas ao sul do Paraguaçu, onde os lavradores produziam grande parte do fumo em folha que o monopólio régio português remetia da Bahia para Goa, na Índia. (BARICKMAN, 2003, p. 42).

Chama-se a atenção para o fato de que o fumo era um importante instrumento de troca, para a compra de escravos, que, aliás, por conta dos engenhos de açúcar e da cultura do fumo, chegavam a um número considerável a Vila. Então, vale dizer que o fumo de qualidade era exportado para a Europa, e para a Índia e que o refugo era muito comercializado no Brasil, porém o que mais importava “era sua exportação para a África ocidental, onde negociantes baianos o trocavam pelos escravos tão necessários a toda a economia da Colônia.” (BARICKMAN, 2003. p. 64).

Esse autor informa, em seu estudo, a quantidade de escravos nas freguesias de Cachoeira e de Santiago do Iguape<sup>9</sup>. Observem:

---

<sup>9</sup> Os dados aqui exibidos foram retirados de uma tabela do estudo de Barickman (2003. p.260) e por mim adaptados para criação da Tabela 3 desta pesquisa.

**Tabela 3:** Composição da população escrava nas freguesias fumageiras de Cachoeira e de Santiago do Iguape, 1835 e 1825-26.

Local e data	nº de escravos	Africanos como % da pop
Freguesia de S.Gonçalo		
dos Campos, 1835		
Escravo em fogos de lavradores	3.762	19,1%
Todos os escravos	3.918	19,0%
Freguesia de S. Gonçalo		
dos Campos, 1825-26		
	1.179	24,2%
Arraial de Belém da Cachoeira,		
1825-26		
	376	21,5%
Freguesia de Outeiro Redondo,		
Muritiba e Cruz das Almas, 1825-26		
	779	38,9%
Freguesia de Santiago do Iguape,		
1825-26		
	1.440	45,6%
Freguesia de Santiago do Iguape,		
1835		
	3.985	53,6%

Como se pode perceber, analisando a Tabela 3, o número de escravos nas freguesias que pertenciam a Vila da Cachoeira era significativo junto à população, uma vez que, como se pode notar, por exemplo, em 1835 na Freguesia do Iguape chega a 53,6% da população. Lembrando que esses números referem-se apenas aos locais em que se plantavam fumo. Assim, pode-se ter uma ideia da quantidade de escravos africanos que habitavam o município de Cachoeira.

Também é bom salientar que a cultura do fumo propiciou, ainda, a vinda para Cachoeira de alguns estrangeiros, principalmente alemães, os quais instalaram fábricas de

beneficiamento do fumo, sendo algumas delas ainda em funcionamento em Cachoeira e cidades vizinhas.

A importância da Cachoeira não se limitou apenas à sua extensão territorial e ao seu comércio desenvolvido, mas deveu-se, principalmente, à sua participação nas lutas que expulsaram os portugueses da Vila em 25 de junho de 1822 e que culminaram com a Independência da Bahia, em 2 de julho de 1823; consolidando, então, a Independência do Brasil. E, por esse feito, recebeu, mais tarde, quando foi elevada à categoria de Cidade, em 13 de março de 1837, o título de *A Heroica*, sendo tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional como *Monumento Nacional*, como anteriormente dito.

A cidade da Cachoeira foi sede do governo estadual em 1822, por causa das batalhas da Independência, e em 1837, por conta da Revolução da Sabinada, e, atualmente, torna-se, por Lei Estadual n.º 10.695/07, capital do Estado, no dia 25 de junho de cada ano, em reconhecimento pelos feitos heroicos da cidade ao Brasil.

A cidade conhece sua primeira crise econômica no final do século XIX, quando perdeu um quarto de sua população. Nova crise a abate por volta de 1924, resultante de problemas na indústria fumageira, o que ocasionou o fechamento de fábricas. Também contribuiu para isso a estruturação do sistema viário estadual, pois, dessa maneira, o transporte através dos barcos perdeu lugar para os transportes rodoviários. A cidade entra em grande decadência a partir de 1940, quando vai perdendo sua importância, a ferrovia se tornou obsoleta e o transporte fluvial decaiu, chegando a ser desativado na cidade. Somente nesta última década é que a cidade da Cachoeira começa a dar sinais de uma ligeira recuperação, graças a incentivos do Governo Federal, que promove reformas de imóveis seculares e a implantação de Universidades: pública e privada.

Como foi levada para a cidade uma grande quantidade de escravos, como já dito, a presença negra em Cachoeira foi sempre marcante e isso pode ser verificado ainda hoje, já que a maioria da população da cidade é negra ou mestiça, como atestam as informações do censo realizado pelo IBGE anteriormente apresentadas. Nesse sentido, fica evidente que um dos elementos que propiciaram a riqueza e diversidade da cultura popular em Cachoeira foi a presença de grande número de africanos e afro-descendentes, em interação com europeus de variadas nacionalidades. Um exemplo disso é o sincretismo religioso, com forte presença da cultura afro-brasileira nas manifestações do catolicismo.

A cidade é berço natal de vários filhos ilustres, entre eles pode-se citar:

Alberto Rabello – Médico, advogado, poético e membro da Academia Baiana de Letras;

Ana Néri – Enfermeira, chamada de “mãe dos brasileiros”, por sua nobre atuação na Guerra do Paraguai;

André Rebouças – Engenheiro e abolicionista;

Augusto Teixeira de Freitas – Maior Jurisconsulto das américas;

Castro Alves – um dos maiores poetas brasileiro, nascido em Curalinho (na época pertencente à Comarca de Cachoeira);

Edson Gomes – Músico e compositor;

Ernesto Simões Filho - Fundador do Jornal “A Tarde”;

Lídice da Mata – Senadora da República;

Manoel Tranquilino Bastos – Maestro e instrumentista;

Maria Quitéria – lutou como soldado na luta pela Independência;

Sine Calmon – Músico e compositor.

### **2.4.3 O que se pôde notar**

Como é possível perceber, através dos dados do IBGE, que o município de Cachoeira atinge um índice de alfabetização de cerca de 76,34%, sendo que desses são as pessoas que se declararam brancas as que exibem um maior percentual, enquanto os pretos apresentam o menor índice de não alfabetizados. Levando-se em conta a zona de moradia, se urbana ou

rural, nota-se que é a zona rural que possui maior número de não alfabetizado, porém acontece um fato curioso, pois na zona urbana as mulheres lideram os que não são alfabetizados, enquanto que na zona rural essa liderança é ocupada pelos homens, o que geralmente não acontece.

Foi possível notar, ainda, que entre as pessoas com 25 anos ou mais, sem instrução formal ou que não tenham concluído o ensino fundamental, apresentam um percentual de 51,33% das pessoas nessa faixa etária, ou seja, mais da metade das pessoas dessa faixa etária, dessas 49,88% são homens e 50,11% são mulheres.

Diante do exposto, pode-se verificar que a formação do povo da Cachoeira se processou a partir da miscigenação entre os índios, que viviam na terra, mas que foram desaparecendo, os brancos, tanto portugueses quanto outros europeus que ali chegaram e os negros africanos que foram levados como escravos. Então, a partir daí surge uma comunidade que desde a sua formação se destaca. Antes como próspera e hoje como um pólo de cultura, que guarda a história e mantém as tradições de seu povo.

## 2.5 UM POUCO DA HISTÓRIA DO POVOADO DO SACO

O Povoado do Saco<sup>10</sup> faz parte do distrito de Belém da Cachoeira, pertencendo ao município de Cachoeira, tendo aproximadamente 478 habitantes. A localidade conta com um posto de saúde, uma escola municipal que atende alunos do 2 ao 5 ano do ensino fundamental, pequenos estabelecimentos comerciais, bares, casas de farinha, uma capela católica, igrejas evangélicas etc.

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que não existe registro escrito sobre a história da comunidade em tela, o que se sabe é o que contam os seus moradores de geração a geração.

Segundo os moradores, o nome do Povoado, "Saco", é atribuído a sua localização, ou seja, fica localizado depois de outro Povoado, o do Santo Antonio do Tibiri, que era mais próspero, então as pessoas diziam: "Vou lá para o fundo, para o fundo do saco". Desse modo, o Povoado passou a ser conhecido como Saco. Contam, ainda, os moradores que o Povoado surgiu a partir do desmembramento da antiga Fazenda Boa Esperança, fazenda essa que abrigava um engenho, onde havia muitos escravos. Os moradores dizem também que o Povoado surgiu onde se localizava a senzala da antiga fazenda.

O local tem como sua principal atividade econômica a cultura da mandioca, a qual predomina no lugar, por isso mesmo, no Povoado, encontram-se várias casas de farinha. Também é possível perceber outras atividades rurais, como a plantação de outras culturas, a criação de gado etc. É importante destacar que o Povoado é banhado pelo Rio do Saco, que atrai pessoas de todo o município e até de municípios vizinhos, pois suas águas formam a cachoeira do Saco.



### **3 A CONCORDÂNCIA VERBAL NA TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Este capítulo dedica-se à descrição do fenômeno linguístico analisado nesta tese: a concordância verbal na terceira pessoa do plural, sendo apresentadas: a visão normativista, análises descritivas e análises variacionistas. Para tanto, será focalizado inicialmente os estudos pioneiros da concordância verbal no PB, em seguida serão reportados alguns estudos variacionistas que analisam o fenômeno em diferentes variedades do português brasileiro em diferentes partes do país.

#### **3.1 A VISÃO NORMATIVISTA**

Os normativistas prescrevem as regras que devem ser seguidas, porém quase sempre as determinações desses gramáticos não acham acolhimento no uso popular da língua, um exemplo disso é a concordância verbal que não se apresenta na fala cotidiana, como exibido nas páginas das gramáticas normativas, uma vez que estas descrevem uma modalidade da língua que é artificial para os brasileiros. Até mesmo aqueles que são considerados os falantes da modalidade culta não utilizam as prescrições normativas a todo o momento, ao contrário, fazem a partir de uma intencionalidade e não de um processo natural de uso nativo, vernáculo da língua.

As gramáticas normativas admitem que a concordância verbal não se processa unicamente como determinada nas suas prescrições, porém, apesar disso, preceituam tais usos como “casos particulares” e, estes são aceitos, nessas gramáticas, pelo fato de terem sido empregados por autores consagrados que, por isso, os legitimam.

Os gramáticos normativos analisados, Almeida, na sua Gramática metódica da língua portuguesa, 19ª edição (1965); Rocha Lima, na sua Gramática normativa da língua portuguesa, 37ª edição (1999) [1957]; Cunha, na sua Gramática do português contemporâneo, 3ª edição (1972) [1970] e Bechara, na sua Moderna gramática portuguesa, 37ª edição (2007) [1961], são unânimes quanto à conceituação da concordância verbal e a definem como a relação estabelecida entre o sujeito e o verbo. Esta relação deve ter por base a subordinação do verbo ao sujeito, ou seja, é preciso que haja concordância de número e pessoa do verbo com o sujeito.

Os gramáticos analisados enfatizam que a concordância verbal está diretamente associada à classificação do sujeito em simples ou composto. Afirmam que sendo o sujeito simples (aquele que possui apenas um núcleo) o verbo deve ficar no singular, mesmo quando seguido de um complemento no plural. Já quando o sujeito for composto (aquele que possui mais de um núcleo) o verbo vai para o plural e concordará com a pessoa que tiver primazia. Sobre esse ponto, Cunha (1972 [1970], p. 340), nas observações, chama atenção para o fato de que na linguagem popular, no Brasil, por causa do desuso do “vós”, evitam-se as formas do sujeito composto que levam o verbo para a segunda pessoa do plural, encontrando-se o verbo na terceira pessoa do plural.

Apesar de expressarem a regra geral, os gramáticos dizem que a concordância pode se processar da palavra para palavra ou da palavra para o sentido. A concordância da palavra para palavra é a que está preconizada na regra geral. Já quanto à concordância de palavra para o sentido, também chamada de concordância ideológica ou silepse<sup>11</sup>, ou ainda sínese<sup>12</sup>, os autores analisados admitem que sendo o sujeito constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, pode levar o verbo para o plural. Contudo, Almeida (1965) enfatiza que só admite tal concordância quando há entre o sujeito e o verbo um distanciamento, pois, segundo ele, o afastamento é “ponto que não pode ser esquecido em casos de sujeitos coletivos. Não há quem nos obrigue a aceitar hoje, por certas, construções como estas – *o exército batalharam, o povo aplaudiram* – por repugnantes ao ouvido e ao gosto de todos [...]”. (ALMEIDA, 1965, p. 400). Observem o exemplo por ele admitido:

---

<sup>11</sup> Silepse é uma figura de construção que trata da concordância que acontece não com o que está explícito na frase, mas com o que está mentalmente subentendido, com o que está oculto. É, portanto, uma concordância ideológica, que ocorre com a ideia que o falante quer transmitir. É também chamada de concordância irregular. O termo silepse vem do grego e significa “ato de compreender”, “compreensão”.

<sup>12</sup> Sínese é a construção sintática em que se dá mais importância ao sentido do que à perfeição da forma; silepse.

- (11) “Logo ao outro dia se abalou o exército, ao som de muitos instrumentos bélicos, e, chegando aos muros, começaram a arvorar escadas.”

Rocha Lima (1999 [1957], p. 408-409) admitindo a concordância semântica, diz que a explicação está na ciência Estilística e que os desvios aparentes da concordância se processam por três motivos: 1) em concordar as palavras pela ideia; 2) pela posição dos termos no discurso e 3) pelo termo que mais interessa acentuar.

Quanto ao sujeito composto, Rocha Lima (1999 [1957], p. 389-390) afirma que a concordância é facultativa com o sujeito mais próximo: a) quando este for posposto ao verbo; b) quando o sujeito for constituído de palavras sinônimas e c) quando os núcleos se ordenarem numa gradação.

Esse gramático admite, ainda, que há interferência no uso da concordância na posição do sujeito, ou seja, a posição que o sujeito ocupa na sentença está diretamente ligada à ocorrência da concordância verbal. Assim, é possível inferir que sendo o sujeito anteposto haverá a tendência de se aplicar a regra de concordância, conforme preceitua a gramática normativa, já quando o sujeito se apresenta posposto, há maior possibilidade de não ocorrer à concordância.

Outra particularidade que chama a atenção é a concordância por atração, como denominam os gramáticos. Observem o que diz Almeida (1965):

Há certos casos curiosos em que o verbo deixa de concordar com o sujeito para concordar com o predicativo. Constitui esse um fenômeno de “concordância por atração” e se opera sempre que na frase entra o verbo *ser* ou *parecer* e um sujeito constituído de *o, aquilo, isso, isto, tudo*: “Isto são histórias”. (ALMEIDA, 1965, p. 410).

Os autores observados admitem a ocorrência de “casos especiais” e não apenas de regras gramaticais para que se processe a concordância verbal, aceitando, assim, que às vezes, a concordância aconteça por critérios sintáticos, morfológicos ou semânticos, admitindo

inclusive que o verbo não se pluralize. Desse modo, observamos que a visão tradicional não se mostra lógica, pois mesmo determinando a concordância verbal como a subordinação obrigatória do verbo ao sujeito aceita a possibilidade de ocorrer a adequação da regra a outras condições, legitimando, mesmo de uma maneira implícita, a variação linguística existente no fenômeno da concordância verbal, apesar de, por outro lado, em seu discurso, os gramáticos normativos se caracterizem pela veemente condenação aos usos eleitos pela fala popular, rejeitando-os explicitamente.

### 3.2 AS ANÁLISES DESCRITIVAS

A análise científica de uma estrutura linguística busca mostrar como tal estrutura é utilizada pelos falantes de uma língua, sem, contudo, prescrever regras, ao contrário, procura exibir as regras usadas, descrevendo-as, sem atribuir-lhe valor de certo ou errado. Assim, a descrição de um fenômeno linguístico servirá para que se possa melhor conhecer e, logicamente, entender os mecanismos que o falante utiliza para sua produção linguística.

A concordância verbal é um dos fenômenos que mais chama a atenção por se mostrar mais visível às pessoas de modo geral e que, por isso mesmo, mais propício ao preconceito, já que a grande maioria da população não faz aplicação da regra de concordância como determinado pela gramática normativa, caracterizando assim a variedade popular. Então, faz-se necessário que se busque descrever o uso efetivo pelos falantes para que, dessa maneira, seja possível determinar quais as regras empregadas por estes e provar que estas seguem uma regularidade e não são aleatórias por não seguirem o que preceitua a tradição gramatical.

Castilho (2012, p. 411-412), Perini (2002, p. 186), abordando o fenômeno da concordância verbal, dizem que a tradição gramatical entende a tal fenômeno linguístico como um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações. Castilho (2012, p. 411-412) afirma que, apesar disso, o verbo não concorda com seus argumentos nem com os adjuntos, por isso, diz-se que a sentença é assimétrica em relação à

concordância, ou seja, o verbo concorda com o sujeito que é expresso no caso reto e não concorda com os complementos, expressos no caso oblíquo.

Castilho (2012, p 273) diz que a postulação de regras variáveis capta melhor o que ocorre na concordância verbal do PB, pois esta não pode ser descrita em termos de regras categóricas, isto graças à complexidade dos fatores determinantes da concordância e da instabilidade em sua execução no PB. Esse autor diz, ainda, que a tendência da perda da concordância no PB pode ser explicada, pois, segundo ele, o PB se caracteriza como uma língua progressivamente configuracional, isto é, de ordem rígida, em que a posição dos constituintes assinala sua função, o que dispensaria a concordância expressa através de reinteração de expedientes morfológicos.

Concordamos com o autor quando diz que o PB está se caracterizando como uma língua configuracional, pois se percebe que o falante, em alguns casos, interpretam uma função por outra quando a posição do elemento na sentença não estiver na posição canônica. Um exemplo disso é o sujeito posposto, que deixa de ser interpretado como sujeito, promovendo o desfavorecimento da aplicação da regra de concordância nesse caso. Porém, contrariamente ao que afirma Castilho (2012), quanto à possível perda de concordância no PB, os resultados, da maioria dos estudos sociolinguísticos empreendidos sobre a concordância verbal no PB, mostram que os mais jovens tendem a uma maior aplicação da regra de concordância, o que sugere uma situação de mudança em curso, mostrando, desse modo, uma tendência a aquisição da regra de concordância, e não uma situação de perda de concordância como sugere o autor.

A concordância verbal se processa graças a um conjunto de fatores linguísticos e sociais que interferem no seu uso, pois o falante fará concordância a partir da sua intuição de falante nativo, dos conhecimentos adquiridos durante sua vida e dos fatores sociais que o condiciona, não sendo, portanto, os conhecimentos formais, aqueles que são aprendidos na escola, os que, obrigatoriamente, serão utilizados no cotidiano, dessa forma, o uso do dia a dia, da fala despreocupada não será feito pela prescrição gramatical.

Já Perini (2002, p.186) afirma que não existe propriamente o fenômeno de violação da concordância verbal quando o falante não utiliza as regras normativas e que a inaceitabilidade de algumas frases pode ser explicada por outros meios. Assim, propõe uma análise que compreende a concordância verbal como alguns procedimentos que rotulam certos sintagmas,

atribuindo-lhes funções sintáticas. Esse autor afirma, ainda, que para explicar os casos em que a tradição considera como violação, como erro, é necessária a utilização, além dos procedimentos de rotulação, outros recursos que funcionam como filtros, os quais não pertencem propriamente ao mecanismo da concordância, mas são necessários para explicar frases como não aceitáveis.

Para o autor, a rotulação é aplicada aos SNs de nível oracional, ou seja, que se aplica a sujeitos e objetos diretos. Observem como se formulam os procedimentos:

Rotulação dos SNs de nível oracional<sup>13</sup>

- a) Um SN que estiver em relação de concordância com o núcleo do predicado é **sujeito**;
- b) Um SN (marcado [+Q]) que não é sujeito é **objeto direto (OD)**;
- c) Quanto ao objeto direto:
  - (c.a) se é um clítico, é um **OD clítico**;
  - (c.b) se não é clítico, então
    - (c.b.1) se vem depois do NdP, é um **OD não-topicalizado**;
    - (c.b.2) se vem antes do NdP, e contém um elemento Q é um **OD-Q**; e, se vem antes do NdP, e não contém um elemento Q é um **OD topicalizado**. (PERINI, 2002, p. 187-188).

O autor através de exemplos ilustra a aplicação desses procedimentos. Observem os exemplos e as explicações por ele mostrados:

(12) “Minhas sobrinhas ganharam um cavalo.”

---

<sup>13</sup> Os grifos são do autor. O símbolo [+Q] refere-se às frases que apresentam as palavras *que, quem, o qual* e SNs introduzidos por: por *que qual, quanto(s)*.

O autor ressalta que os SNs a serem rotulados são *minhas sobrinhas* e *um cavalo*. O SN *minhas sobrinhas* está em relação de concordância com o NdP *ganharam*, e é, portanto, o sujeito. Analisando o SN *um cavalo*, verificou-se que não está em relação de concordância com o NdP, e é, portanto, um OD. Não é um clítico e vem depois do NdP – então, trata-se de um OD não-topicalizado.

(13) “Um cavalo, minhas sobrinhas ganharam.”

No exemplo (13), o autor defende a ideia de que como o SN *um cavalo*, antecede o NdP, não é clítico nem contém um elemento Q, portanto seria rotulado de OD topicalizado.

(14) “Quantos cavalos sua sobrinha ganhou?”

Nesse exemplo, Perini (2002, p. 188) afirma que o SN *sua sobrinha* é o sujeito, e *quantos cavalos* um OD-Q.

(15) “Minha sobrinha o vendeu.”

Já nesse exemplo, o autor diz que o OD é o clítico.

O autor salienta que esse mecanismo da concordância verbal, limita-se a atribuir funções aos SNs de nível oracional, e afirma que tal mecanismo não consegue explicar a inaceitabilidade de frases usualmente consideradas “erros de concordância”. O linguista diz, também, que o “erro de concordância” não é uma decorrência direta do mecanismo da concordância, mas de outros fatores gramaticais, assim, “erro de concordância” não existe. Para ele, o que na verdade existe é uma “violação de certos filtros e restrições independentes do mecanismo da concordância” (PERINI, 2002, p. 189).

Explica que, a princípio, qualquer combinação entre o SN e qualquer forma de verbo no NdP é bem formada, porém, numa segunda fase, é possível perceber que muitas combinações não são aceitáveis, e tal inaceitabilidade se processa aplicando-se filtros e restrições os quais marcam muitas combinações como mal formadas. O autor sugere algumas restrições a serem consideradas:

- a) Restrição de transitividade (RT) – nesse caso, segundo o autor, a estrutura da oração precisa respeitar as condições de transitividade do verbo que ocupa seu NdP;
- b) Restrição de caso (RC) – nesse caso os pronomes pessoais têm formas especializadas quando desempenham a função do OD; nenhuma outra forma desses pronomes pode desempenhar essa função. Observem a explicação do autor:

[...] (95) \*Nós adormeci na banheira. Rotulando o SN *nós*, verificamos que se trata de um OD topicalizado. O SN *a banheira* não é de nível oracional: é parte de um sintagma maior, *na banheira*, que não é um SN. A oração fica sem sujeito, pois não há nenhum SN em relação de concordância com o NdP. Ora, se *nós* é um OD, temos aí não uma, mas duas violações. Primeiro, o verbo *adormecer* não aceita OD; e, depois, ainda que aceitasse, a forma *nós* não poderia ser OD, por se tratar de uma forma reta (nominativa). Como resultado, (95) não pode ser aceitável. (PERINI, 2002, p. 190).

Concordamos com o autor quanto à ideia de não haver violação da concordância pelo falante quando não usa as regras normativas, pois o falante usa na sua fala elementos que permitem identificar sua intenção de uso se é o singular ou o plural, não sendo necessário que se marque todos os elementos da sentença para que se faça o plural. Como bem disse o autor, o que se deve notar é a questão da aceitabilidade da sentença, e esta não está determinada nos manuais normativos, já que mesmo aqueles falantes que não tiveram uma educação formal são capazes de identificar se a sentença é ou não bem formada, o que vem corroborar com a ideia de restrições mostrada pelo autor.

Perini (2010) observa que no PB a concordância verbal é mais restrita do que no português escrito. O autor salienta que naquele não se usam as formas de segunda pessoa,



como *vais* ou *ides*, e as formas de terceira pessoa do plural, *vão* e *andam* tendem a perder espaço em favor das de terceira pessoa do singular, *vai* e *anda* e exemplifica como a concordância verbal é realizada correntemente na fala da maioria dos usuários do PB e como é realizada pela forma mais conservadora. Observem os exemplos:

(16) “Elas não consegue subir no banco.”

(17) “Elas não conseguem subir no banco.”

Perini (2010, p. 274) busca, inicialmente, descrever a forma tradicional e diz que ela não consegue explicar com uma série de problemas. Vejam os exemplos:

(18) “O Márcio chegou de Salvador.”

(19) “\*O Márcio cheguei de Salvador.”

(20) “\*Eu chegou de Salvador.”

O autor questiona qual o mecanismo que permite proferir sentença como (18) e não como (19) ou (20). A tradição gramatical, como dito, “vê aí uma regra que procura adaptar o verbo aos traços de pessoa e número do SN precedente, o sujeito.” (PERINI, 2010, p. 274). Porém, chama a atenção para o fato de que essa explicação se choca com uma série de problemas. Observem alguns deles:

(21) “Cheguei de Salvador.”

Analisando essa frase, o autor questiona a qual termo o verbo estaria se adaptando. Diz que não podendo ser “de Salvador” e como não há outro sintagma na oração além do próprio verbo, assim, para ele, restando postular, nesse caso, um “sujeito oculto”. O autor diz que se cria um sintagma imaginário, abstrato para assim explicar a concordância, mas que não aparece e que não se tem evidência de que há tal sintagma. Perini (2010, p.274) acentua, ainda, que se fala de um sintagma e não de uma unidade puramente semântica. Ele diz também que na frase é possível entender quem chegou de Salvador, pois a desinência verbal não é ambígua. Portanto, Perini (2010, p. 274) diz que não há necessidade de postular o sujeito oculto para dar conta desse elemento semântico. Assim, ele conclui que o sujeito oculto foi criado apenas para salvar a hipótese de que a forma do verbo depende da concordância com um sujeito.

(21) “Cheguei de Salvador.”

(22) “Eu cheguei de Salvador.”

Quanto ao exemplo (22), o autor afirma que é redundante, pois por duas vezes apresenta o tema pelo sujeito e pela terminação verbal, já exemplo (21) não apresenta redundância, o tema é apresentado apenas uma vez, pela terminação verbal. Diz o autor, ainda, que a análise tradicional nega isso, pois para tal análise tanto (21) quanto (22) têm sujeitos, então ambas seriam redundantes, o que, segundo ele, é negado pela experiência. Ele continua afirmando que se se admitir que o sujeito (oculto) existe dispara a concordância, mas não vale para a interpretação semântica, têm-se então dois tipos de sujeito: um que dispara a concordância e é semanticamente interpretado, e outro que dispara a concordância, mas não é semanticamente interpretado.

Assim, Perini (2010, p. 275) propõe que, assumindo uma análise mais concreta, é possível admitir que o sujeito é um SN presente na oração. A sentença (22) tem sujeito e a (21) não tem. Para esse autor, admite-se que um dos papéis temáticos associados ao verbo pode ser representado duplamente na sintaxe: pelo sujeito e/ou pela terminação verbal (o sufixo de pessoa-número). Essa sinalização dupla só afeta o sujeito, e não ocorre, como em (21), já em (22) ela está presente. E, afirma que, é o sujeito o SN que recebe o papel temático já indicado pelo sufixo pessoa-número.

Desta maneira, para Perini (2010, p. 275), tal análise evita a criação e, posteriormente, a eliminação de um sujeito abstrato (oculto) e, conseqüentemente, fica-se liberado da afirmação de que esse sujeito vale para certas coisas (dispara a concordância), mas não para

O autor enfatiza que no PB a diferença entre a terceira pessoa do singular e do plural tende a outras (não fornece uma indicação redundante de um dos papéis temáticos associados ao verbo).

Continuando a análise, o autor diz que pode ser explicada, pela semântica, a impossibilidade de dizer sentenças como a:

(23) “\*Eu chegou de Salvador.”

O linguista salienta que o que se tem neste caso é uma indicação contraditória sobre qual é o tema da oração, o sujeito se refere à primeira pessoa do singular (eu), porém o sufixo verbal diz que é de terceira pessoa. Assim, a sentença é semanticamente mal formada, por isso mesmo, é rejeitada pelos falantes.

Quanto à terceira pessoa, Perini, (2010, p. 277) afirma que ela pode acontecer sem sujeito quando este se entende como indeterminado. Observem os exemplos:

(24) “Quebraram a janela.”

(25) “Nessa fazenda planta café e milho.”

Fazendo uma análise mais específica sobre a concordância verbal no PB, o autor diz:

No PB, o filtro é bem mais reduzido do que no português escrito, por causa de fenômenos como a eliminação histórica da segunda pessoa gramatical. Mesmo nas variedades que preservam o uso do pronome *tu*, a forma verbal é muitas vezes a de terceira pessoa, que assim vai se firmando como uma espécie de forma não marcada [...]. (PERINI, 2010, p. 277).

Exemplificando o que disse, o autor mostra sentença como:

(26) “Tu gosta de camarão?”

Já para aqueles falantes em geral mais escolarizados o filtro é mais exigente e há uma manutenção da forma de segunda pessoa e dizem:

(27) “Tu gostas de camarão?”

desaparecer. Porém, afirma que, em geral, nas áreas urbanas não se diz:

(28) “Eles é do Rio.”

Já com verbos fonologicamente menos salientes a distinção nem sempre é respeitada, mesmo entre os falantes escolarizados, observem os exemplos:

(29) “Eles gostava de camarão.”

Castilho (2012, p. 411-412) para apresentar como se processa a concordância verbal no PB não padrão, embasado em estudos linguísticos de diversos autores como Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Naro e Scherre (1991) etc, enfatiza, como anteriormente dito, que às regras de concordância estão sujeitas as regras variáveis, dependendo de um conjunto de fatores como: 1) Saliência morfológica - maior saliência acarreta mais casos de concordância; 2) Proximidade/distância entre o verbo e o sujeito – quanto mais próximo o sujeito estiver do verbo maior probabilidade de ocorrer concordância; 3) Posição do sujeito na sentença – a anteposição favorece e a posposição desfavorece a concordância; 4) Paralelismo linguístico – marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, ou seja, a presença de plural num sintagma verbal leva a outros sintagmas verbais no plural, assim como a ausência de plural leva a outros no singular; 5) nível sociocultural dos falantes – as classes socioculturais altas dispõem de mais regras de concordância que as mais baixas.

Diante de tudo que foi exposto, pode-se perceber que o fenômeno da concordância verbal é visto sob uma nova ótica pelos descritivistas, pois se demonstrou que, para se estabelecer a concordância, não se faz necessário que todos os termos da sentença tenham marcas do plural, e, além disso, pode-se notar, dessa forma, uma visão mais coerente sobre as restrições que podem afetar a concordância verbal.

### 3.3 A ABORDAGEM VARIACIONISTA

Os fenômenos linguísticos são estudados pela Sociolinguística levando em conta a heterogeneidade da língua, buscando analisar quais fatores que condicionam o uso, a escolha do falante. A concordância verbal, como um desses fenômenos variáveis, vem sendo estudada em diversas variedades do PB. Assim, nesta seção, serão exibidos os resultados de algumas dessas pesquisas que analisaram a variação do uso da concordância na terceira pessoa do plural no português culto e no popular, urbano e rural. A princípio serão exibidos os estudos pioneiros que nortearam as pesquisas posteriores, depois são apresentadas algumas pesquisas mais recentes sobre o tema. Após a caracterização de cada estudo, serão apresentados os resultados encontrados abordando as variáveis sociais e linguísticas nesta ordem.

#### **3.3.1 Os variacionistas: os pioneiros no estudo na concordância verbal do PB**

Os estudos variacionistas sobre a concordância verbal no PB têm início com a pesquisa empreendida por Lemle e Naro (1977) os quais observaram o uso desse fenômeno na terceira pessoa do plural por 20 alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Os informantes estavam divididos em 11 homens e 9 mulheres, sendo 6 informantes com mais de 40 anos de idade e 14 com menos de 30. Ressaltando-se que, com o objetivo de investigar a formalidade do uso da concordância verbal, cada informante foi entrevistado por 7 vezes, perfazendo um total de 140 entrevistas.

Os autores informam que foram controladas as variáveis: estilística (circunstância da entrevista); semântica (definição ou indefinição do sujeito); posicional (posição do sujeito) e morfológica (diferenciação fônica entre as formas singular/plural do verbo). Dessas, foram

selecionadas, como relevantes para o uso da concordância verbal, as variáveis: morfológica e a posicional. Eles perceberam, na variável morfológica, que sendo mais saliente a diferença entre singular e o plural maior será a probabilidade de ocorrência da concordância. Na variável posicional, os pesquisadores notaram que quando o sujeito aparece posposto ao verbo há um desfavorecimento para que a regra de concordância seja aplicada. A partir dessa importante contribuição para o estudo da concordância, as pesquisas que sucederam incorporaram a análise dessas variáveis em seus estudos.

Naro (1981) analisou o fenômeno da concordância verbal, no *corpus* Competências Básicas do Português, utilizando a fala dos estudantes do MOBREAL, mas que ainda eram analfabetos, provenientes das classes menos favorecidas, sendo todos nascidos no Rio de Janeiro ou ali estabelecidos desde crianças, divididos em: 9 homens, distribuídos em duas faixas etárias (16 a 20 e 37 a 54 anos) e 8 mulheres distribuídas também em duas faixas etárias (15 a 26 e 43 a 45 anos).

Nesse estudo, o autor estabelece os níveis crescentes da saliência fônica entre singular/plural dos verbos, confirmando a importância da distinção de tonicidade para o uso da concordância. Também reafirmou que a posição ocupada pelo sujeito na oração exerce grande influência sobre o uso ou não da concordância verbal. Quanto às variáveis sociais, ele informa que observou: local de origem; sexo e idade, mas que essas não se mostraram relevantes, apesar de ele salientar que os dados mostraram que a aplicação da regra terá mais possibilidade de acontecer quando o informante tiver origem no subúrbio, quando for mais velho e quando for do sexo feminino. Também foi observada, pelo autor, a influência que a mídia exerce sobre a fala dos entrevistados e se percebeu que aqueles que mais assistiam televisão tendiam a um maior uso da concordância.

Desta forma, é possível afirmar que o contato com a mídia é um fator de favorecimento para a concordância verbal, o que vem corroborar com a ideia de aquisição da concordância pelos falantes, ou seja, uma maior exposição com outras variedades linguísticas possibilita a aplicação da concordância.

Naro (1981, p. 64) conclui que a variação do uso da regra de concordância aparece com maior frequência na fala popular e postula, ainda, que está ocorrendo a perda da marca de flexão verbal na terceira pessoa do plural nessa variedade da língua do PB e que tal fenômeno é resultado de uma deriva secular (*cf.* seção 4.4.1).

Guy (1981) defendendo a ideia de ser o PPB de origem crioula, e também utilizando o *corpus* Competências Básicas do Português, exibe novas interpretações do que foi exposto por Naro (1981). Para realizar sua pesquisa, Guy usa variáveis semelhantes às usadas por Naro (1981) e observa que, em relação à posição do sujeito, quando este não se realiza aumenta a possibilidade de acontecer a concordância, sendo, para ele, uma estratégia funcional usada pelo falante. Um ponto que chama a atenção no estudo de Guy é a investigação da possibilidade de a fala do documentador influenciar a fala do entrevistado, como de fato aconteceu, conforme atestam os dados obtidos.

Quanto à saliência fônica, ele verificou que quanto mais saliente as formas entre singular e plural maior será a possibilidade de aplicação da regra de concordância, confirmando, desse modo, o que se esperava. Além disso, vale dizer que o autor chama a atenção para essa variável, dizendo, ele, que a verificação do favorecimento dos contextos mais salientes para a realização da concordância é um indício da aquisição da regra de concordância.

As variáveis sociais: estilo do discurso (casual ou cuidado), sexo (masculino ou feminino) e idade (adolescentes, jovens adultos e adultos) foram, segundo o autor, as variáveis que favorecem a ocorrência da concordância verbal. Guy (1981) informa que as mulheres lideram na aplicação da regra e que são os adolescentes os que mais fazem a concordância, apontando para uma mudança em curso, ou seja, para a aquisição da regra de concordância e não para a perda como postula Naro (1981).

Naro e Scherre (1991) por acreditarem que a variação da concordância no PB é resultado de uma deriva secular da língua, como anteriormente dito, e verificando que esse fenômeno não é, para eles, exclusivo do PB, fazem estudo da época pré-latina até o português pré-clássico e concluem que houve perda do -s final e da nasalização, no latim e em línguas mais antigas, reforçando, dessa forma, suas ideias de deriva.

Naro e Scherre (2010, p. 83) reafirmam sua posição quanto à ação da deriva na concordância verbal no PB, pois, observaram a ocorrência de variação na concordância tanto em textos antigos, bem como no português europeu rural. Esses autores admitem, porém, que essa variação não ultrapassa 1% das ocorrências, e, além disso, Mattos e Silva (1998, p. 173), analisando textos no período arcaico, como o Diálogo de São Gregório, aponta dois fatores como propulsores da não aplicação da regra: a de natureza semântica (sujeito coletivo e de



natureza sintática (maior distância entre sujeito e verbo). A autora diz ainda que foi verificado se o tipo morfológico do verbo interferia no uso da regra e constatou que houve perda na nasalidade, mas levanta a possibilidade de a falta de concordância em textos antigos ser proveniente de erros dos copistas.

Como é possível observar, constatou-se a variação da concordância no PE, no entanto, sua ocorrência é mínima, diferente do que acontece no Brasil, onde a grande maioria dos falantes não faz uso da regra de concordância. Então, cremos que não se pode alegar que a ação de uma deriva secular atue em uma variante da língua, como seria o caso do PB e em outra, a variante PE, a sua atuação seja insignificante. Outro ponto que o presente estudo discorda da posição dos professores Scherre e Naro é quanto à atribuição de que, no Brasil, estaria ocorrendo à perda da concordância, pois como se verá mais adiante, a maioria dos estudos que estão sendo empreendidos atesta que são os mais jovens os que mais aplicam a regra de concordância, sugerindo uma mudança em curso, ou seja, os resultados apontam que está acontecendo à aquisição da regra.

### **3.3.2 Os variacionistas: alguns trabalhos posteriores**

As informações apresentadas nesta seção são baseadas em alguns estudos variacionistas mais recentes sobre o tema e foram realizados nas variedades culta e popular do PB, nas zonas urbana, rural e rural afro-brasileira em diversos locais do Brasil. As pesquisas aqui exibidas foram empreendidas por: Araújo (2014), Souza (2009), Monguilhott (2001), Silva (2005), Vieira (1995), Resende (2006), e Silva (2003)<sup>14</sup>, como se verá a seguir.

---

<sup>14</sup> A apresentação dos resultados das pesquisas será feita conjuntamente por variável, iniciando-se pelas sociais e posteriormente pelas linguísticas.

### 3.3.2.1 Caracterizando as Pesquisas Apresentadas<sup>15</sup>.

Araújo (2014) pesquisou a fala de 48 entrevistados, entre homens e mulheres, dos projetos: *A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3* e *A concordância verbal no português falado na região de Feira de Santana: elementos para a caracterização sociolinguística do português do Brasil*, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, desses, 36 informantes eram analfabetos ou com pouca escolarização, ou seja, com até 4 anos de escolaridade, divididos em 12 informantes da zona rural e 24 da sede do município, sendo desses 12 filhos de feirenses e 12 filhos de migrantes. Os 12 informantes restantes apresentavam o nível superior completo, com ou sem pós-graduação, todos nascidos na sede do município. As idades desses informantes estavam divididas em três faixas etárias: faixa I de 25 a 35 anos; faixa II de 45 a 55 anos e faixa III de 65 anos ou mais.

Souza (2009) investigou a fala de 66 informantes, sendo 48 informantes pertencentes ao *corpus* do Programa de Estudos do Português Popular de Salvador (PEPP), e 18 informantes do *corpus* do Projeto Norma Urbana Culta/Salvador (NURC/SSA).

Os informantes foram divididos equitativamente entre homens e mulheres, em diferentes faixas etárias. No PEPP, as faixas etárias foram divididas em quatro (Faixa I 15 a 24 anos, Faixa II 25 a 35 anos, Faixa III 45 a 55 e Faixa IV 65 anos ou mais), com escolaridade variando entre até 5 anos de escolarização até o nível superior completo, (com exceção da Faixa I, na qual do informantes são observados até o Ensino Médio). No NURC, as faixas etárias foram divididas em três (Faixa I 25 a 35, Faixa II 45 a 55 e Faixa III 65 anos ou mais), com escolaridade exclusiva ao nível superior.

Monguilhott (2001) observou a fala de informantes do Projeto Interinstitucional Variação Linguística Urbana da Região Sul (VARSUL) da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Foram analisadas 24 entrevistas, com homens e mulheres, distribuídos em três faixas etárias: faixa I de 15 a 24, Faixa II de 25 a 45 e Faixa III de 52 a 76 anos com escolaridade variando entre 4 a 11 anos.

---

<sup>15</sup> A ordem de apresentação das características dos estudos será: o estudo que investiga o português culto, seguido de estudos nas zonas urbanas, rurais e afro-brasileiras.

Já Silva (2005) realizou estudo em três comunidades localizadas na região Sudoeste do Estado da Bahia, são elas: Cinzento, comunidade rural afro-brasileira, localizada no município de Planalto, Morrinho, comunidade rural, localizada a 10 km da Sede do município de Poções e a comunidade de fala da Sede desse mesmo município, comunidade urbana. Para tanto, foram observadas as falas de 36 informantes divididos equitativamente entre homens e mulheres, em três faixas etárias (Faixa I 25 a 40 anos, Faixa II 41 a 60 anos, e Faixa III 61 anos diante), com escolaridade variando entre não-alfabetizado e semi-alfabetizado.

Nessa mesma linha, Vieira (1995) investigou 12 comunidades rurais pesqueiras do Norte fluminense utilizando o *corpus* do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Para tanto, observou-se a fala de 72 informantes que foram divididos em três faixas etárias (Faixa I de 18 a 35 anos, Faixa II de 36 a 55 anos, e Faixa III de 56 a 70 anos), com escolaridade variando entre não-alfabetizado a semi-alfabetizado, salientando que todos os informantes são do sexo masculino, pois a atividade de pesca é uma atividade eminentemente masculina.

Resende (2006) investigou a comunidade rural afro-brasileira de Conceição de Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte, localizado no Sudeste do Estado de Minas Gerais. A comunidade nasceu como rota do ciclo do ouro e abrigava bandeirantes, colonizadores e seus escravos, como passou a ser rota de contrabando de ouro, por ordem do governo, a região ficou interdita ao povoamento e à mineração, caracterizando-se, assim, por ficar isolada por três séculos. A autora salienta que, na sua formação, a localidade foi constituída de brancos, negros e índios, o que remete ao contato linguístico.

O estudo observou a fala de 34 informantes divididos equitativamente entre homens e mulheres, em três faixas etárias (Faixa I de 15 a 31 anos, Faixa II de 32 a 59 anos, e Faixa III 60 anos diante), com escolaridade variando entre não-alfabetizado até o ensino médio.

Silva (2003) realizou estudo em comunidades rurais afro-brasileiras: Cinzento, Helvécia, Barra e Bananal, localizadas, respectivamente, nos municípios de Planalto, Nova Viçosa e as duas últimas no município de Rio de Contas todas no Estado da Bahia nas respectivas regiões: Sudoeste, Sul e Chapada Diamantina. Para tanto, Esse autor observou a fala de 36 informantes divididos equitativamente entre homens e mulheres, em três faixas etárias (Faixa I de 20 a 40 anos, Faixa II de 41 a 60 anos, e Faixa III com idade igual ou superior a 61 anos), com escolaridade variando entre não-alfabetizado e semi-alfabetizado.

### 3.3.2.2 Os Resultados das Pesquisas

De início, serão mostrados, nesta seção, os resultados gerais da aplicação/não aplicação da regra de concordância verbal nas comunidades de fala apresentadas, em seguida, serão exibidos os resultados das variáveis sociais e das variáveis explanatórias, respectivamente.

Os resultados mostram os dados gerais das ocorrências de situações em que as formas verbais de terceira pessoa do plural pudessem acontecer, bem como a quantidade de ocorrências em que se aplicaram a regra de concordância verbal. A Tabela 4 demonstra os resultados gerais:

**Tabela 4:** Aplicação da regra de Concordância verbal das comunidades de fala<sup>16</sup>

Comunidade	Aplicação/Percentual	Não aplicação/percentuais	Total
Feira de Santana	940/47,74%	1029/52,26%	1969
Salvador	2338/69%	1030/31%	3368
Florianópolis	1251/79%	332/21%	1583
Cinz./Mour./Poções	367/17%	1733/83%	2100
Norte Fluminense	846/38%	1406/62%	2252
Conc. de Ibitipoca	825/32%	1775/68%	2600
Cinz./Helv./Bar/Ban.	273/16%	1433/84%	1706

<sup>16</sup> Tabela por mim adaptada a partir dos resultados das pesquisas analisadas.

Como é possível observar examinando a Tabela 4, Salvador e Florianópolis são as comunidades de fala nas quais a quantidade de aplicação da regra de concordância verbal supera a não aplicação. A explicação para os resultados de Salvador e Florianópolis pode estar em serem estas capitais de Estados, onde a interação social se processa de forma muito mais intensa do que em comunidades rurais ou mesmo urbanas de pequeno porte que se localizam no interior. Lembrando, ainda, que a pesquisa realizada em Salvador observou além da fala popular também a fala culta (*cf.* seção 3.3.2.1). Assim, pode-se afirmar que os dados corroboram com o a ideia de polarização sociolinguística do PB que foi esboçada por Silva Neto (1963, p. 88-89) e sistematizada por Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006)<sup>17</sup>, já que Salvador e Florianópolis, como centros urbanos que são, tendem a conservar a língua mais próxima do padrão linguístico e, deve-se assinalar que em tais lugares é muito maior o acesso a educação formal e aos meios de comunicação, o que favorece a aquisição da regra de concordância. Some-se a isso o fato de a pesquisa empreendida em Salvador observar, além a fala popular, também a fala culta, que é a variante linguística mais próxima do padrão, incluindo a aplicação da regra de concordância verbal, o que não quer dizer que a utilizem em todas as ocasiões, porém são esses falantes os que mais a usa.

Já Feira de Santana, como se percebe na Tabela 4, apresenta percentuais próximos de 50%, vale ressaltar que tais percentuais se referem ao resultado geral da pesquisa, englobando os falantes da variante culta e os falantes da variante popular (*cf.* seção 3.3.2.1), porém, quando se observa os falantes cultos e populares separadamente, nota-se uma situação de contraste entre tais falantes, pois no português popular o percentual de concordância foi de 24,5%. Já no português culto o percentual de concordância atingiu 93,6%.

As outras comunidades estudadas, ou seja, Cinzento, Mourinho e Poções; Norte Fluminense; Conceição de Ibitipoca; Cinzento, Helvécia, Barra e Bananal, por serem rurais, isoladas ou mesmo urbanas, mas com um número pequeno de habitantes, são mais conservadoras, ou seja, estas tendem à manutenção da língua dos seus antepassados, os quais, na sua maioria, eram compostos de negros escravizados, índios aculturados e mestiços que adquiriram o português de maneira precária, ou seja, aprendiam o português de falantes que

---

<sup>17</sup> *Cf.* seção 2.2 A bipolarização sociolinguística do Brasil e a norma popular brasileira.

não tinham essa língua como nativa. Assim, essa segunda língua, que era falada de forma defectiva, foi se tornando língua materna dos seus descendentes, caracterizando assim o processo de Transmissão Linguística Irregular (*cf.* seção 4.4.2).

Apesar disso, quando se observa isoladamente comunidades rurais e urbanas, ainda que de pequeno porte, é possível perceber que há diferença entre o urbano e o rural, um exemplo disso são as três comunidades estudadas por Silva (2005), uma urbana (a Sede do município de Poções) uma rural (Morrinhos, zona rural do município de Poções) e uma rural afro-brasileira (Cinzento, zona rural do município de Planalto). Os resultados obtidos por cada comunidade mostram que Poções apresentou maior favorecimento para a concordância verbal com peso relativo de .66, seguido da comunidade de Morrinhos com peso relativo de .52 e por fim a comunidade de Cinzento com peso relativo de .39, esta última comunidade rural afro-brasileira, que ficou isolada por um longo período.

Desse modo, contrastando o urbano e o rural, verifica-se que a zona urbana aplica mais a regra de concordância do que a zona rural, o que já era de se esperar, pois na zona urbana se tem maior possibilidade de interação social, nela as pessoas estão mais expostas às novas tecnologias e ao contato com pessoas de diferentes comunidades, graças a um mais fácil acesso aos meios de transporte, e isso tudo propicia uma maior troca linguística, favorecendo assim a aquisição do padrão linguístico, incluindo, também, a aplicação da regra de concordância verbal. Já a zona rural é mais conservadora, geralmente não dispõe de acesso fácil para outras localidades, além disso, não dispõe de aparatos tecnológicos à disposição da população como acontece na zona urbana, o que promove um maior distanciamento com o padrão linguístico.

Corroborando com o que foi dito acima, tem-se o estudo realizado por Araújo (2014) que verificou, no português popular na zona rural de Feira de Santana, o percentual de concordância verbal foi de 21,6%, na zona urbana, com falantes filhos de migrantes o índice de concordância foi de 24,1%, já com falantes filhos de feirenses o percentual passa para 27,9%.

### 3.3.2.2.1 As variáveis sociais

As variáveis sociais são grupos de fatores que buscam explicar a interferência do caráter social, incluindo questões históricas e culturais, na escolha da variante que os falantes fazem de sua língua. Assim, nesta seção, serão mostradas as variáveis sociais que foram selecionadas como relevantes para a concordância verbal nos estudos analisados.

Em Feira de Santana, no português popular, Araújo (2014) verificou que há um equilíbrio entre os falantes das faixas etárias I e II, já que em ambas o peso relativo foi de .56, em termos percentuais atingiram 28,9% e 29,2% respectivamente. A faixa III obteve um peso relativo de .40 e um percentual de 16,6%, o que levou a autora a afirmar que, na comunidade de fala estudada, “há uma tendência a um processo de mudança em curso, em direção ao uso das marcas de número nas formas verbais.” (ARAÚJO, 2014, p. 289).

Ainda observando o estudo de Araújo (2014), agora no português culto, têm-se os seguintes pesos relativos e percentuais: faixa I .40 de peso de relativo e 93,2% de percentual de aplicação de regra de concordância verbal, na faixa II .31 e um percentual de 91,4% e na faixa III .88 e um percentual de 99,49%, o que faz a autora concluir que apenas da faixa III há um favorecimento para aplicação da regra de concordância. Crer-se que disso se pode inferir que ocorre, com esses falantes, a chamada mudança de cima para baixo, ou seja, do padrão para o não padrão para que dessa maneira se torne mais fácil se inserir nos grupos mais populares e de trabalho.

Souza (2009) informa que em Salvador os falantes mais velhos são os que mais fazem concordância, estes obtiveram um peso relativo de .69, já os mais jovens apresentaram um peso relativo de .43. A autora diz que mesmo fazendo o cruzamento dos dados da faixa etária com a escolaridade são os mais velhos os que mais realizam a concordância em todos os níveis de escolarização. Segundo ela, sugerindo uma possível perda de marcas explícitas no verbo no PB.

A explicação para este fenômeno que ocorrem em Salvador, talvez esteja na sua sócio-história, pois essa cidade era, no passado, o lugar onde mais se conservava os costumes e a língua de Portugal, já que nela se concentrava o centro administrativo da Colônia e, por

isso mesmo, abrigava maior quantidade de falantes do português. Assim, parece lógico que também se conservassem as marcas dessa variante, então se estaria ali conservando tais marcas e, portanto, não estaria acontecendo a perda da flexão verbal como sugere a autora, mas sim a conservação da variante utilizada naquela época.

Em Florianópolis, Monguilhott (2001) diz que os falantes mais velhos e os mais novos exibem semelhanças no uso da concordância, sendo os de meia idade os que menos concordam, sugerindo uma situação de variação estável. Porém, observa ainda que se se levar em conta a escolaridade se verá que entre aqueles que apresentam menor índice dessa variável, com 4 anos de escolarização, são os mais jovens que exibem maior índice de frequência de concordância. Talvez, tal fenômeno possa ser explicado levando-se em conta o fato de os mais jovens estarem em maior interação social que os mais velhos, o que vem demonstrar a importância das relações sociais para a aquisição da regra de concordância verbal, mostrando-se, assim, em consonância com a ideia de que está ocorrendo a aquisição da regra padrão.

A autora notou ainda que entre os falantes com 11 anos de escolaridade são os mais velhos que mais realizam a concordância. Esses dados, talvez, possam ser explicados levando-se em conta que tendo mais escolarização os mais velhos tendem, talvez, a se preocuparem mais com o padrão do que os mais jovens, pois estes procuram estar mais próximos da fala popular.

Nos estudos realizados por Silva (2005), Vieira (1995), Resende (2006) e Silva (2003), notam-se uma coincidência de resultados. Neles, os mais jovens concordam mais do que os mais velhos, sugerindo, então, a ocorrência de um processo de mudança em curso, uma aproximação com a língua alvo, em outras palavras, processa-se a aquisição da regra de concordância verbal. Corroborando, desse modo, com a ideia de polarização do PB, como postulado por Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006). As camadas populares tendem ao padrão linguístico, graças a uma maior interação social, ao acesso aos meios de comunicação etc., caracterizando uma mudança para cima, em direção ao padrão linguístico.

Analisando a variável social “Escolaridade” foi possível verificar que, com exceção de Araújo (2014), em que esta variável não foi selecionada, em todas as pesquisas observadas, os resultados apontam que quanto mais escolarizado maior a possibilidade de se fazer a concordância. Numa situação que foge ao esperado, Vieira (1995) constatou que os falantes



mais velhos não alfabetizados concordam mais do que os mais velhos que eram alfabetizados. A autora chama atenção para o fato de que o controle dessa variável na pesquisa teve um caráter meramente auxiliar, o que, segundo ela, não permite afirmações categóricas em relação à sua influência e diz que não se pode ser descartada a possibilidade de a escola, mesmo que minimamente, exercer alguma influência quanto ao uso da concordância verbal.

Os resultados sobre a variável “Sexo” mostram que, como esperado, nas áreas rurais são os homens os que mais se aproximam do padrão, enquanto que nas áreas urbanas são as mulheres. Assim, em Feira de Santana, Salvador e em Florianópolis, por se tratarem de núcleos urbanos, as mulheres apresentaram uma tendência à maior aplicação da regra de concordância. No entanto, em Florianópolis, quando se estabeleceu o cruzamento dos dados das variáveis “Sexo” e “Escolaridade”, notou-se que comparando os homens e as mulheres com 4 anos de escolarização verificou-se que são os homens que mais aplicam a regra, o que pode ser explicado lembrando-se dos papéis sociais que cada sexo ocupa na sociedade. Sendo menos escolarizados, os falantes do sexo masculino tendem a ter maiores acesso a vida social do que as mulheres, ocasionando um maior contato com falantes de outras variedades linguísticas que os influenciam.

Os estudos de Resende (2006), Silva (2003)<sup>18</sup> que verificaram a fala em comunidades rurais, afro-brasileiras e urbanas de pequeno porte (como é o caso de Poções, comunidade urbana de pequeno porte, observada juntamente com comunidades rurais na pesquisa realizada por Silva (2005)) apontam os homens como aqueles que mais aplicam a regra de concordância verbal. Isso se deve graças, como anteriormente dito, aos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Vale dizer que na zona rural ou em pequenas urbanizações, geralmente, cabe a mulher a tarefa de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos, tendo, portanto, uma vida mais voltada para as atividades da casa, não tendo a possibilidade de um maior contato com integrantes de outros lugares. Já ao homem cabe o sustento da família, o que o obriga a, muitas vezes, sair da sua comunidade em busca de meios para prover seu sustento, ocasionando, como anteriormente dito, uma maior interação com membros de outras comunidades promovendo o contato com outras variedades da língua e, logicamente, a interferência na sua fala, incluindo o uso da concordância verbal.

---

<sup>18</sup> Como anteriormente dito, o estudo realizado por Vieira (1995) analisou a fala apenas dos homens.

Souza (2009) observou, ainda, a variável “Mercado linguístico” que investiga a relação entre a atividade profissional exercida pelo falante e a necessidade que ele tem de usar as formas linguísticas de prestígio. A autora ressalta que tal variável é apontada como importante em vários estudos incluindo o estudo realizado por Scherre (1998). Assim, em Souza (2009) foi observado se o informante precisava usar a língua com pouco, médio ou muito envolvimento com o padrão na sua atividade profissional. O resultado dessa variável aponta que o nível Médio é o que mais favorece a aplicação da regra com peso relativo de .59, seguido do nível Grande com peso relativo de .47 e apresentando um menor favorecimento o nível Pequeno com peso relativo de .40.

Silva (2005) observou à variável “Exposição à mídia” que verificou a importância da penetração dos meios de comunicação para a aquisição das marcas de concordância. Assim, a intenção foi testar se aqueles falantes que estavam mais conectados aos meios de comunicação estariam aplicando mais a regra do que aqueles que não estavam tão envolvidos. Os resultados mostram que os que estavam mais ligados aos meios de comunicação concordaram mais, obtendo um peso relativo de .58, os menos ligados apresentaram um peso relativo de .45. Então, é possível dizer que o contato com a televisão, o rádio, a internet etc favorecem a aquisição da concordância.

#### 3.3.2.2.2 As variáveis linguísticas

As variáveis explanatórias<sup>19</sup> aqui exibidas serão as que se mostraram relevantes nos estudos em tela, sendo, portanto, as que foram selecionadas pelos programas computacionais. A princípio serão exibidas as variáveis selecionadas que se apresentam comuns a todas as pesquisas, depois se mostrará as que mesmo não tendo sido selecionadas em todas são relevantes para o estudo, desse modo, serão exibidas todas as variáveis selecionadas.

---

<sup>19</sup> Em alguns trabalhos aqui apresentados, os estudiosos nomeiam de Paralelismo Clausal ou Oracional a concordância que se percebe dentro do SN sujeito e de Paralelismo Discursivo a influência do uso de marcas ou não marcas de plural de um SV sobre o próximo SV (Efeito de gatilho).

O conceito de saliência fônica, como anteriormente dito, foi postulado, no Brasil, por Lemle e Naro (1977), Naro (1981) que estabeleceram uma escala de gradação de seis níveis, que vão do nível menos até o mais salientes, ou seja, menos ou mais perceptíveis quanto às formas de singular e plural. Assim, quando o nível de saliência fônica for menor se tenderá a um desfavorecimento na aplicação da regra de concordância, já quando o nível for mais alto se tenderá a um favorecimento da aplicação da regra. Vale dizer que a partir de então a saliência fônica tem sido observada e considerada importante, relevante para os estudos da concordância nominal e da concordância verbal, pois se comprovou a sua influência no uso da regra.

Em todos os estudos aqui analisados, a variável “Saliência fônica” foi selecionada pelo pacote de programas GOLDVARB como relevante para a análise da concordância verbal. Os trabalhos de Souza (2009), Vieira (1995) e Silva (2003) apresentaram resultados em que a gradação fônica observada coincide totalmente com a gradação proposta pelos criadores, conforme os níveis vão subindo aumentam também o favorecimento para aplicação da regra de concordância, isto é, os estudos comprovaram um maior favorecimento para a aplicação da concordância nos casos em que é maior a diferença entre singular e plural, em outras palavras, maior saliência fônica maior favorecimento da aplicação da regra.

No estudo de Silva (2005), os resultados mostram que os níveis mais altos são mais propícios para que ocorra a concordância, porém, nota-se que o nível 3 apresenta-se menos favorável a aplicação da regra do que o nível 2. No estudo de Araújo (2014), percebe-se que o nível 5 apresenta um maior favorecimento que o nível 6. Já o estudo de Monguilhott (2001) exhibe resultados em que as formas verbais do tipo “tá/tão” e “vai/vão” obtiveram um maior peso relativo com .88. Apesar desses resultados, deve-se ressaltar que os estudos apontaram que níveis mais salientes são mais favoráveis a ocorrência de concordância.

Lemle e Naro (1977) já apontam como importante a posição que o sujeito ocupa na sentença, para eles, quando o sujeito vem imediatamente anterior ao verbo é mais provável que seja aplicada a regra de concordância e que à medida que ocorra um distanciamento do sujeito para o verbo o favorecimento a regra diminui. Além disso, afirmam que também a posposição do sujeito ao verbo desfavorece a concordância, isso porque, talvez, a inversão da posição do sujeito o torna menos perceptível como sujeito pelo falante. Nos estudos aqui analisados sobre a concordância verbal na terceira pessoa do plural, foi possível comprovar

que a posição que o sujeito ocupa na sentença influencia no uso da concordância, confirmando, dessa forma, as expectativas.

Os estudos de Souza (2009), Monguilhott (2001), Silva (2005), Vieira (1995), Resende (2006) apresentam resultados que mostram que sendo a posição do sujeito anteposta ao verbo ocorrerá favorecimento na aplicação da regra de concordância, enquanto que a posposição desfavorece a concordância. Já em Araújo (2014), no português popular, apesar de também verificar o favorecimento do sujeito imediatamente anteposto ao verbo, constatou também que, na comunidade observada, o sujeito posposto ao verbo “ser” sem constituintes anteriores também apresenta favorecimento a aplicação da regra de concordância, assim a autora atribui tal resultado ao alto nível de saliência fônica da maioria desses contextos. No português culto, a posição que mais favoreceu a concordância verbal foi a de sujeito retomado por um pronome relativo, seguido pelo sujeito imediatamente anteposto.

O favorecimento da posposição do sujeito foi também notado no estudo de Silva (2003), porém desta vez o aumento da aplicação da regra aconteceu quando a posição do sujeito estava imediatamente posposto ao verbo. Nesse estudo, o sujeito posposto obteve um peso relativo de .51, contra um peso relativo de .49 para a posição de sujeito anteposto. Em sua análise, o autor sugere que tal resultado pode ser reflexo de uma tendência de um processo de descrioulização, pois, segundo ele, em línguas tipicamente crioulas, a posposição do sujeito não é comum. Portanto, estaria, no caso, ocorrendo à influência da língua alvo sobre a fala dos membros dessa comunidade.

Scherre e Naro (1993, p. 2) salientam que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, ou seja, havendo marca de plural no termo antecedente será mais provável que aconteça a concordância, da mesma forma que desfavorecerá a concordância a não ocorrência de plural no termo antecedente, e assim definem o princípio de paralelismo. Afirmam ainda que tal princípio vale também para a concordância de número. Os estudos de Vieira (1995) e Resende (2006), seguindo o modelo dos autores anteriormente citados, nomeiam de “Paralelismo – nível discursivo” a influência do uso de marcas ou não marcas de plural de um SV sobre o próximo SV<sup>20</sup> e afirmam que, como se esperava, quando o SV é precedido de outro marcado, na fala do documentador, favorece a aplicação da regra de concordância. Os dados mostram também o favorecimento de se realizar a concordância quando o SV

---

<sup>20</sup> As autoras observaram a influência da fala do documentador na fala do entrevistado e a influência que o uso do SV precedente no plural na fala do próprio entrevistado.

precedente a outro ocorre na fala do informante. Também em Araújo (2014), no português popular, e em Silva (2005), que nomeia a variável de “Efeito de gatilho” a influência da fala do documentador para a fala do entrevistado, assim, percebe-se o favorecimento para concordância quando o SV precedente está marcado. Nas pesquisas realizadas por Monguilhott (2001), Souza (2009) e Silva (2003), a variável não foi selecionada.

Na variável denominada de “Paralelismo oracional ou clausal”, por alguns estudiosos, e de “Formas do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo” por outros, notou-se, nos trabalhos em que foi selecionada, que havendo marcas de plural no último constituinte do SN sujeito ocorrerá o favorecimento da aplicação da regra de concordância. Os resultados nos estudos de Araújo (2014), Monguilhott (2001), Silva (2005), Vieira (1995) e Resende (2006) coincidem, isto é, há maior marcação de plural no verbo quando o último termo do SN sujeito é também marcado.

Silva (2005) informa que desfavorece a concordância quando o núcleo de SN está separado do verbo por um adjetivo sem marca de plural ou separado por um SP também sem marca de plural e diz ainda que desfavorece a concordância sendo o último constituinte um numeral, este último caso foi notado também nas pesquisas de Araújo (2014), Vieira (1995) e Resende (2006). Ressaltando ainda que em Vieira (1995) também desfavorecerá o quantificador “Todos” e em Resende (2006) o sujeito composto sem marca de plural. A variável não foi selecionada nos estudos de Souza (2009) e Silva (2003).

A variável “Concordância nominal no sujeito” não foi selecionada em todos os estudos vistos. Foi selecionada nas pesquisas realizadas por Araújo (2014), Souza (2009), Silva (2005), Silva (2003) e os resultados mostraram, como esperado, que o plural no sujeito favorece o plural no verbo, confirmando a ideia de que marcas levam a marcas.

A partir dos resultados das pesquisas vistas sobre o princípio de paralelismo é possível dizer que a pluralização do termo anterior influencia na concordância, independente se a pluralização aconteça no SN sujeito ou mesmo na fala de outro falante. Scherre e Naro (1993, p. 2), como anteriormente dito, postulam o princípio geral do paralelismo de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, Silva (2003) diz que os falantes ao adquirirem a regra de concordância no SN tendem a adquirir também no SV e que “ambas parecem exercer influência entre si” (SILVA, 2003, p. 161).

Nos estudos de Monguilhott (2001), Souza (2009) e Silva (2003), observando a variável “Caracterização semântica do sujeito”, notou-se que sendo o sujeito humano ocorre o favorecimento para a aplicação da regra de concordância. O favorecimento desse fator se deve, provavelmente, ao fato de se associar ao sujeito a ação verbal o que provoca o favorecimento da concordância quando o sujeito estiver marcado com o plural. Nos demais estudos vistos, a variável não foi selecionada.

A variável “Tipo de verbo”<sup>21</sup> é uma variável que desde os primeiros estudos vem sendo observada, pois se procura verificar se a função do verbo e sua carga semântica influenciam no uso da concordância. Monguilhott (2001) observou que foram os verbos copulativos<sup>22</sup> os que mais favoreceram a concordância com .63 de peso relativo, já o maior desfavorecimento foram para os verbos inacusativos com peso relativo de .39. Em Souza (2009), o tipo do verbo que se mostrou mais favorável a aplicação da regra foi o “Auxiliar em passiva” com peso relativo de .69, seguido do de “Ligação” com peso relativo de .59, já o tipo de verbo que se mostrou menos favorável a concordância foi o “Modal” com peso relativo de .32, seguido do “Inacusativo” com peso relativo de .38. A autora diz que, como esperado, os verbos inacusativos apresentaram um baixo índice de aplicação da regra, porém o que surpreendeu foi a apresentação do baixo índice de concordância com os verbos modais.

Em Silva (2005), os dados apontam que os verbos transitivos com .60 de peso relativo são mais relevantes para a concordância seguidos dos verbos intransitivos com .56 de peso relativo. O autor ressalta que o favorecimento dos transitivos deve-se ao caráter pessoal desses, pois foi observado que em termos percentuais o traço semântico [+ humano] se equipara aos verbos transitivos sugerindo uma relação entre o traço semântico e a transitividade verbal. Desfavorecendo a concordância, têm-se os verbos inacusativos com .09 de peso relativo, seguidos dos de ligação com .39 de peso relativo e os auxiliares com .45 de peso relativo.

Araújo (2014), no português popular, verificou que quando o verbo for intransitivo haverá maior probabilidade de aplicação da regra de concordância verbal, tal tipo de verbo obteve um peso relativo de .75, seguido do verbo de ligação com peso relativo de .54. Já o verbo inacusativo e ergativo foram os tipos de verbo que mais desfavorece a concordância,

---

<sup>21</sup> Essa variável não foi observada nos estudos de Vieira (1995) e Resende (2006).

<sup>22</sup> Verbo que une o sujeito ao nome, predicativo do sujeito. É também chamado de verbo de ligação.

apresentando um peso relativo de .24. Também na pesquisa de 2003, Silva informa que são os verbos intransitivos os que mais favoreceram a concordância, apresentando um peso relativo de .58, seguido dos verbos transitivos com .51 de peso relativo. Já os verbos ergativos são os que mais desfavorecem a aplicação da regra com peso relativo de .29, seguido dos verbos auxiliares com peso relativo de .47.

Uma observação que se pode fazer é que em quase sua totalidade os estudos apontam os verbos inacusativos como desfavoráveis para a aplicação da regra de concordância, como já era esperado, graças ao desvio da posição sujeito/verbo para verbo/sujeito, o que provoca, como se sabe, o desfavorecimento da concordância. Vale dizer, então, que é possível relacionar o tipo de verbo, além da saliência fônica, com a posição do sujeito, ou seja, percebe-se que há uma estreita relação entre o tipo do verbo a diferenciação entre o verbo no singular e no plural e a posição que o sujeito ocupa na sentença.

Outras variáveis foram selecionadas em um ou outro estudo: Em Araújo (2014) como em Silva (2003), foi selecionada a variável “A indicação do plural no SN sujeito”. No primeiro estudo, no português culto, a variável Mórfica foi a que mais favoreceu a ocorrência de concordância e desfavorecendo a concordância tem-se a variável Sujeito composto. No segundo estudo, constatou-se que o fator Lexical como mais favorável a concordância, ou seja, a ideia de coletivo, uma palavra sem marca de plural, mas com ideia de plural favorece a concordância. O autor diz que se notou que a simples marca mórfica no núcleo do sujeito ou no seu determinante não promovia a marca de plural no verbo.

Monguilhott (2001) noticiou que, em seu estudo, a variável “Tipo de sujeito” também foi selecionada como relevante para o uso da concordância e diz que quando o sujeito for pronomes pessoais e os pronomes demonstrativos haverá uma maior tendência a aplicação da regra de concordância, enquanto que quando for um quantificador um pronome indefinido e um SN pleno composto haverá uma maior tendência a não concordância. Em Souza (2009), a variável “Tempo verbal” foi selecionada e mostrou que estando o verbo no futuro do pretérito ocorrerá favorecimento da aplicação da regra de concordância. Os dados mostram também que o tempo verbal futuro do subjuntivo é fator que mais desfavorece a concordância. A autora diz que parece haver uma relação do tempo verbal com a saliência fônica o que indicaria que alguns tempos verbais são mais salientes que outros.

Os trabalhos variacionistas aqui apresentados mostraram claramente que a maioria dos falantes não aplica a regra de concordância verbal. Os resultados informam que a maior saliência fônica é uma característica linguística que mais favorece a aplicação da regra, pois em todos os estudos aqui vistos apareceu como impulsionadora da concordância. Ficou evidente o favorecimento da concordância também nos grupos de fatores como Efeito de gatilho, Concordância no SN sujeito e a Anteposição do sujeito (aqui se salienta algumas exceções percebidas nas pesquisas empreendidas por: Araújo (2014) que notou o favorecimento para aplicação da regra de concordância para o sujeito posposto ao verbo “ser” e por Silva (2003) que mostra, além do favorecimento do sujeito não realizado, um favorecimento do sujeito posposto para a realização do sujeito).

Os dados mostram, dentre outras coisas, que nas comunidades analisadas, com exceção das pesquisas realizadas por Souza (2009), na qual os mais velhos são os que mais usam a concordância verbal e por Monguilhott (2001) que sugere um processo de variação estável, está evidente a ocorrência de uma mudança em progresso, ou seja, percebe-se que se está adquirindo a regra de concordância, provocando, dessa forma, uma maior aproximação com a língua alvo, corroborando com a ideia da polarização do PB, como postulado por Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006).



## 4 ENQUADRAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

Neste capítulo, serão abordadas questões como norma padrão, norma culta e norma popular, serão observadas as diferentes visões sobre a mudança linguística baseadas no conceito de deriva linguística, ao lado da visão que privilegia o contato entre língua, a partir do conceito de *Transmissão Linguística Irregular*, que busca explicar como se deram as influências de outras línguas na formação do PB.

Apresentam-se também as bases teórica e metodológica em que se apoia este estudo, compreendendo o processo da constituição da amostra de fala, o tratamento dos dados, desde o levantamento das ocorrências do fenômeno da amostra de fala analisada até a utilização do pacote de programas computacional GOLDVARB. Por fim, será descrito o objeto de estudo desta análise, em sua formalização como variável dependente, ao lado das variáveis independentes (linguísticas e sociais), também chamadas de variáveis explanatórias, a fim de que se possam verificar quais os grupos de fatores que interferem no fenômeno variável em foco.

### 4.1 A SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA

Este trabalho tem como base teórico-metodológica a Sociolinguística Quantitativa, também conhecida como a Teoria da Variação (LABOV, 2008 [1972], 1982, 1994), uma vez que analisa um fenômeno linguístico em variação.

A Sociolinguística parte do pressuposto de que a variação e a mudança são inerentes às línguas, e essa variação e mudança permitem provar a heterogeneidade das línguas e essa heterogeneidade, essas variações linguísticas, que são manifestações verbais das diferentes

variedades da língua, são analisadas para que se verifique se o fenômeno estudado está no início ou se já configura uma mudança, pois toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação se transformará em mudança, já que, para que haja mudança, é necessário que uma das variantes seja escolhida pela comunidade de fala.

É importante destacar que a variação não ocorre ao acaso, mas sim por motivações de fatores linguísticos e por fatores extralinguísticos. Então, o estudo sociolinguístico deverá mostrar como esses fatores favorecem ou desfavorecem a variação e a mudança. Portanto, “a abordagem variacionista baseia-se em pressupostos teóricos que permitem ver regularidade e sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação do dia-a-dia. Procura demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece.” (CEZARIO e VOTRE, 2008, p. 142).

A variação linguística entre diferentes formas de se dizer a mesma coisa, ocorridas num dado momento, pode produzir, ao longo do tempo, mudança na estrutura da língua. No entanto, só se pode estudar a variação se for possível relacioná-la com algo que se considere minimamente estável e homogêneo.

No tocante a variação linguística, Ferreira (1996, p. 581) ressalta que esta pode ser regional, histórica, social ou situacional. Esse conjunto de variantes dispostas sincronicamente, num determinado momento da história da língua tende a produzir alterações no plano diacrônico da evolução linguística. É evidente que as mudanças que ocorrem nunca são repentinas, há, em geral, um período de transição onde se encontra a variação sincrônica entre duas ou mais formas concorrentes.

A variação pode ocorrer em vários níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical. Se a variação ocorre relacionada com fatores geográficos chama-se variação diatópica ou geolinguística ou, ainda, dialetal. Existe um tipo de variação que se relaciona com os códigos de comportamento de um grupo, ou seja, este tipo de variação linguística está relacionado a fatores sociais e chama-se variação diastrática ou variação social. A variedade linguística que é partilhada por um grupo social, permitindo destacá-lo em relação a outros grupos, dá-se o nome de socioleto. Existem socioletos que resultam do desejo de diferenciação de um grupo, em relação à sua comunidade. A variação diafásica é aquela que está relacionada à escolha feita pelo falante no uso das variantes dispostas na estrutura da língua, a depender da situação em que se encontra.

Desse modo, compreende-se que a Sociolinguística é uma área da Linguística que busca fazer estudos da língua no seu uso real, para isso leva em conta a influência social. Para a Sociolinguística, é impossível dissociar língua de sociedade, “portanto, não pode ser estudada como estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação.” (CEZARIO e VOTRE, 2008, p. 141).

Assim, a Teoria da Variação entende a língua como fato sociocultural e incorpora a descrição de fenômenos variáveis como parte da descrição da língua, cuja heterogeneidade, como dito, não é aleatória, mas sistemática, inerente ao sistema e determinada linguística e/ou extralinguisticamente de forma previsível, isto é, assume-se a postura de que a variação é governada por restrições linguísticas e não-linguísticas.

A Sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões coletivos de comportamentos linguísticos observáveis, numa dada comunidade de fala. Esses padrões podem ser formalizados através de um sistema de regras variáveis, em que as opções estruturais das línguas são funções tanto de fatores linguísticos como de fatores sociais.

O surgimento do programa da pesquisa da Sociolinguística Variacionista fez com que se valorizasse mais o estudo da mudança linguística. Para que esse estudo se processasse de maneira ordenada, Weinreich; Labov; Herzog (2009 [1968], p. 125-126) explicitam alguns princípios para o estudo da mudança linguística, listados a seguir:

- 1 – [...] A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada;
- 2 – [...] A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada de falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala [...];
- 3- Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
- 4 – A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea; [...];
- 5- As gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala. [...]
- 6- A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo; [...];
- 7- Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. [...] (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2009 [1968], p. 125-126).

A análise sistemática do fenômeno da mudança linguística, do ponto de vista da Sociolinguística laboviana, deve enfrentar as seguintes questões formuladas nos cinco problemas clássicos da mudança linguística: o problema das restrições (*constraints problem*); o problema da transição (*transition problem*); o problema do encaixamento (*embedding problem*); o problema da avaliação (*evaluation problem*); e o problema da implementação (*actuation problem*).

O problema das restrições encarrega-se de definir o que favorece ou restringe as mudanças, isto é, definir os tipos possíveis de mudanças; o problema da transição busca analisar o percurso em que cada mudança se realiza, assim, quanto mais minuciosa for essa análise, maior será a compreensão sobre o processo de mudança; o problema do encaixamento desdobra-se em dois ramos: o encaixamento na estrutura linguística e na estrutura social. Weinreich, Labov e Herzog (2009 ([1968], p. 123) sistematizam o encaixamento na estrutura linguística e dizem:

[...] (a) *Encaixamento na estrutura linguística*. Se a teoria da evolução linguística quiser evitar notórios mistérios dialetais, a estrutura linguística em que os traços mutantes se localizam tem de ser ampliada para além do idioleto. O modelo de língua proposto aqui tem (1) estratos discretos, coexistentes, definidos pela ocorrência estrita, que são funcionalmente diferenciados e conjuntamente disponíveis a uma comunidade de fala; e (2) variáveis intrínsecas, definidas por covariação com elementos linguísticos e extralinguísticos. A mudança linguística, ela mesma, raramente é um movimento de um sistema inteiro para outro. Em vez disso, descobrimos que um conjunto limitado de variáveis num sistema altera seus valores modais gradualmente de um polo para outro. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2009 [1968], p. 123).

O problema do encaixamento, na estrutura social, demonstra o reconhecimento de que não é possível dissociar as questões linguísticas das sociais, pois, somente as estruturas linguísticas não seriam capazes de dar conta do processo de mudança, necessitando, portanto, de que as estruturas sejam analisadas para se conduzir a uma visão mais abrangente e adequada do processo histórico de constituição da língua.

O problema da avaliação discute o papel do indivíduo frente à mudança e à própria língua, ou seja, discute as reações individuais conscientes em relação à mudança linguística. O problema da implementação da mudança linguística, segundo Lucchesi (1998b, p. 194), pode ser apresentado fazendo-se a seguinte pergunta: “Por que uma dada mudança ocorre em um momento e em um lugar determinado, e não em outro momento e/ou em outro lugar?”. O autor ressalta que o modelo da Sociolinguística “identifica a explicação da mudança linguística à descrição dos seus mecanismos de implementação, ou seja, à descrição dos mecanismos de causa e efeito que constituem o processo da mudança” (LUCCHESI, 1998b, p. 194).

No plano mais geral da explicação dos processos de variação e mudança, coloca-se a questão de se distinguir entre as situações de *variação estável* e as situações de *mudança em progresso*. A primeira é percebida quando há equilíbrio de uso das variantes entre as faixas etárias; já a segunda se contrapõe à primeira, pois, nessa situação, a variante inovadora é mais usada pelos mais jovens do que pelos mais velhos. Dessa maneira, a variante mais utilizada pelos mais velhos tende a desaparecer, ou ser reduzida.

Paiva e Duarte (2003, p. 14) dizem que as diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos. É nisso que está baseado o estudo da mudança em tempo aparente, ou seja, o estudo da mudança com base numa análise sincrônica. Já o estudo da mudança em tempo real considera sincronias distintas, e é assim descrito pelas autoras:

O estudo da mudança em tempo real (de curta ou longa duração) permite recobrir aspectos, que não seriam detectados pelo estudo em tempo aparente, distinguindo mudanças que se produzem de forma gradual em toda a comunidade linguística daquelas que podem caracterizar a trajetória de comportamento linguístico individual ao longo da sua vida. (PAIVA E DUARTE, 2003, p. 14)

É bom que se diga que a Sociolinguística não se limita ao tratamento da questão da mudança, ela propõe também uma nova concepção para o objeto de estudo da Linguística,

através da proposição de um sistema heterogêneo, em que está impregnado um conjunto de fatores, como as marcas sociais, culturais, históricas e linguísticas do falante, visto que essas categorias não são isoladas, ao contrário, são conjugadas.

Um estudo em Sociolinguística Quantitativa visa à formalização estatisticamente válida de um fenômeno linguístico variável. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator (linguístico e sociocultural) possui na realização de uma ou outra variante, proporcionando uma visão mais abrangente da variação da língua.

Dessa maneira, os estudos variacionistas compreendem cinco fases:

- 1) levantamento exaustivo de dados da língua;
- 2) descrição detalhada da variável;
- 3) análise dos possíveis fatores condicionadores;
- 4) formalização do encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade;
- 5) projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade.

Os resultados permitem a formulação de regras, bem como o melhor entendimento dos fenômenos analisados. Enfim, o objetivo desse tipo de análise é descrever, analisar e sistematizar a variação numa língua, já que, através da análise, será possível projetar os rumos que as variantes tomarão. A concepção e o alcance do modelo sociolinguístico são, ao mesmo tempo, sincrônicos e diacrônicos, pois tanto a variação como a mudança podem ser estudadas.

Portanto, a pesquisa sociolinguística, além de buscar compreender a constituição da língua, serve também para mostrar que as pessoas consideradas falantes da norma culta também usam formas linguísticas não padrão, promovendo, assim, a luta contra o preconceito linguístico. Também o estudo sociolinguístico tem um importante papel na questão do ensino, já que, como estuda e respeita as variantes linguísticas, proporciona um melhor entendimento dos usos feitos pelos alunos, principalmente daqueles que não fazem parte da classe social dominante e, conseqüentemente, fazem parte dos falantes que têm a norma popular como sua variante de uso.

Ressaltando-se que a escolha de uma das variedades, como a padrão, não segue nenhum fator linguístico, ou seja, tal escolha dá-se por questões sociais, políticas e econômicas, tendo, conseqüentemente, as diversas variantes, o mesmo valor linguístico. Na Sociolinguística, o fenômeno da mudança linguística ocupa posição central, sendo tratado como um processo e não como produto ou resultado. Então, é importante salientar que foi a Sociolinguística que permitiu observar que a heterogeneidade é necessária para satisfazer as exigências linguísticas da vida cotidiana e que a estratificação do uso da língua na sociedade não é caótica, pois obedece a determinadas regularidades.

#### 4.2 NORMA PADRÃO, NORMA CULTA E NORMA POPULAR

Coseriu (1978) define norma a partir dos conceitos de sistema e de fala. Para esse autor, sistema é o conjunto de possibilidades de uma língua, ou seja, toda forma de expressão que é usado por uma pessoa ou por uma comunidade; já a fala é a realização concreta do sistema e a norma seria o conjunto de imposições sociais e culturais que favorecem o uso de determinadas possibilidades do sistema em detrimento de outras. Assim, a norma é um subconjunto das realizações que o sistema possibilita, salientando que a variação na fala pode determinar inovações na norma, ocasionando, muitas vezes, mudanças no próprio sistema.

Lucchesi (2002), chamando a atenção para a importância do conceito de norma, salienta:

O conceito de norma tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da teoria linguística voltada para os padrões habituais e coletivos de comportamento linguístico que definem, tanto os grupos dentro da comunidade de fala, quanto a posição do indivíduo dentro dos diversos estratos sociais. (LUCCHESI, 2002, p. 63).

Segundo Cristal (1988, p. 183), o termo *norma*, em sentido geral, é empregado, na Linguística, como modelo a uma prática padronizada na fala ou na escrita. Bagno (2006, p. 40 – 41) enfatiza que, para a Linguística, um único termo é usado para o que é “preceito estabelecido” e também para “uso corrente”. Isso por que, como diz esse autor, do mesmo substantivo *norma* derivam dois adjetivos: normal e normativo, que são usados com sentidos distintos, desse modo, o normal é o “uso corrente” e o normativo é o “preceito estabelecido”. Para ficar mais claro, o autor cria um quadro comparativo, o qual se transcreve. Observem:

**Quadro 1:** Comparação entre o Normal e o Normativo.

NORMA	
NORMAL	NORMATIVO
Uso corrente	Preceitos
Real	Ideal
Comportamento	Reflexão consciente
Observação	Elaboração
Situação objetiva	Intenções subjetivas
Média estatística	Conformidade
Frequência	Juízo de valor
Tendência geral e habitual	Finalidade designada

Fonte: Bagno (2006, p. 40 – 41)

Também falando sobre o tema, Aléong (2001) afirma:

[...] o normal e o normativo são noções relativas, cujos campos de aplicação são definidos pelos confins do grupo social nos quais eles se manifestam. Isso quer dizer que, a partir do momento em que uma sociedade não é um todo homogêneo mas conhece divisões e distinções de caráter social e econômico, o normativo e o normal são suscetíveis de variar de um grupo de indivíduos para outro. De igual modo, o desvio ou afastamento em relação ao normativo é suscetível de adquirir significações muito diferentes conforme a natureza do grupo. (ALÉONG, 2001, p. 148-149).



A assertiva acima se encaixa no que acontece no PB, pois a sociedade brasileira, que apresenta grandes distinções sociais, mostra grande variação linguística, por isso mesmo, o normal e o normativo são tão distintos na língua falada pela maioria do povo brasileiro.

Ainda quanto ao termo *norma*, Cristal (1988, p. 183) informa que pode se aplicar a grupos de vários tamanhos dentro de uma comunidade de fala, sendo, portanto, possível a existência de diversas normas como a padrão, culta e a popular. Desse modo, Faraco (2009, p. 74) informa que o termo *norma*, nos estudos linguísticos, designa um conjunto de fenômenos linguísticos que são habituais numa comunidade de fala.

É bom que se diga que o termo *norma culta* gera muita confusão, principalmente, como informa Faraco (2009, p.21), depois de se difundir fora da universidade. Assim, quanto mais se torna corrente essa expressão mais se foi modificando o seu significado, apesar de que também no discurso universitário se percebe imprecisões do termo. Vejam o que assevera Faraco (2009):

No discurso universitário, são duas as imprecisões mais comuns no uso da expressão *norma culta*. Algumas vezes, ela é utilizada intercambiavelmente com a expressão *norma-padrão*, como se fossem apenas nomes diferentes do mesmo fenômeno – quando, de fato (como veremos no capítulo 1), se trata de duas realidades distintas. (FARACO, 2009, p.21).

Os conceitos de norma padrão e norma culta muitas vezes são considerados como sinônimos, porém é preciso que se faça distinção entre os conceitos das normas mencionadas, além, logicamente, do conceito de norma popular,. Assim, baseando-se em diversas leituras e em conceitos estabelecidos é possível sintetizá-los, observem:

- norma padrão – norma considerada como a “correta” a que goza de prestígio dentro da sociedade. É aquela que está descrita nas gramáticas normativas, efetivamente só é encontrada na escrita mais cuidada;
- norma culta – termo técnico empregado para definir a norma efetivamente usada pelos falantes considerados cultos, ou seja, aqueles que possuem nível superior completo e vivem nas cidades;
- norma popular – norma que não segue os modelos rígidos, é aquela linguagem que não é formal, é a linguagem popular, falada no cotidiano.

A norma padrão, especificamente no PB, é artificial, pois não é efetivamente utilizada pelos falantes brasileiros, independentes da sua escolarização. Esta norma é descrita nas gramáticas normativas e a que a escola tenta ensinar e a que é cobrada nos concursos, vestibulares, textos oficiais etc. É “a norma prescritiva, fundada na escrita e legitimada como padrão a ser seguido pela sociedade” (MATTOS E SILVA, 2002, p.197-298). O padrão gramatical compreende uma variedade linguística que procura conservar uma tradição de séculos. Esta norma, como anteriormente dito, goza de prestígio social, contudo, linguisticamente não há norma que seja superior a outra, ou seja, linguisticamente todas as normas têm a mesma importância.

Já a norma culta é a que mais se aproxima do padrão gramatical, pois é falada pelos falantes mais escolarizados, apesar disso, não abarca nela todas as prescrições do padrão. Esta norma goza de prestígio social, mas também não é homogênea, ela apresenta variações, a depender da região, portanto, é possível dizer que não existe uma única norma culta, mas sim várias normas cultas.

A norma popular é a utilizada pela maioria da população, é a que mais sofre estigma da sociedade, pois é usada sem a preocupação das regras normativas e está associada à simplicidade da utilização linguística em termos lexicais, fonéticos, sintáticos e semânticos. Esta norma decorre da espontaneidade própria do discurso oral e da natural economia linguística, e é utilizada em contextos informais, e é justamente sobre esta norma, a popular, que se verificará a fala das comunidades analisadas nesta pesquisa.

Faraco (2009, p. 34) salienta que a ideia de norma está presente em qualquer modelo teórico da linguagem verbal, e enfatiza, ainda, que, num olhar estruturalista, é possível entender norma por cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema. Em um olhar gerativista, enfatiza o autor, cada norma corresponde a uma gramática. Já no olhar sociolinguístico, cada norma se equivalerá a diferentes variedades linguísticas.

#### 4.3 A MUDANÇA LINGUÍSTICA

A percepção de que as línguas mudam não é novidade, desde a antiguidade o tema já era debatido e, como ainda acontece, era visto como corrupção, como ruína da língua. Tal concepção acha acolhimento, principalmente, junto àqueles que são leigos no assunto, ou seja, aqueles que não possuem uma formação científica na área. Contudo, deve-se lembrar de que há algum tempo que pesquisas científicas estão sendo empreendidas acerca da mudança linguística, possibilitando uma melhor compreensão de como e por que as línguas mudam e, também, que a mudança linguística é um fenômeno natural, não sendo algo negativo, pois a mudança linguística apenas reflete as transformações que a comunidade de fala sofre. Observem o que diz Faraco (2007) sobre a mudança linguística:

A realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da linguística histórica. (FARACO, 2007, p. 14).

Paiva e Duarte (2003, p. 139) informam que, na proposta de Weinreich, Labov e Herzog como consequência da dinâmica da língua, é inevitável que exista mudança e reafirmam que “nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade”. Essas autoras dizem, ainda que “uma mudança não envolve apenas motivações estruturais, [...] mas igualmente motivações sociais, ou seja, uma mudança é ‘mudança no comportamento social’.” (PAIVA E DUARTE, 2003, p. 144).

Nessa linha de pensamento, fica evidente que as línguas estão em contínuo movimento, ou seja, estão sempre em variação, e mudam o tempo todo, por isso mesmo, segundo Faraco (2007, p. 14), é importante destacar que, apesar das mudanças que as línguas sofrem, isso não gera perda do seu caráter sistêmico, assim, elas não deixam de ser organizadas e nem de oferecer a seus falantes os recursos para a circulação dos significados. A Sociolinguística Variacionista ensina que, “a variação observada na fala de uma comunidade linguística não é aleatória, mas determinada tanto pela estrutura da língua, quanto pela estrutura social da comunidade.” (LUCCHESI E RIBEIRO, 2009, p. 126).

Um fator que também se mostra importante para que a mudança seja implementada é o contato linguístico, pois havendo esse contato haverá, logicamente, possibilidade de interferência de uma língua na outra, o que pode gerar até a formação de uma nova língua, portanto o contato linguístico é também um fator de mudança linguística.

Como se sabe, para que a mudança linguística seja implementada, é preciso que ocorra a aceitação na comunidade, pois não há mudança se não for aceita pela coletividade. Compartilhando desse pensamento, Bagno (2011, p. 124) salienta que a mudança linguística decorre da associação de fatores sociocognitivos e socioculturais. Assim, para esse autor, o processo da mudança linguística deverá repercutir na mente do falante, caracterizando, desse modo, o aspecto biológico, mas que também não se pode desprezar as questões sociais, já que o meio em que o falante está inserido influencia na sua produção linguística, e, logicamente, essas questões (sexo, escolaridade, papéis sociais, interação social etc) contribuem para que seja implementada a mudança linguística.

Ainda quanto aos fatores sociocognitivos, Bagno (2011, p. 124) lembra que várias pesquisas realizadas apontam para a existência de tendências universais da mudança linguística, (ou seja, há fenômenos linguísticos que são comuns a todas as línguas) isso por que, segundo esse autor, é comum aos seres humanos a potencialidade cognitiva, os recursos

intelectuais, bem como a mesma configuração fisiológica. Sendo assim, como por ele dito, é natural que aconteçam fenômenos de mudança linguística comuns a todas as línguas.

Apesar da interferência dos fatores sociais na mudança linguística, os falantes não têm consciência de tal acontecimento, isso, talvez, aconteça em razão da mudança se processar de forma lenta e, além disso, elas ocorrem sempre em partes e não no todo da língua, o que facilita a falsa percepção de que a língua é estática. Para os falantes, a percepção da mudança linguística fica mais visível quando se trata de textos escritos, pois ao se comparar escritos antigos com os atuais será possível notar mais claramente as mudanças que a língua sofreu.

Também é possível observar a mudança linguística, contrapondo-se a língua escrita, que é mais conservadora, com a língua falada, que é a mais inovadora. Assim, percebe-se na fala as inovações que não se encontram na escrita e, não esquecendo, que tais inovações são observadas mesmo pelos falantes comuns, principalmente quando utilizam a escrita, já que não podem escrever da maneira como falam. Sobre tal restrição, deve-se lembrar que apesar de muitas estruturas já serem corriqueiras na fala, na escrita ainda não são aceitáveis. Desse modo, Faraco (2007, p. 24) ressalta que a escrita, como tem uma dimensão de permanência, favorece ao conservadorismo e busca fazer o controle à entrada de inovações. Já a fala como não sofre o controle que a escrita experimenta, mais facilmente se inova, por isso mesmo, a fala está sendo constantemente “invadida” por novas expressões, por palavras novas. Porém, é importante dizer que nem todas as diferenças entre fala e escrita são sinais de mudança linguística.

Quanto à avaliação que se faz da mudança linguística, é preciso lembrar que as inovações são implementadas, geralmente, por pessoas de baixo prestígio social e sua fala não é valorizada socialmente, assim, nem sempre as inovações são aceitas pela classe dominante, dessa maneira, para esta, as inovações são vistas como algo negativo e são consideradas como degradações, corrupções etc. Porém, reafirmando o que foi anteriormente dito, do ponto de vista linguístico, não existe variante linguística melhor do que outra. Sendo assim, o que determina a valorização ou o estigma de uma variante são questões estritamente sociais, econômica, política. É preciso salientar, então, que somente com a mudança de valores é que as inovações adquirem “condições de se expandir para outras variedades da língua” (FARACO, 2007, p. 28).

#### 4.4 VISÕES SOBRE A MUDANÇA LINGUÍSTICA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

A formação do PPB é um tema que gera debates, já que não há consenso sobre a sua origem. Assim, a constituição dessa variante linguística se processou a partir de seu devir no tempo ou se configurou a partir do massivo contato entre línguas dos povos para aqui trazidos? É esse confronto de ideias que se buscará apresentar.

Sendo assim, nesta seção se focalizará a mudança linguística na constituição histórica do português popular brasileiro, confrontando-se as abordagens baseadas no conceito de Deriva secular e as abordagens que consideram a mudança no contexto social, avançando em direção do conceito de Transmissão Linguística Irregular; canalizando esse debate para o terreno específico da constituição histórica do português popular brasileiro.

##### 4.4.1 A Deriva

Sapir (1954, p. 148) diz que a língua é variável e que a variação ocorre no âmbito individual, pois duas pessoas, que são falantes da mesma língua, moradores da mesma comunidade, que pertencem à mesma geração, não falam da mesma maneira. Salieta o autor que ao se levar em conta a variação entre dialetos diminuem e desaparecem as variações individuais. Afirma ele também que:

[...] se todas as variações individuais, dentro de um dialeto, são constantemente reduzidas à norma dialetal, se não há tendência apreciável de servirem as peculiaridades individuais de ponto de partida para um cisma dialetal, por que havemos de ter diferença dialetal? Não é de esperar que a norma, ameaçada em certo momento e em certo local, se imponha em última instância? Não é de esperar que as variações individuais de cada localidade, ainda que na falta de intercâmbio entre si, se cancelem e simplifiquem numa fala média aceita por todos? (SAPIR, 1954, p. 150-151).

“A linguagem move-se pelo tempo em fora num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva.” (SAPIR, 1954, p. 150). Esse autor afirma, ainda, que se as línguas não se fragmentassem em dialetos e que se persistissem em inflexível unidade, também assim estariam em constante afastamento da norma, desenvolvendo o tempo todo novos aspectos, o que provocaria o surgimento de uma nova língua. Explica, então, Sapir (1954, p. 151) que o surgimento de dialetos acontece porque a variação entre dois ou mais grupos de indivíduos se tornam independentes e desconexos e, dessa maneira, cada um passa a ter uma deriva própria. Vejam o que esse autor diz sobre o assunto:

A linguagem existe apenas dentro de sua aplicação – falada e ouvida, escrita e lida. Toda mudança significativa que nela se verifique tem de existir inicialmente como variação individual. Eis uma verdade indiscutível, mas da qual não se segue que a deriva geral de uma língua possa ser compreendida por intermédio de um estudo descritivo exaustivo das variações individuais tão somente. Estas últimas são fenômenos desconexos, como as ondas do mar que avançam e recuam num fluxo sem conseqüências. A deriva da língua ao contrário tem um rumo. Em outros termos, só a encarnam ou transportam aquelas variações individuais que se movem em certa direção, precisamente como são apenas certos movimentos das ondas na baía que marcaram o avanço da maré. A deriva de uma língua consta da seleção inconsciente, feita pelos que falam, das variações individuais que se acumulam numa dada direção especial. (SAPIR, 1954, p. 155).

O autor enfatiza que as mudanças que ocorrerão no futuro já estão prefiguradas em algumas tendências do presente, e diz que as realizações dessas mudanças provarão ser apenas continuações de outras mudanças que já se tinha observado.

Com relação ao estudo e aplicação da Teoria da Deriva no PB, Castilho (2001, p. 243) diz que parece ter sido Câmara Jr., em 1957, quem primeiro aplicou essa teoria, observando o uso do pronome. Mais tarde, Naro e Scherre (2010, p. 32) seguindo o pensamento de Sapir (1954) defendem a ideia de que a variação existente no PB se deve a uma Deriva secular das línguas, ou seja, afirmam que a língua portuguesa, mesmo antes de ser transplantada para o Brasil, já possuía o “embrião” da variação que aqui ocorre, pois, para eles, “o português moderno do Brasil é o resultado natural da Deriva secular inerente na língua trazida de

Portugal, indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens [...]” (NARO e SCHERRE, 2010, p. 69).

Como se pode perceber, essa teoria não leva em conta, como bem salienta Lucchesi (2012, p.52), o uso efetivo da língua pelos seus falantes, como também as condições em que essa língua é transmitida de geração a geração ou a aqueles que entram em contato com a mesma. Desse modo, o presente estudo, concorda com Lucchesi quando diz ser essa uma visão metafísica de mudanças prefiguradas na língua. Assim, aceitar a deriva como a teoria que explica a variação na língua seria admitir que as questões sociais pouco interferem (apenas aceleram as mudanças prefiguradas na língua) na variação/mudança que a língua sofre no dia a dia, o que não se pode crer, já que, como se sabe, são elas, as questões sociais, que impulsionam a variação que produzirá as mudanças na língua.

#### **4.4.2 A Transmissão linguística irregular**

O termo *Transmissão Linguística Irregular* foi cunhado por Baxter e Lucchesi (1997) e desenvolvido por Lucchesi (1998a, 2000, 2001), para ampliar a visão sobre os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas. Em situações de dominação de vários grupos por um grupo dominante minoritário, o contato das diferentes línguas faladas por esses grupos resulta, em muitas situações, na adoção da língua dos que detêm o poder (língua alvo) como modelo por aqueles que são dominados, porém estes a usam fazendo adaptações a partir do conhecimento que têm da sua língua nativa. Então, tais processos podem levar à formação de uma língua historicamente nova (pidgin ou crioula) ou à simples formação de uma nova variedade histórica da língua que predomina na situação de contato.

Os processos históricos de contato massivo entre população de adultos, falantes de diversas línguas, em geral ininteligíveis entre si, fazem com que se busquem soluções para se manter a comunicação, surgindo, assim, uma língua emergencial, que se presta às relações comerciais e/ou de sujeição. A língua emergencial apresenta uma forte redução/simplificação



em sua estrutura gramatical, uma vez que somente os elementos essenciais à comunicação são mantidos.

Lucchesi (2000, p. 99) afirma que essa redução na estrutura gramatical da língua tem vários motivos, a saber:

- (i) o difícil acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da língua alvo, sobretudo nas situações em que os falantes dessa língua alvo são numericamente muito inferiores aos falantes das outras línguas;
- (ii) o fato de os falantes dessas outras línguas serem, em sua grande maioria, adultos, não havendo, pois, o acesso aos dispositivos da *faculté du langage* (faculdade da linguagem), que atuam naturalmente no processo de aquisição da língua materna;
- (iii) a ausência de uma ação normatizadora, ou seja, de uma forma ideal que oriente e restrinja o processo de aquisição/nativização, já que esse processo tem com o objetivo de fundamentalmente a comunicação emergencial com os falantes da língua alvo. (LUCCHESI, 2000, p. 99).

Na continuação da situação de contato, Lucchesi (2000) salienta que a nova variedade surgida vai se consolidando na interação linguística, além de se converter em modelo para a aquisição da língua materna dos descendentes dos falantes das outras línguas. Com o passar do tempo, as limitações da nova língua precisam ser superadas e, com isso, faz-se necessário que se processe inovações na estrutura gramatical, seja através da gramaticalização de itens lexicais oriundos da língua alvo, seja através da incorporação de dispositivos gramaticais das outras línguas, na estrutura da nova variedade linguística. Para que isso aconteça, é imprescindível que ocorra a difusão das estruturas gramaticais e, dessa forma, sejam fixadas no uso dos falantes; assim, haverá a socialização.

A variedade linguística que se desenvolve em tal situação de contato é, portanto, fruto desse processo que conjuga dois movimentos:

- (i) a erosão gramatical da LA, que, nos processos mais radicais de contato, pode levar à eliminação de todo o seu aparato gramatical no momento inicial de sua aquisição como segunda língua por falantes adultos; e
- (ii) a recomposição gramatical dessa(s) variedade(s) defectiva(s) de segunda língua que ocorre em função do estabelecimento da rede de relações sociais que vai dar ensejo à formação de uma nova comunidade de fala. (LUCCHESI e BAXTER, 2009, p. 103).

Lucchesi e Baxter (2009, p. 120) informam que nos processos de *Transmissão Linguística Irregular* que culminam com a formação de pidgins e crioulos geralmente acontecem em contextos sócio-históricos em que é mais restrito o acesso à língua alvo (LA) na fase inicial do contato entre línguas, e, além disso, que ocorra pouca influência da LA nas fases seguintes da reestruturação da gramática.

Quando o processo de *Transmissão Linguística Irregular* é do tipo leve, quase não ocorre gramaticalização ou transferência do substrato por causa do maior acesso aos modelos da língua falada, mas, apesar disso, a nova variedade linguística da LA não deixa de apresentar certas características decorrentes do tal processo que se deu com a socialização/nativização entre os segmentos de falantes das outras línguas e seus descendentes. Nesses processos, devem ser consolidados tanto os fatores de natureza linguística como os fatores de natureza sócio-histórica.

Sendo assim, Lucchesi (2000) defende a ideia de ocorrência de uma *Transmissão Linguística Irregular* do tipo leve no PB que se caracteriza por uma miscigenação dos recursos disponíveis, dividindo em duas fases tal processo, como se verifica abaixo, bem como as suas características.

- (i) Fase inicial: variação, mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais, sendo mais rara a eliminação desses mecanismos; opacidade relativa aos estímulos-gatilhos que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos;
- (ii) Fases seguintes: manutenção do quadro de variação, em que se observa a concorrência entre as formas gramaticais reintroduzidas a partir da influência da língua alvo e potenciais processos de gramaticalização que emergem na heterogeneidade da fala; variação nas frequências de uso dos parâmetros sintáticos. (LUCCHESI, 2000, p. 122-123).

Lucchesi (2000, p. 123) ainda diz que o processo de *Transmissão Linguística Irregular* pode ter como resultante os seguintes processos de variação/mudança:

- (i) eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- (ii) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- (iii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- (iv) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema variável ternária com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero;
- (v) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos. (LUCCHESI, 2000, p. 123).

Incontestavelmente, o contato entre línguas produz modificações linguísticas, e, essas modificações, muitas vezes, refletem no surgimento de uma nova variedade linguística, a qual nasce com base nas estruturas da língua dos dominantes, porém impregnada de marcas da língua dos dominados. A influência exercida será condicionada por questões linguísticas, sociais e históricas, resultando em variedades com intensas modificações ou em variedades em que a influência se processou de forma mais leve, como é o caso do PPB, que sofreu um leve processo de *Transmissão Linguística Irregular* (cf. LUCCHESI, 2000).

Pode-se concluir, então, que *em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular* desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional. Nas situações típicas de crioulização, essa perda tende a ser total. Já nos casos de uma transmissão linguística irregular mais leve (a exemplo do crioulo francês da Ilha de Reunião, o inglês de Singapura, o português de Maputo, em Moçambique e o português dos tongas de São Tomé), não se configura um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso. Com base nessa fundamentação teórica, pode-se conceber o quadro de profunda variação na concordância nominal e verbal que se observa hoje nas variedades populares do português do Brasil como decorrência do processo de transmissão linguística irregular que marca a gênese dessas variedades linguísticas. (LUCCHESI e BAXTER, 2009, p. 124).

Como observado, tanto a Deriva quanto a Transmissão Linguística Irregular buscam explicar as mudanças que se processam na língua. Porém, no universo da formação histórica do PPB, é a Transmissão Linguística Irregular que permite entender melhor como as mudanças efetivamente se implementaram, lançando, dessa forma, luzes para o seu entendimento, mesmo acontecendo aqui um processo mais leve do que normalmente se encontram na formação de línguas comprovadamente crioulas. Sendo assim, o processo de *Transmissão Linguística Irregular* torna-se produtivo para melhor compreensão da história do PPB, uma vez que leva em conta o uso efetivo que o falante faz da língua e como se processa a sua transmissão.

#### 4.5 METODOLOGIA

A Metodologia é o modo, a forma como se obtêm os dados de uma pesquisa. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, pois “não existe conhecimento científico sem a assistência do método” (PERUJO SERRANO, 2011, p. 144). Assim, nesta seção, serão tratadas as etapas realizadas para a efetivação da presente análise empírica, desde a constituição da amostra de fala até a interpretação dos resultados quantitativos. Definindo o escopo do objeto de estudo, apresentam-se: a variável dependente e as variáveis independentes: linguísticas e extralinguísticas que estruturam a análise.

#### 4.5.1 A constituição da amostra de fala

A amostra, para o presente estudo, está constituída de 12 informantes, da zona urbana de Cachoeira e de 12 informantes do Povoado do Saco, da sua zona rural, totalizando 24 informantes que constituem o universo de observação desta análise. Os informantes foram escolhidos aleatoriamente entre os membros das comunidades de fala, levando-se em conta as variáveis sociais previamente estratificadas. As amostras, da zona urbana de Cachoeira, foram constituídas por este pesquisador, as do Povoado do Saco, além deste pesquisador, foram constituídas também pelas professoras Isabel Silveira, Débora de Souza e Wiliane Coroa, além dos estudantes do Curso de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* de Jequié.

##### 4.5.1.1 Populações

As populações estudadas serão: as da zona urbana da cidade de Cachoeira e a do Povoado do Saco, zona rural<sup>23</sup>. A cidade de Cachoeira está localizada no Recôncavo da Bahia, distando aproximadamente 110 quilômetros de Salvador, capital do Estado. A Sede do município conta com várias escolas públicas de Ensino Fundamental, tendo duas escolas públicas que oferecem o Ensino Médio; conta também com várias escolas particulares de Ensino Fundamental e duas de Ensino Médio. Além das escolas dos Ensinos Fundamental e Médio, a cidade conta também com um *campus* de uma universidade pública, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, e ainda com uma Universidade particular, o Instituto Adventista de Ensino do Nordeste - IAENE. Conta ainda com um pólo da UNIFACS - EAD.

---

<sup>23</sup> A constituição histórica, social e linguística destas comunidades estão caracterizadas no Capítulo 2, seções 2.4 e 2.4.1 desta tese.

Salientando que a cidade de Cachoeira é uma cidade histórica e abrigava no passado grande número de escravos.

O Povoado do Saco dista aproximadamente 15 km (quinze quilômetros) da Sede do município, tem uma escola do Ensino Fundamental I. Após esse ciclo, os estudantes precisam se deslocar para o distrito de Belém ou para a sede do município. A plantação de mandioca e fabricação de farinha é a principal atividade agrícola local. O Povoado do Saco foi constituído em terras de antigos engenhos, que contavam com a presença de grande quantidade de escravos.

#### 4.5.1.2 Os *Corpora*

A presente pesquisa utiliza os *corpora* da zona urbana de Cachoeira e do Povoado do Saco, zona rural de Cachoeira, pertencentes ao Projeto *Constituição dos Corpora do Português Culto e do Português Popular das cidades baianas de Jequié e Cachoeira*. Esse Projeto de Pesquisa é empreendido pela Área de Estudos Linguísticos – AEL, do Departamento de Ciências Humanas e Letras - DCHL, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *campus* de Jequié.

#### 4.5.1.3 A Escolha dos Informantes

Na escolha dos informantes, respeitaram-se os seguintes critérios:

- a) ser nascido na localidade, ou morar na comunidade desde os seis anos de idade;

- b) morar na comunidade;
- c) ser analfabeto ou ter cursado até o quinto ano do Ensino Fundamental;
- d) ter 25 anos de idade ou mais.

A seleção dos informantes foi feita equitativamente entre homens e mulheres, para que se possa observar se há diferença na fala em relação ao sexo. É importante ressaltar que os informantes também foram divididos em três faixas etárias, como segue:

- faixa I - informantes com idade entre 25 a 35 anos;
- faixa II - informantes com idade entre 45 a 55 anos;
- faixa III - informantes com idade igual ou superior a 65 anos.

O período que separa as faixas etárias corresponde à distinção feita para observar os possíveis processos de mudança em progresso no chamado tempo aparente.

Os Quadros que seguem mostram como se organizam os *corpora* que servem de estudo desta pesquisa, observem:

**Quadro 2:** *Corpus* completo da zona urbana de Cachoeira

INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA
INF. 01 pp-CHC <sup>24</sup>	FEMININO	I
INF. 02 pp-CHC	FEMININO	I
INF. 03 pp-CHC	FEMININO	I
INF. 04 pp-CHC	MASCULINO	I
INF. 05 pp-CHC	MASCULINO	I
INF. 06 pp-CHC	MASCULINO	I
INF. 07 pp-CHC	FEMININO	II
INF. 08 pp-CHC	FEMININO	II
INF. 09 pp-CHC	FEMININO	II
INF. 10 pp-CHC	MASCULINO	II
INF. 11 pp-CHC	MASCULINO	II
INF. 12 pp-CHC	MASCULINO	II
INF. 13 pp-CHC	FEMININO	III
INF. 14 pp-CHC	FEMININO	III
INF. 15 pp-CHC	FEMININO	III
INF. 16 pp-CHC	MASCULINO	III
INF. 17 pp-CHC	MASCULINO	III
INF. 18 pp-CHC	MASCULINO	III

<sup>24</sup> Os símbolos que aparecem no quadro servem para identificar os informantes, bem como sua origem, observem: INF 01pp-CHC, significa que trata do Informante 01 (INF 01), do Português Popular (pp), da cidade da Cachoeira-BA (CHC).



**Quadro 3:** *Corpus* completo do Povoado do Saco – zona rural de Cachoeira

INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA
INF. 01 pp-r-S <sup>25</sup>	FEMININO	I
INF. 02 pp-r-S	FEMININO	I
INF. 03 pp-r-S	FEMININO	I
INF. 04 pp-r-S	MASCULINO	I
INF. 05 pp-r-S	MASCULINO	I
INF. 06 pp-r-S	MASCULINO	I
INF. 07 pp-r-S	FEMININO	II
INF. 08 pp-r-S	FEMININO	II
INF. 09 pp-r-S	FEMININO	II
INF. 10 pp-r-S	MASCULINO	II
INF. 11 pp-r-S	MASCULINO	II
INF. 12 pp-r-S	MASCULINO	II
INF. 13 pp-r-S	FEMININO	III
INF. 14 pp-r-S	FEMININO	III
INF. 15 pp-r-S	FEMININO	III
INF. 16 pp-r-S	MASCULINO	III
INF. 17 pp-r-S	MASCULINO	III
INF. 18 pp-r-S	MASCULINO	III

<sup>25</sup> Os símbolos que aparecem no quadro servem para identificar os informantes, bem como sua origem, observem: INF 01pp-S, significa que trata do Informante 01 (INF 01), do Português Popular (pp), do Povoado do Saco (S), zona rural de Cachoeira-BA.

#### 4.5.2 O tipo de entrevista

As entrevistas foram do tipo Documentador – Informante. As gravações foram realizadas com gravadores digitais, de forma informal, pois o intuito era gravar a fala vernácula das comunidades<sup>26</sup>. Essas entrevistas têm duração de quarenta a sessenta minutos cada uma. As conversas com os informantes foram conduzidas por um pesquisador, e, algumas vezes, contou-se com o apoio de um membro da comunidade.

As gravações foram feitas em diversos locais, respeitando sempre a escolha dos informantes, para estes se sentissem o mais à vontade possível. Também, deve-se destacar que os temas das entrevistas eram sempre a vida pessoal do entrevistado, bem como a história, a cultura e a vida na comunidade.

#### 4.5.3 Processamento quantitativo dos dados

Realizadas as entrevistas, passaram-se às transcrições, que foram realizadas com base na “Chave de Transcrição” elaborada por Lucchesi<sup>27</sup>. O modelo dessa transcrição é a grafemática e considera como relevante as marcas específicas do dialeto do informante.

Feitas as transcrições, procedeu-se ao levantamento exaustivo, nos inquéritos já digitados, das ocorrências de verbos ligados a um sujeito na terceira pessoa do plural, também chamada de P6. A etapa seguinte consistiu na codificação dos dados para o programa computacional GOLDVARB, que calcula a frequência e o peso relativo de cada variante, com base num conjunto de hipóteses que lhe são fornecidas, em forma de grupos de fatores ou

---

<sup>26</sup> Para o conceito de fala vernácula cf. Labov (2008 [1972]).

<sup>27</sup> Cf. “Chave de Transcrição” no site “www.vertentes.ufba.br”.

variáveis explanatórias<sup>28</sup>. Após a codificação das ocorrências, fez-se o tratamento quantitativo (estatístico e probabilístico) das ocorrências das variantes linguísticas encontradas em cruzamento com as variáveis explanatórias. O último passo foi a interpretação dos resultados produzidos pelo programa.

#### 4.6 O SUPORTE QUANTITATIVO

Os programas para computador que compõem o pacote GOLDVARB foram desenvolvidos com o objetivo de dar tratamento estatístico e probabilístico a dados linguísticos variáveis, analisados sob a abordagem variacionista laboviana de estudos linguísticos (*cf.* SANKOFF, 1988, PINTZUK, 1988 e GUY e ZILLES, 2007).

O GOLDVARB quantifica a escolha que se coloca na estrutura da língua no que concerne à variável focalizada, com relação aos contextos linguísticos e os fatores sociais formalizados nos termos das variáveis explanatórias.

O pacote de programas fornece as frequências dos diversos grupos de fatores (variáveis explanatórias) em termos percentuais e seleciona os grupos de fatores com relevância estatística com base no logaritmo da verossimilhança. E fornece também os pesos relativos, que medem, numa escala de 0 a 99, a interferência daquele fator sobre a variável analisada. Salienta-se que os valores acima de .50 indicam um favorecimento à realização da variante analisada, enquanto que valores abaixo de .50 desfavorecem a ocorrência da variante. Porém, se a variante obtiver o peso relativo de .50, demonstra neutralidade. Então, o peso relativo mede a influência de cada fator dentro do seu grupo, considerando a influência simultânea dos demais grupos. Cabe, entretanto, ao pesquisador analisar os resultados

---

<sup>28</sup> Os dados são codificados com base numa lista de caracteres que são atribuídos aos valores da variável dependente e das variáveis explanatórias linguísticas e sociais, elaborada por Dante Lucchesi, orientador desta pesquisa. Essa codificação fornece a base para o processamento quantitativo dos dados.

processados pelo programa, propondo regras e interpretações qualitativas para os resultados quantitativos obtidos.

## 4.7 O OBJETO DE ESTUDO

Este estudo visa observar como se processa o uso da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6. Esta seção apresenta a formalização desse fenômeno nos termos de uma variável dependente, cujo comportamento depende de fatores linguísticos e extralinguísticos, que serão formalizados aqui como variáveis explanatórias.

### 4.7.1 A Variável dependente

A variável pesquisada constitui um grupo binário – presença ou ausência de marca de plural de terceira pessoa na forma verbal ligada a essa pessoa do discurso, como se pode ver nos exemplos a seguir:

- a) Com concordância

(30) “Eles **ficam** escondido.” (Inf.13 pp-u-CHC).

b) Sem concordância

(31) “Meus pais não **tinha** como me dar as *coisa*.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

#### 4.7.1.1 A Coleta de Dados

Como já dito, esta pesquisa tem como variável dependente o binômio ausência-presença de marca de plural, desse modo, foram retiradas das entrevistas as formas verbais que foram ou que deveriam, segundo a norma gramatical, ser flexionadas na terceira pessoa do plural ou P6. No levantamento dos dados, foram excluídos:

- a) os casos considerados sujeito indeterminado pela tradição gramatical (verbos pluralizados na terceira pessoa, sem que se possa identificar o referente);
- b) os casos em que a diferença entre singular e plural é apenas ortográfica;
- c) os casos do verbo *ser* em que a concordância podia ser feita com o predicativo, no entanto, analisamos os casos em que o sujeito não-realizado foi facilmente recuperado;
- d) os casos do infinitivo flexionado em que ocorre divergência no uso até nas gramáticas normativas não foram consideradas;

## 4.7.2 Variáveis explanatórias

As variáveis explanatórias, também chamadas de variáveis independentes, são grupos de fatores que possibilitam ao linguista a observação de quais elementos influenciam o fenômeno estudado.

A escolha das variáveis explanatórias aqui utilizadas tem como principal motivação as variáveis observadas em estudos variacionistas sobre temas apresentados e discutidos na seção 3.3 desta tese. As variáveis explanatórias utilizadas, nesta pesquisa, constituem treze grupos de fatores, divididos em linguísticos e sociais, que, nesta ordem, serão apresentados.

### 4.7.2.1 Variáveis Linguísticas

As variáveis linguísticas são grupos de fatores linguísticos que se crê influenciar o fenômeno linguístico observado. Assim, as observações dessas variáveis apontam qual ou quais delas são elementos de favorecimento ou desfavorecimento do emprego da regra de concordância verbal junto a sujeitos da terceira pessoa do plural.

#### 4.7.2.1.1 A realização e posição do sujeito

Concordando com Naro (1981) e com outros estudos que julgam oportuno tratar em conjunto a realização e a posição do sujeito, esta pesquisa também trata em conjunto a realização e a posição do sujeito, pois a posição que ocupa depende da sua realização na estrutura da frase. É importante destacar que a posição do sujeito se mostra importante para a aplicação da regra de concordância como apontam Lemle e Naro (1977). Desse modo, a hipótese adotada para este grupo de fator é que a anteposição e a proximidade do sujeito favoreçam a aplicação da regra de concordância verbal.

Para avaliar a atuação da realização do sujeito e sua posição em relação ao verbo, foram considerados os seguintes fatores:

- a) sujeito imediatamente anteposto ao verbo

(32) “Porque **as criança** fica tudo à toa.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

- b) sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituinte interveniente

(33) “Os *velho* **daqui** pode *falá* pra... todos” (In. 18 pp-u-CHC).

- c) sujeito anteposto ao verbo com uma relativa

(34) “aqueles primo, **que eu tinha da infância**, todo mundo *mudo*,” (Inf. 4 pp-u-CHC)

- d) sujeito anteposto ao verbo com SPrep

(35) “Os *batizado de antigamente* era diferente dos de hoje” (Inf.8 pp-u-CHC).

e) sujeito retomado por um pronome relativo

(36) “Que eu lavo a minha *ropa* e de Santo, agora a delas é elas **que** lavam.” (Inf. 14 pp-u-CHC).

f) sujeito não-realizado (tem que ser referencial, e não indeterminado)

(37) “Eles não me *abusa, vive* tudo lá na casa *dele*”. (Inf. 14 pp-u-CHC).

g) sujeito imediatamente posposto ao verbo

(38) “Muita gente lá do Tororó... caiu **três pessoa do Tororó** dentro da maré...”  
(Inf. 2 pp-u-CHC).

h) sujeito posposto separado por um ou mais constituintes

(39) “*tá* frequente **essas festa aí**”. (Inf. 08 pp-r-S)

i) sujeito posposto ao verbo “ser” sem constituintes anteriores

(40) “**são** os poderosos.” (Inf. 18 pp-u-CHC)

#### 4.7.2.1.2 A concordância nominal no sujeito

Por concordância nominal, entende-se a relação estabelecida entre o núcleo do sujeito e seus determinantes. Para esta pesquisa, consideraram-se duas possibilidades: a) SN com concordância e b) SN sem concordância.



A proposição deste grupo de fator baseou-se no *princípio da coesão estrutural*, proposto por Dante Lucchesi (LUCCHESI, 2000; LUCCHESI e RIBEIRO, 2009). Segundo esse princípio, a concordância verbal é favorecida quando há concordância nominal no SN sujeito.

a) SN com concordância

(41) “**Os patrões** não *saía* da minha banca.” (Inf. 13 pp-u-CHC).

b) SN sem concordância

(42) “**As criança** ficam ai só sofrendo.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

#### 4.7.2.1.3 A característica semântica do sujeito

Baseado-se no trabalho de Naro e Scherre (2007), o presente grupo de fator busca investigar se o traço [+ou – humano] influencia ou não no uso da concordância verbal, tendo como hipótese adotada a ideia de que o traço [+ humano] favorece a ocorrência de concordância verbal.

a) [+ humano]

(43) “As *criança* ficam com raiva, né?” (Inf. 2 pp-u-CHC).

b) [- humano]

(44) “Os *camarão* entrava ali.” (Inf. 5 pp-u-CHC).

#### 4.7.2.1.4 As formas de indicação do plural no sujeito

Com a proposição desse grupo de fatores, busca capturar a relação entre a forma de indicar o plural no SN sujeito e aplicação de regra de concordância verbal, considerando-se as seguintes estratégias de marcação de plural no SN sujeito: a) estratégia mórfica – fundamenta-se no acréscimo do morfema *-s* no singular em todos os elementos constituintes do sujeito quer apareça apenas em um; b) estratégia de pluralização por meio de um numeral; c) estratégia lexical - pluralização pela presença de um coletivo; d) noção de plural pelo valor semântico do item lexical; e) estratégia de pluralização pela presença de quantificadores; f) estratégia pela indicação mórfica e lexical do plural; g) sujeito composto.

A hipótese aqui adotada é que as presenças do numeral e do quantificador favorecem a realização da concordância verbal, pois tais elementos reforçam a ideia de plural.

a) indicação mórfica do plural

(45) “Os otos já era casado.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

b) plural indicado por um numeral

(46) “Os **dez** *tão* soltos.” (Inf. 1 pp-u-CHC).

c) presença de um quantificador

(47) “**todos** nossos *primo* tomava banho nu.” (Inf. 1 pp-u-CHC).

d) sujeito composto

(48) “**Antigamente a mãe e o pai** poderia dá uma surra *ni* um filho.” (Inf. 1 pp-u-CHC).

#### 4.7.2.1.5 O tipo de verbo

A escolha deste grupo de fator tem por finalidade verificar a importância do tipo de verbo na aplicação da regra de concordância verbal.

A hipótese adotada, inspirada em outros trabalhos realizados como: Monguilhott (2001), Souza (2009), Araújo (2014), Silva (2005, 2003), para este grupo de fator é que os verbos inacusativos, ou seja, os que não admitem o caso acusativo desfavoreçam a aplicação da regra de concordância, já que a posposição do sujeito acontece, na maioria das sentenças, com verbos inacusativos.

a) transitivo

(49) “Os menino **procura** pagode mesmo.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

b) intransitivo

(50) “os pardais aí **caía**.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

c) locativo

(51) “meus primos **mora** aí em cima” (Inf. 1 pp-u-CHC).

d) inacusativo

(52) “**apareceu** os rádios..” (Inf. 17 pp-r-S).

e) ligação

(53) “os povo **tão** tudo rico” (Inf. 17 pp-r-S).

f) modal

(54) “Antigamente a mãe e o pai **poderia** dá uma surra *ni* um filho.” (Inf.1 pp-u-CHC)

g) auxiliar

(55) “as mãe **ia** lavá ropa.” (Inf. 5 pp-u-CHC).

h) Verbos transitivos com sujeito paciente e verbos ergativos

(56) “as pilha **pegava** até fogo” (Inf. 07 pp-u-CHC).

j) Auxiliar com passiva

(57) “Esses aluno até **foi afastado**” (Inf. 09 pp-r-S)

#### 4.7.2.1.6 A saliência fônica

O princípio da Saliência fônica postulado por Lemle e Naro (1977), que estabelece que os níveis altos de saliência fônica são mais favoráveis à marcação da concordância, desse modo, admite-se que quanto maior a diferença entre singular e plural maior será a possibilidade de aplicação da regra de concordância.

Assim, para a presente pesquisa, classificaram-se os verbos com base na força da acentuação e diferenciação do material fonológico e morfológico envolvido, conforme princípio estabelecido. Admitindo-se seis variáveis, divididas em dois níveis: o primeiro nível, fora da sílaba tônica e no segundo nível, dentro da sílaba tônica.

A hipótese adotada para este grupo de fator é que as formas mais salientes, ou seja, mais perceptíveis, sejam as que mais favoreçam a aplicação da regra de concordância, de acordo com a seguinte escala crescente proposta por Naro (1981) e amplamente adotada nos estudos variacionistas.

Primeiro Nível – fora da sílaba tônica:

- a) nasalização sem envolver qualidade  
(conhece/conhecem, consegue/conseguem)

(58) “Os *velho* daqui **pode** *falá* pra... todos.” (Inf.18 pp-u-CHC).

- b) nasalização com mudança de qualidade  
(ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam)

(59) “Eles *botava*...”. (Inf.10 pp-u-CHC).

- c) acréscimos de segmento no plural (acrécimo silábico)

(diz/dizem, quer/querem)

(60) “eles não querem *fazê*”. (Inf. 11 pp-u-CHC).

Segundo Nível – dentro da sílaba tônica:

a) ditongação e/ou mudança na qualidade

(ta/tão;vai/vão)

(61) “As criança **tá** passado.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

b) acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade

(bateu/bateram; foi/foram; viu/viram; parou/pararam)

(62) “Os *moradô* daqui **correu** muito *atrais*.” (Inf. 8 pp-u-CHC).

c) Acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa

(veio/vieram, é/são)

(63) “eles **são** muito rígidos nesse lado.” (Inf. 4 pp-u-CHC).

#### 4.7.2.1.7 O efeito de gatilho

Acontece o efeito de gatilho quando a mesma forma verbal aparece na pergunta e na resposta, com os mesmos traços de tempo, de aspecto e de modalidade, remetendo à natureza

icônica da linguagem (*cf.* Givón, 1995). Portanto, o efeito gatilho é a influência sofrida pelo informante a partir da pergunta feita pelo documentador, ou seja, o uso da concordância na pergunta feita ao informante provocará o uso da mesma na resposta dada por este, ou provocará a falta de concordância caso, na pergunta do documentador, não apareça à concordância. Desse modo, a observação desse grupo de fator possibilitará a verificação se realmente a fala do documentador exerce influência sobre a do informante.

A hipótese adotada para este grupo de fator é que havendo concordância na fala do documentador haverá também maior possibilidade de aplicação da regra de concordância na fala do entrevistado, uma vez que, dessa maneira, houve estímulo para o uso da concordância.

- a) com estímulo para concordância e fazendo concordância com o mesmo verbo

(64) “DOC: Os seus filhos, eles **estudam**?

INF: Estuda.” (Inf.2 pp-u-CHC)

- b) com estímulo para falta de concordância, com o mesmo verbo

(65) “DOC: Antigamente as *criança* respeitava mais?

INF: Respeitava, com certeza.” (Inf. 1 pp-u-CHC).

- c) com estímulo para concordância, com o verbo diferente, mesmo sujeito

(66) “DOC: Ah, os moradores que tiveram que *cavá*?

INF: Cavaram.” (Inf. 8 pp-u-CHC).

- d) Com estímulo para a falta de concordância verbo diferente, mesmo sujeito

(67) “DOC: E os irmão da senhora onde que foi?

INF : Saiu tudo de *den* 'de casa.” (Inf. 14 pp-u-CHC)

## 4.7.2.1.8 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Este grupo de fator<sup>29</sup>, baseando-se no princípio criado por Scherre e Naro (1993), que definem o princípio como uma tendência para as formas semelhantes co-ocorrerem em situações reais de uso, pretende verificar se a marca de plural no elemento adjacente ao verbo influencia ou não no uso da concordância verbal. A hipótese adotada para este grupo de fator é que havendo marca de plural no elemento adjacente ao verbo ocorra maior possibilidade de aplicação da regra de concordância.

## a) núcleo com marca de plural

(68) “As meninas ainda *tava* peque...”. (Inf. 13 pp-u-CHC).

## b) núcleo sem marca de plural

(69) “Os **menimo** procura pagode mesmo.” (Inf. 2 pp-u-CHC).

## c) último constituinte do SN sem marca de plural

(70) “os *trecho* dos **pedreiro** trabalha.” (Inf. 16 pp-u-CHC).

## d) pronomes eles

(71) “**eles** *tão* desse jeito.” (Inf. 1 pp-u-CHC).

## e) Determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural

(72) “os **meus** não estudaro ni um não.” (Inf. 13 pp-r-S).

---

<sup>29</sup> O fator: *último constituinte do SN com marca de plural*, não foi exemplificado no corpo do texto por não aparecer na nas falas observadas.



f) determinante ou modificador pré-nominal sem marca de plural

(73) “Os **meu** *estudô*.”. (Inf. 14 pp-u-CHC).

g) numeral

(74) “os **dez** *tão* soltos.”. (Inf. 1 pp-u-CHC).

h) quantificador tudo

(75) “os casais **tudo** pega ali.”. (Inf. 2 pp-u-CHC).

i) quantificador todos ou todas

(76) “todos *estuda* lá em Cachoeira.”. (Inf. 13 pp-r-S).

#### 4.7.2.2 Variáveis Sociais

Os fatores sociais são de grande importância para um estudo sociolinguístico, pois são eles que apresentam as influências sofridas pela língua nos diferentes aspectos sociais. Então, diante disso, esses fatores foram aqui incluídos, para que se observe a relação entre a língua e a comunidade. Ou seja, pretende-se observar que relação tem a variação/mudança linguística

e as questões sociais. As variáveis sociais controladas, nesta pesquisa, são: *sexo, idade, escolaridade, estada fora da comunidade*.

Além disso, salienta-se que a análise dessas variáveis está orientada pela hipótese de que estaria ocorrendo uma mudança nos padrões coletivos de comportamento linguísticos, em direção a língua alvo.

#### 4.7.2.2.1 Idade

O grupo de fator *idade* permite observar o comportamento linguístico de três gerações diferentes (*cf.* seção 3.5.1.3). Assim sendo, essa variável define se há um equilíbrio na realização do fenômeno nas três gerações (variação estável) ou se a geração mais jovem lidera uma mudança (mudança em progresso). A hipótese adotada para este grupo de fator é que os informantes mais jovens realizem mais a concordância verbal.

#### 4.7.2.2.2 Sexo

Esse grupo de fator tem por finalidade analisar a possível variação de uso da concordância verbal, em virtude do sexo, pois, como se sabe, esta variável exerce um relevante papel nos estudos linguísticos, já que inúmeros estudos comprovam que há diferenças entre as falas: masculina e feminina. Pesquisas Sociolinguísticas realizadas, em

centros urbanos, verificaram que as mulheres, em geral, são mais sensíveis às formas de prestígio. Porém, Lucchesi (2000), Silva (2003) e Burgos (2003), em suas pesquisas na zona rural, observaram que os homens lideram a mudança em direção ao padrão. Tal fato acontece devido a um maior contato dos homens com falantes de outras comunidades.

A hipótese esperada para este grupo de fator é que sendo os informantes da zona urbana haverá maior realização de concordância para os informantes do sexo feminino, já os informantes da zona rural haverá maior aplicação da regra para os informantes do sexo masculino.

#### 4.7.2.2.3 Escolaridade

Este grupo de fator tem por finalidade observar se a escolarização cumpre seu papel de fazer com que aqueles que receberam educação formal estejam mais próximos do padrão linguístico. Portanto, torna-se importante tal verificação para que se perceba a influência ou não da escola na produção linguística do falante, incluindo o uso da concordância verbal.

Para este grupo de fator, apesar de a diferença entre a escolarização dos falantes observados variar entre não alfabetizados e semi-alfabetizados, a hipótese adotada é que o contato com a educação formal colabore para que se tenha um maior favorecimento da aplicação da regra de concordância.

#### 4.7.2.2.4 Estada fora da comunidade

A importância de se controlar a permanência ou a saída dos moradores da comunidade é a verificação da ocorrência ou não da hipótese de *mudança de fora para dentro*, ou seja, a mudança que se processa, a partir do contato de falantes da comunidade com falantes de outras comunidades. Assim, esta pesquisa tem como hipótese a ideia de que haja uma maior ocorrência da concordância verbal entre os falantes que saíram da comunidade para estudar, trabalhar etc, mas que depois retornaram.

## 5 ANÁLISE QUANTITATIVA DA VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL JUNTO A TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS POPULAR DA CIDADE DE CACHOEIRA

Apresenta-se, neste capítulo, a análise da variação na concordância verbal junto a terceira pessoa do plural nos dados dos *Corpora do português popular da Sede da cidade de Cachoeira-BA e do Povoado do Saco, zona rural*, a partir dos resultados estatísticos e probabilísticos produzidos pelo pacote de programas GOLDVARB (cf. GUY e ZILLES, 2007). A princípio será mostrado o resultado geral, através de tabelas e gráficos das ocorrências da aplicação da regra de concordância verbal, salientando que serão mostrados também os resultados gerais por localidade, ou seja, os resultados obtidos nas zonas urbana e rural.

Após isso, serão apresentadas as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes pela melhor rodada do pacote de programas, exibindo seus pesos relativos, bem como os resultados de duas variáveis que mesmo não tendo sido selecionadas, mostraram-se importantes para o estudo.

### 5.1 A CONCORDÂNCIA VERBAL NA TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS POPULAR DE CACHOEIRA

Foram encontradas 1.323 ocorrências de formas verbais ligadas a um sujeito da terceira pessoa do plural, sendo 330 *com aplicação da regra de concordância* e 993 em que *a*

*regra de concordância não foi aplicada*, o que representa um percentual de 24,9% de aplicação da regra. Esses resultados podem ser vistos na Tabela 5:

(77) “As menina **vão** pra rua.” (Inf. 13 pp-u-CHC)

(78) “Os meninos **cortava** as garrafas de quiboa pra *fazê* carrinho.”

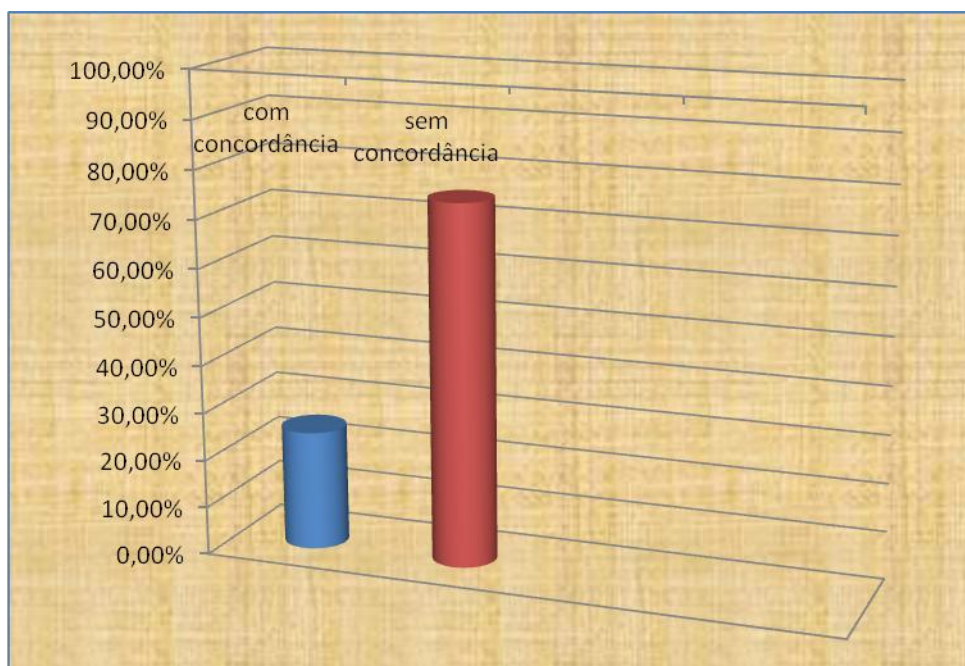
(Inf. 09 pp-r-S)

**Tabela 5: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira**

<b>Fatores</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>
<b>com concordância</b>	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>
<b>sem concordância</b>	<b>993/1323</b>	<b>75,1%</b>

O Gráfico 1, visualizam-se as informações contidas na Tabela 5:

**Gráfico 1: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira**



O nível baixo de aplicação da regra de concordância no português popular de Cachoeira confirma a polarização sociolinguística, esboçada por Silva Neto (1963 [1951], p. 88-89) e sistematizada por Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006). Numa perspectiva histórica, Lucchesi argumenta que, enquanto a elite da sociedade, concentrada nos reduzidos centros urbanos do litoral, procurava conservar a língua vinda de Portugal, a maioria da população, composta de negros escravizados, índios aculturados e mestiços, adquiriram o português de maneira precária. Assim, essa segunda língua que era falada de forma defectiva, foi se tornando língua materna dos seus descendentes. Desse modo, a língua, por eles falada, apresentava profundas alterações na gramática caracterizando assim o processo de Transmissão Linguística Irregular (*cf.* seção 4.4.2). Então, as duas grandes normas do PB, a culta e a popular, resultam de processos históricos distintos. A primeira é proveniente do uso linguístico de uma elite lusitanizada, e a segunda emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de educação formal e socialmente marginalizada.

Assim sendo, os falantes originários da elite que são expostos a uma educação formal de qualidade e que vivem em ambientes com falantes que usam a variante linguística mais próxima ao padrão, terão, lógico, maior possibilidade de usar essa modalidade da língua,

incluindo aí a concordância verbal, o que não quer dizer que a utilizem em todas as ocasiões, porém são esses falantes os que mais aplicam a regra de concordância.

Por outro lado, os falantes provenientes das camadas menos abastadas, que, via de regra, são desprovidos de educação formal e vivem em ambientes em que se fala uma variante que expressa maior distância da variante considerada padrão da língua, são os que menos aplicam a regra de concordância. Tal quadro se confirma na presente pesquisa, com a baixa frequência de aplicação da regra de concordância verbal, entre falantes de baixa escolaridade.

Ainda cabe ressaltar que os resultados aqui obtidos se assemelham aos encontrados nos estudos variacionistas do fenômeno em outras variedades do português popular (*cf.* 3.3.2.2), que também constataram a baixa frequência de aplicação da concordância do verbo com o sujeito. Assim, as comunidades de fala de Cinzento/Mourinhos e Poções, estudadas por Silva (2005), exibem um percentual de 17% de aplicação; as comunidades do Norte fluminense, estudada por Vieira (1995), um percentual de 38%; Conceição de Ibitipoca, estudada por Resende (2006), um percentual de 32% e Cinzento, Helvécia, Barra e Bananal, estudadas por Silva (2003), um percentual de 16%. Também, destaca-se um estudo recente realizado no português popular no município de Feira de Santana, localidade próxima a Cachoeira<sup>30</sup>, por Araújo (2014), em que se verificaram percentuais muito próximos dos exibidos nesta pesquisa, já que, na comunidade de fala de Feira de Santana, os dados exibem um percentual, no português popular, de 24,5% para a aplicação da regra de concordância verbal, contra um percentual de 75,5% de não aplicação da regra.

Apesar do nível baixo de concordância confirmar a polarização sociolinguística, os resultados encontrados nas zonas urbana e rural de Cachoeira contrariam as expectativas, pois se esperava que os falantes da sede do município realizassem mais concordância do que os da zona rural, o que não aconteceu, pois, como se pode verificar na Tabela 6, a zona rural lidera a ocorrência de aplicação da regra com um percentual de 27,1%, enquanto que a zona urbana atinge um percentual de 21,7%. A seguir estão uma tabela e um gráfico que mostram a frequência geral da aplicação da regra de concordância:

---

<sup>30</sup> As cidades de Cachoeira e Feira de Santana distam aproximadamente 45 km uma da outra e a 110 km de Salvador.

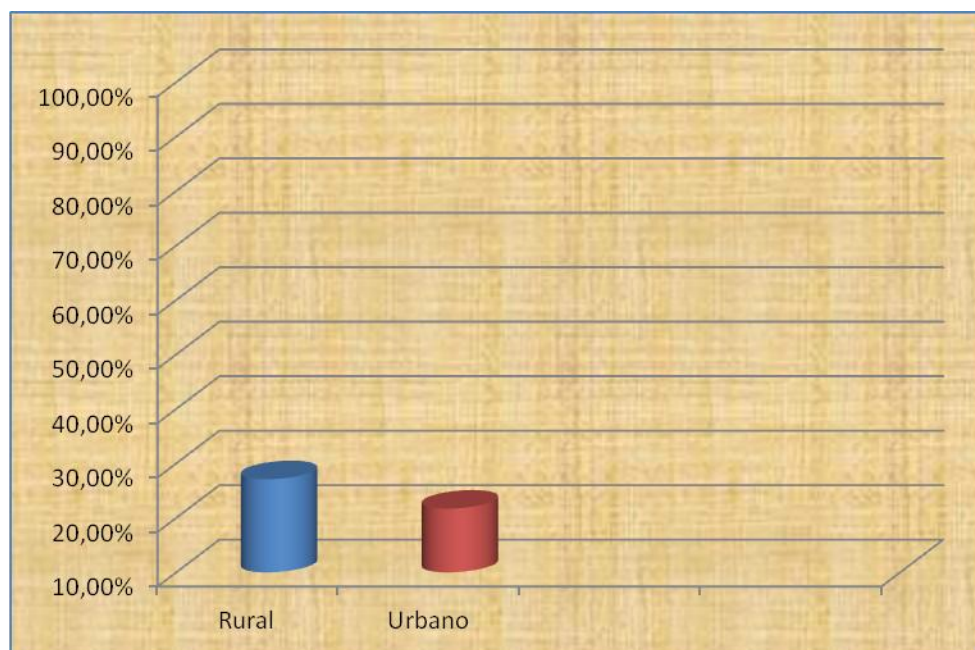


**Tabela 6: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal com terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a *Localidade***

<b>Localidade</b>	<b>Ocorrências/Total</b>	<b>Frequência</b>
<b>Rural</b>	<b>216/798</b>	<b>27,1%</b>
<b>Urbano</b>	<b>114/525</b>	<b>21,7%</b>
<b>Total</b>	<b>330/1.323</b>	<b>24,9%</b>

O Gráfico 2 permite a visualização das informações contidas na Tabela 6.

**Gráfico 2: Frequência geral de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a *Localidade***



Como observado nesta tese (*cf.* seção 2.4), 23,65% da população de Cachoeira, ou seja, 7.577 pessoas são não alfabetizadas, dessas 3.145 estão na zona urbana, correspondendo a 41,50% dos não alfabetizados, sendo 1.564 homens, correspondendo a 49,72% do total de não alfabetizados na zona urbana e 1.581 mulheres, correspondendo a 50,27%. Os não alfabetizados, que estão na zona rural, perfazem um total de 4.432 pessoas, correspondendo a 58,49%, sendo 2.376 homens, correspondendo a 53,61% do total de não alfabetizados na zona rural e 2.056 mulheres, correspondendo a 46,38%. Assim, verifica-se um fato curioso, na zona urbana: os homens apresentam-se em maior percentual de alfabetizados, enquanto que na zona rural o quadro se inverte, são as mulheres que apresentam um maior percentual de alfabetizadas. Para melhor observar os dados, verifiquem a Tabela 7.

**Tabela 7: Taxa de analfabetismo da população da cidade da Cachoeira**

<b>Sexo</b>	<b>Urbano/Frequência</b>	<b>Rural/ Frequência</b>
<b>Homem</b>	<b>1564/49,72%</b>	<b>2376/53,61%</b>
<b>Mulher</b>	<b>5811/50,27%</b>	<b>2056/46,38%</b>
<b>Total</b>	<b>3145/100%</b>	<b>4432/100%</b>

Desse modo, as questões sociais aqui observadas podem explicar os resultados obtidos de ser, na amostra analisada, no município de Cachoeira, a zona rural a que mais aplica a regra de concordância verbal, já que, apesar de os homens apresentarem em maior número de alfabetizados na zona urbana, estes como já se verificaram em várias pesquisas sociolinguísticas, não exibem uma grande preocupação de aproximação com o falar culto, pois o seu falar é mais despojado. Do mesmo modo, sendo as mulheres, na zona rural, mais escolarizadas e tendo estas uma maior preocupação com tal aproximação, como também exaustivamente comprovado em diversas pesquisas sociolinguísticas (*cf.* CHAMBERS, 1995), parece natural que seja a zona rural a que mais realize a concordância entre o verbo e o sujeito no município de Cachoeira.

Além disso, é importante ressaltar, como afirma Cardoso (2010, p. 178), o Brasil, com sua grande extensão territorial, apresenta grandes contrastes, sendo marcado pela heterogeneidade cultural, social e econômica, o que vai influenciar na língua que se fala no Brasil. Assim, para a autora, “a diversidade da língua está, pois, vinculada à diversidade cultural tomada nos seus mais diferenciados aspectos.” (CARDOSO, 2010, p. 178).

Nessa perspectiva, Teyssier (1997) se manifesta sobre esse tema corroborando a ideia aqui defendida:

[...] A realidade, porém, é que as divisões “dialetais” no Brasil são menos geográficas que socioculturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. [...]. (TEYSSIER, 1997, p. 98).

Dessa forma, o que vai efetivamente propiciar a diferenciação entre as falas de duas pessoas, não é o espaço, o local em que vivem, se na zona urbana ou rural, mas, sim, se há entre elas diferenças socioculturais, como, por exemplo, a escolarização. Ressalta-se aqui que, no presente estudo, apesar de a escolarização variar entre não alfabetizados e semi-alfabetizados, pode-se inferir que mesmo assim tal diferença influencia no uso da aplicação da regra de concordância.

## 5.2 AS VARIÁVEIS SELECIONADAS

Com a finalidade de serem retirados os contextos categóricos e os que apresentavam um número baixo de ocorrências, foram amalgamados alguns fatores dos grupos previamente definidos.

O programa GOLDVARB, na sua melhor rodada, selecionou as seguintes variáveis explanatórias como estatisticamente relevantes: *concordância nominal no sujeito; saliência fônica, último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo; efeito de gatilho; idade; sexo e estada fora da comunidade*. A seguir serão analisados os resultados quantitativos dessas variáveis selecionadas.

## 5.2.1 As variáveis linguísticas

### 5.2.1.1 Concordância Nominal no SN Sujeito

Os resultados da Tabela 8 revelam que, com peso relativo de .682 e um percentual de 37,2% o *SN com concordância nominal no sujeito* favorece o emprego da concordância verbal contra .446 de peso relativo e um percentual de 12,5% para o *SN sem concordância no sujeito*, que a desfavorece. Observem os exemplos de ocorrências com e sem concordância, respectivamente.

(79) **As meninas** crescem naquele ritmo já de mocinha (Inf. 09 pp-r-S)

(80) **As pessoa** apanha (Inf. 01 pp-u-CHC)

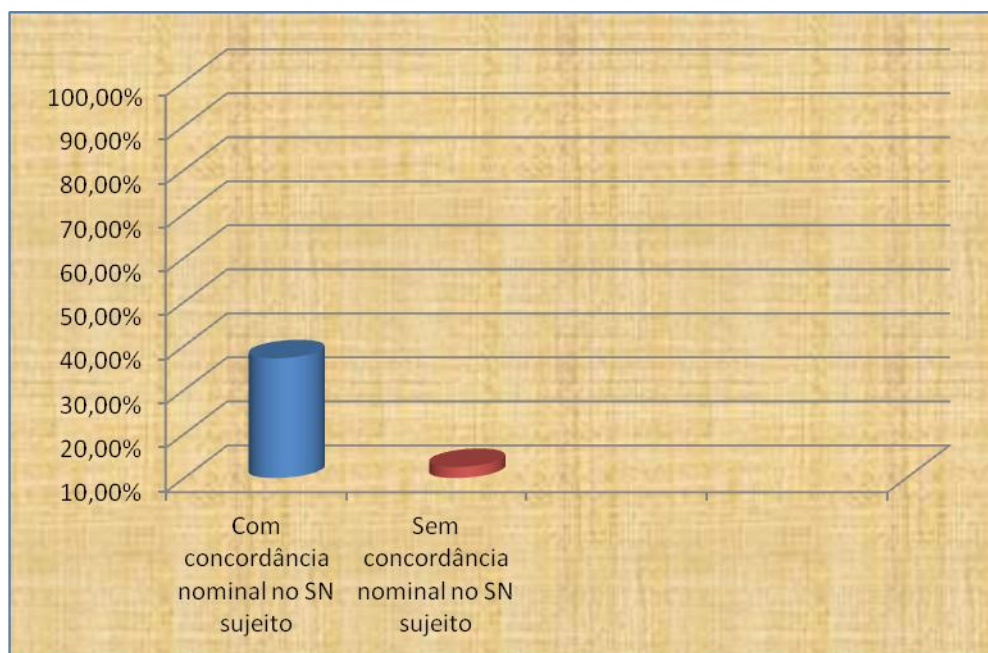
A seguir se exhibe a Tabela 8 na qual se mostrarão os dados encontrados:

**Tabela 8: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Concordância nominal no SN sujeito* (nível de significância: .029)**

<b>Concordância nominal no SN sujeito</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>SN com concordância</b>	<b>45/121</b>	<b>37,2%</b>	<b>.682</b>
<b>SN sem concordância</b>	<b>53/425</b>	<b>12,5%</b>	<b>.446</b>
<b>Total</b>	<b>98/546</b>	<b>17,9%</b>	<b>.424</b>

Os dados exibidos acima serão mostrados no Gráfico 3, para que sejam melhores observados:

**Gráfico 3: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Concordância nominal no SN sujeito***



Confirmou-se, assim, a expectativa inicial, ratificando os resultados de estudos anteriores, como os de Silva (2005, 2003), Souza (2009) e Araújo (2014). A concordância nominal no SN sujeito, com efeito, interfere na aplicação da regra da concordância verbal, reafirmando assim o *princípio da coesão estrutural*, postulado por Lucchesi (2000), bem como o princípio geral do paralelismo de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, defendido por Scherre e Naro (1993).

Dessa forma, se há concordância no SN sujeito, há uma maior probabilidade de acontecer a concordância verbal, o que revela uma coesão gramatical nas escolhas do falante ao longo de sua cadeia discursiva.

### 5.2.1.2 Saliência Fônica

Como é possível observar na Tabela 9, o fator que obteve um maior favorecimento foi o nível 5, ou seja, *Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (bateu/bateram)*, com peso relativo de .769, seguido do nível 6 *Acréscimo e mudança de raiz (é/são)* com .759 e do nível 4 *Ditongação e/ou mudança na qualidade (tá/tão)* com .699. Os dados mostram que 90 das 194 do nível 5 exibem a concordância, correspondendo a 46,4%; que em 35 das 87 do nível 6, correspondendo a 40,2%; e em 76 das 214 do nível 4, correspondendo a 35,5% do total de ocorrências.

Já o fator que mais desfavoreceu a aplicação da regra de concordância foi o nível 1 *Nasalização sem mudança de qualidade da vogal (conhece/conhecem)*, com peso relativo de .200. Em seguida, tem-se o nível 3 *Acréscimo de segmento no plural (diz/dizem)*, com .360, e por fim o nível 2 *Nasalização com mudança de qualidade (ganha/ganham)*, com peso relativo de .375. Os dados mostram que 9 das 94, correspondendo a 9,6% das ocorrências, produziram a aplicação da regra de concordância no nível 1; 22 das 113, correspondendo a 19,5% das ocorrências, no nível 3 e 98 das 621, correspondendo a 15,8% de concordância no nível 2 também realizaram a concordância verbal. A seguir observem as sentenças retiradas dos *corpora* que exemplificam as variáveis exibidas na Tabela 9<sup>31</sup>.

(81) “eles **pode** até se *conformá*.” (Inf. 08 pp-r-S)

(82) “Antigamente as *professora era* mais ágil.” (Inf. .01 pp-u-CHC)

(83) “Eles **faz** no fogão a gás.” ( Inf. 11 pp-r-S)

(84) “Os mais velhos **tão** conversando.” (Inf. 04 pp-u-CHC)

(85) “eles **levavam**.” (Inf. 02 pp-r-S)

(86) “Eles **são** esperto.” ( Inf. 04 pp-u-CHC)

<sup>31</sup> As sentenças aqui exibidas exemplificam as variáveis na mesma ordem que aparecem na Tabela 08.

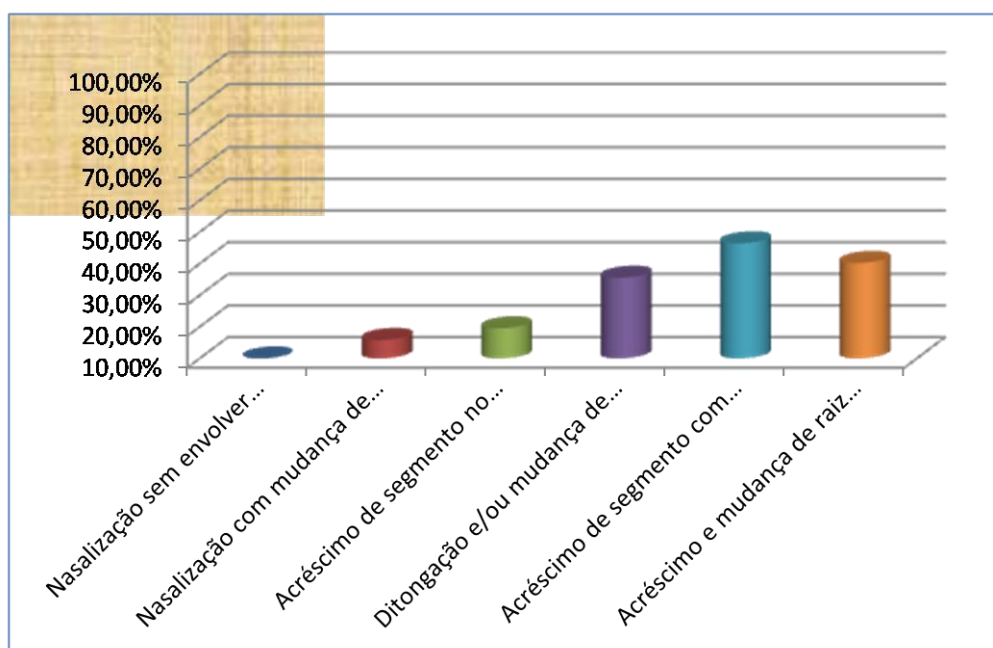


**Tabela 9: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Saliência fônica* (nível de significância: .029)**

<b>Saliência Fônica</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>1. Nasalização sem envolver qualidade (conhece/conhecem)</b>	<b>9/94</b>	<b>9,6%</b>	<b>.200</b>
<b>2. Nasalização com mudança de qualidade (ganha/ganham)</b>	<b>98/621</b>	<b>15,8%</b>	<b>.375</b>
<b>3. Acréscimo de segmento no plural (diz/dizem)</b>	<b>22/113</b>	<b>19,5%</b>	<b>.360</b>
<b>4. Ditongação e/ou mudança na qualidade (tá/tão)</b>	<b>76/214</b>	<b>35,5%</b>	<b>.699</b>
<b>5. Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (bateu/bateram)</b>	<b>90/194</b>	<b>46,4%</b>	<b>.76</b>
<b>6. Acréscimo e mudança de raiz (é/são)</b>	<b>35/87</b>	<b>40,2%</b>	<b>.759</b>
	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>	<b>.424</b>
<b>Total</b>			

O Gráfico 4 permite a visualização das informações contidas na Tabela 9:

**Gráfico 4: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Saliência fônica***



A hipótese para este grupo de fator era que as formas mais salientes, ou seja, mais perceptíveis fossem as que mais favoreceriam a aplicação da regra de concordância. No geral, os dados confirmam o princípio da saliência fônica, as formas mais salientes tendem a ser mais marcadas com o plural. As exceções, exibidas pelo resultado, estão no fato de que o nível 2 apresenta um maior favorecimento a aplicação da regra do que o nível 3 e o nível 5 favorecer mais que o nível 6, o que difere de vários outros estudos aqui já citados, pois nesses trabalhos o nível 6 é o que apresenta o mais alto favorecimento à realização da concordância verbal, as exceções ficam por conta das pesquisas realizadas por Araújo (2014), na qual se verifica que também o nível 5 apresenta maior favorecimento que o nível 6, coincidindo, portanto com a presente pesquisa. No estudo de Monguilhott (2001), é possível verificar que o nível 4 obteve um maior peso relativo, como anteriormente visto. Já no estudo de Silva (2005), os resultados apresentam coincidência com a presente pesquisa quanto ao favorecimento do nível 2, o qual aponta uma maior favorecimento do que o nível 3.

Vale ressaltar que apesar das oscilações observadas, os dados mostram que há favorecimento da aplicação da regra de concordância levando-se em conta a saliência fônica, dessa maneira, as forma mais salientes tenderão a uma maior possibilidade de que ocorra a concordância.

A *saliência fônica* é a variável que, em todos os estudos variacionistas observados, nesta tese, foi selecionada, demonstrando, assim, que é uma variável de suma importância para o entendimento da realização da concordância verbal do PB. Salienta-se aqui que, como assinalado por Guy (1981), essa variável possibilita a verificação de que no PB ocorre a aquisição da regra de concordância, já que nos ambientes mais salientes ficam mais evidentes os contrastes entre o que determina o padrão gramatical e a fala popular, dessa forma, seguindo e concordando com o entendimento de Guy (1981), verifica-se que os falantes, nesses contextos, buscam a aproximação com a língua alvo, o que corrobora com a ideia da mudança de baixo para cima, na norma popular brasileira, como postula Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006).

### 5.2.1.3 Forma do Último Constituinte do SN Sujeito que está Antes do Verbo

Os dados apresentados na Tabela 10 mostram que a presença do pronome *eles/elas* como último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo é fator que mais favorece a aplicação da regra de concordância com peso relativo de .691 e um percentual de 50,2%, seguido do fator *SN terminado com determinante ou núcleo nominal com marca de plural* com peso relativo de .519 e percentual de 36,4%; já o fator *SN terminado com determinante ou elemento nominal sem marca de plural*, com um peso relativo de .352 e um percentual de 12,9%, e o fator *SN constituído ou terminado por numeral ou pelo quantificador tudo, com* um peso relativo de .210 e um percentual de 12,5%, desfavorecem a aplicação da regra de concordância verbal. Observem os exemplos e a Tabela 10 que exhibe os resultados:

(87) “**Eles** faz aqui.” (Inf. 11 pp-u-CHC)

(88) “Os **meus** não estudaro ni um não.” (Inf. 14 pp-r-S)

(89) “Os *meu estudô, poco* assim.” (Inf. 14 pp-u-CHC)

(90) “As cobra *tudo afugentô*.” (Inf. 18 pp-r-S)

**Tabela 10: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo***

<b>Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
SN constituído pelo pronome <i>eles/elas</i>	102/203	50,2%	.691
SN terminado com determinante ou núcleo com marca de plural	43/118	36,4%	.519
SN terminado com determinante ou elemento nominal sem marca de plural	34/264	12,9%	.352
SN constituído ou terminado por numeral ou pelo quantificador <i>tudo</i>	1/8	12,5%	.210
<b>Total</b>	<b>180/593</b>	<b>30,4%</b>	<b>.424</b>

Para que a visualização seja melhor, os percentuais obtidos no resultado são exibidos no Gráfico 5:

**Gráfico 5: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo***



Como já mencionado anteriormente, a hipótese adotada para este grupo de fator era que havendo marca de plural no elemento adjacente ao verbo ocorresse maior possibilidade de aplicação da regra de concordância, e esta expectativa foi confirmada. A aplicação da regra de concordância foi favorecida quando o elemento adjacente foi o pronome *eles/elas*, seguido de quando o termo adjacente ao verbo estava marcado com o plural. Assim os resultados aqui vistos coincidem com os apresentados por Monguilhott (2001), Araújo (2014), Silva (2005), Vieira (1995) e Resende (2006), isto é, há maior marcação de plural no verbo quando o último termo do SN sujeito é também marcado.

Por outro lado, mostrou-se desfavoráveis a aplicação de regra de concordância o SN constituído ou terminado por numeral ou pelo quantificador *tudo* e quando o SN terminar com determinante ou elemento nominal sem marca de plural.

É importante ressaltar que os resultados aqui exibidos se aproximam dos estudos variacionistas de Araújo (2014) e Silva (2005), quando mostra o desfavorecimento para que ocorra a concordância quando não se apresentam marcas de plural no último elemento do SN anterior ao verbo. Além disso, há coincidência de resultado, com os estudos de Araújo (2014),

Vieira (1995) e Resende (2006), no que tange ao desfavorecimento quando o último constituinte for um numeral. Ressalta-se, ainda, que em Vieira (1995) também se verificou o desfavorecimento da aplicação da regra quando se utilizou o quantificador *todos*.

#### 5.2.1.4 Efeito de Gatilho

Os resultados apontam um favorecimento para a concordância quando há um *estímulo para a concordância* na pergunta do entrevistador. Esse fator obteve um peso relativo de .567 e um percentual de 37%, contra um peso relativo de .176 e um percentual de 12,5% para o fator *sem estímulo para a concordância* na pergunta do entrevistador, que a desfavorece. Os dados comentados acima poderão ser melhores visualizados na Tabela 11:

(91) DOC: E os alunos respeitavam mais que hoje

INF: *Respeitava* ( Inf. 13 pp-u-CHC)

(92) DOC: E batia na porta, e os dono da casa como é? Abria?

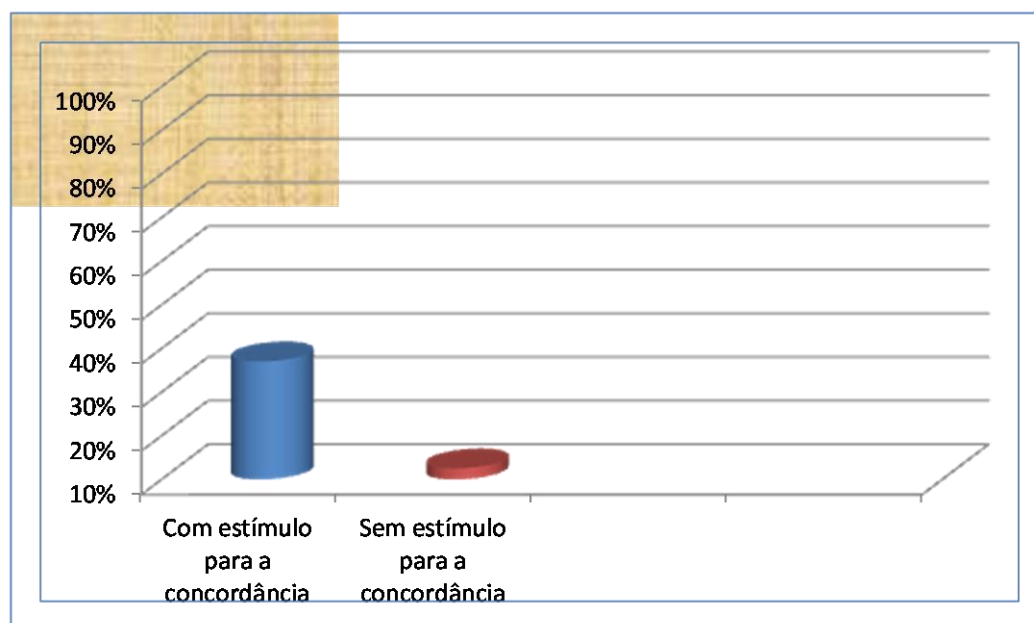
INF: Abria, ham, abria a porta, já ficava tudo *esperano*. (Inf. 14 pp-u-CHC)

**Tabela 11: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Efeito de gatilho***

<b>Efeito de gatilho</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Com estímulo para a concordância</b>	<b>17/46</b>	<b>37%</b>	<b>.567</b>
<b>Sem estímulo para a concordância</b>	<b>1/8</b>	<b>12,5%</b>	<b>.176</b>
<b>Total</b>	<b>18/54</b>	<b>33,3%</b>	

O Gráfico 6 exibe os percentuais encontrados para que se possa melhor visualizar os resultados. Vejam:

**Gráfico 6: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Efeito de gatilho***



A presença da forma verbal flexionada na pergunta do entrevistador favorece a concordância, da mesma forma, o emprego por parte do entrevistador de uma forma verbal não flexionada inibe no informante o uso da regra de concordância, esta era a expectativa em relação à variável *Efeito de gatilho*, o que foi confirmada no presente estudo. Desse modo, os resultados da pesquisa coincidem com os apresentados por Araújo (2014), Vieira (1995), Resende (2006) e Silva (2005).

Apesar disso, pode-se notar, através dos dados, que o falante, na maioria das vezes, não realizou a concordância mesmo sendo estimulado a isso, pois das 46 ocorrências, o plural somente foi realizado em 17, o que vem corroborar a ideia de que, para o falante, não é necessária a marcação do plural em todos os elementos da sentença para que a pluralização seja assim efetivada.



## 5.2.2 As variáveis sociais

### 5.2.2.1 Idade

A Tabela 12 exibe os resultados da aplicação da regra de concordância verbal encontrados em relação à faixa etária dos informantes. Como se pode verificar, os informantes com idade entre 25 a 35 anos, correspondendo a faixa I, nesta pesquisa, obtiveram um peso relativo de .495, com um percentual de 24,5%; os informantes entre os 45 a 55 anos, faixa II, obtiveram um peso relativo de .558, com um percentual de 27,7% e os de 65 anos ou mais, faixa III, obtiveram um peso relativo de .432, com um percentual de 22%. Observem:

**Tabela 12: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Faixa etária* (nível de significância: .029)**

<b>Idade</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>25 a 35 anos</b>	<b>125/511</b>	<b>24,5%</b>	<b>.495</b>
<b>45 a 55 anos</b>	<b>127/458</b>	<b>27,7%</b>	<b>.558</b>
<b>65 anos ou mais</b>	<b>78/354</b>	<b>22%</b>	<b>.432</b>
<b>Total</b>	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>	<b>.424</b>

A seguir está o Gráfico 7, que expressa visualmente os percentuais obtidos.

**Gráfico 7: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Idade***



No tocante a variável idade, era expectativa deste estudo que os mais novos realizassem mais a concordância do que os falantes mais velhos, porém os dados mostraram que são os informantes da faixa intermediária (45 a 55 anos) os que mais fazem concordância, seguidos de os mais novos (25 a 35 anos) e, por fim, os mais velhos (mais de 65 anos). Tais resultados, com pesos relativos próximos e percentuais com poucas oscilações, não apontam claramente para um processo de uma mudança em progresso em direção à aquisição da regra de concordância como esperado. Porém, apesar disso, é possível verificar que são os mais velhos os que menos realizam a concordância verbal, inferindo disso, que também não se pode afirmar que ocorre à perda da concordância como postulado por Naro e Scherre (2007).

## 5.2.2.2 Sexo

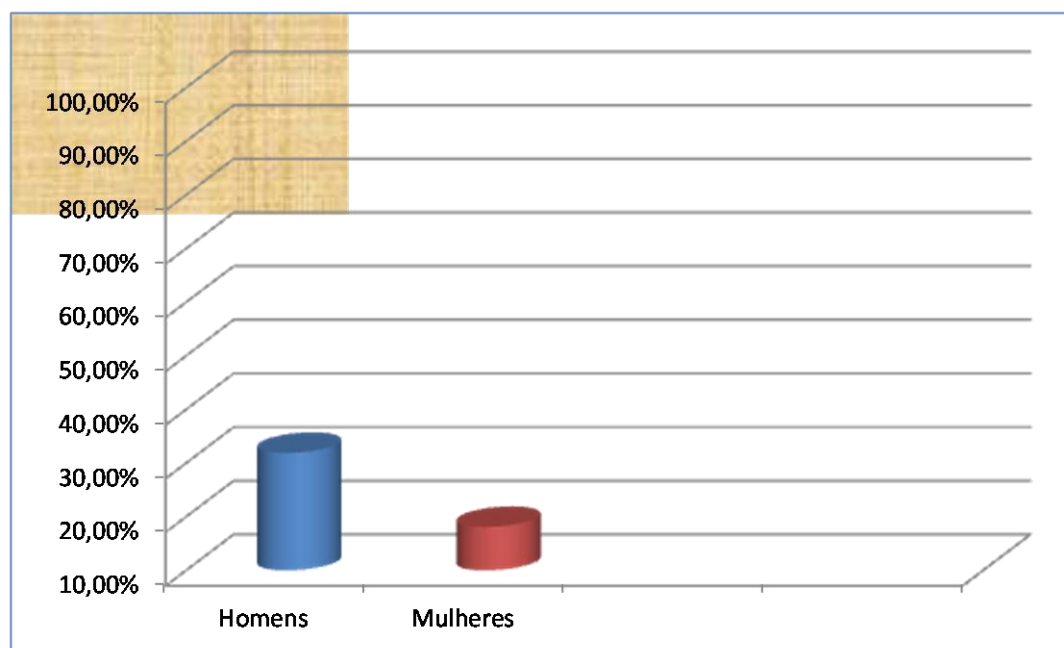
Os resultados mostram um peso relativo de .566, para os homens, perfazendo um percentual de 31,9% e, para as mulheres, um peso relativo de .454, perfazendo um percentual de 18,1%. Observem os dados na Tabela 13:

**Tabela 13: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Sexo* (nível de significância: .029)**

<b>Sexo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Homens</b>	<b>147/542</b>	<b>31,9%</b>	<b>.566</b>
<b>Mulheres</b>	<b>183/781</b>	<b>18,1%</b>	<b>.454</b>
<b>Total</b>	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>	<b>.424</b>

O Gráfico 8 apresenta os percentuais obtidos para melhor visualização. Vejam:

**Gráfico 8: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Sexo***



Como se pode observar, os homens usam mais a variante padrão do que as mulheres, o que confirma a expectativa deste estudo. Esse fenômeno pode ser explicado se levar em conta que, na média, eles estão mais bem inseridos no mercado de trabalho e têm uma vida social mais ampla que as mulheres. Dessa forma, na zona rural ou em pequenas urbanizações, geralmente, cabe à mulher as tarefas domésticas e de cuidar dos filhos e marido, o que impossibilita um maior contato com falantes de outras localidades (*cf.* seção 3.3.2.2.1). Assim, o homem, por ter maior acesso a esses outros falantes, adquire novas formas de falar, ocasionando a interferência de outras falas na sua, incluindo o uso da concordância verbal.

## 5.2.2.3 Estada Fora da Comunidade

Os resultados apontam que os informantes que saíram da comunidade de fala por pelo menos seis meses apresentaram um peso relativo de .423, perfazendo um percentual de 18,4% e os informantes que nunca estiveram fora alcançaram um peso relativo de .562, perfazendo um percentual de 30,2%. Observem a Tabela 14:

**Tabela 14: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Estada fora da comunidade* (nível de significância: .029)**

<b>Estada fora da comunidade</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Ao menos 6 meses</b>	<b>108/587</b>	<b>18,4%</b>	<b>.423</b>
<b>Não esteve fora</b>	<b>222/514</b>	<b>30,2%</b>	<b>.562</b>
<b>Total</b>	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>	<b>.424</b>

No Gráfico 9, é possível verificar os percentuais obtidos para que sejam melhor visualizados.

**Gráfico 9: Frequência de aplicação da regra de concordância verbal com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira segundo a variável *Estada fora da comunidade***



Os resultados obtidos contrariam a expectativa inicial, já que se esperava que os informantes que saíram da comunidade realizassem mais a concordância verbal do que aqueles que nunca saíram, uma vez que saindo da comunidade tais informantes têm um maior contato com outras comunidades, o que se acreditava favorecer a aquisição da regra de concordância.

Talvez uma explicação para esse fato esteja na sócio-história da cidade, pois Cachoeira gozou, por um longo período, de prestígio durante o império, o que levou a então Vila a apresentar um considerável número de moradores e a ostentar uma sociedade com influências, não só política, mas também nos costumes e, certamente, também nas questões linguísticas (*cf.* seção 2.4). Desse modo, é possível que o povo cachoeirano ainda conserve um falar mais próximo daquele que era falado pela elite local de outros tempos, provocando um falar que se aproxima mais do padrão.

### 5.3 VARIÁVEIS NÃO SELECIONADAS

Nesta seção, serão exibidos os resultados das variáveis: *realização e posição do sujeito* e *caracterização semântica do sujeito*, as quais, apesar de não terem sido selecionadas como relevantes pelo pacote de programas GOLDVARB, mostraram-se importantes para o estudo do fenômeno e, por isso mesmo, serão aqui exibidas.

#### 5.3.1 Realização e posição do sujeito

A Tabela 15 exhibe os dados que apontam um maior percentual para a realização da concordância verbal com o *sujeito imediatamente anteposto ao verbo*, com percentual de 29,3%, correspondendo a 198 ocorrências de concordância em um total de 676 ocorrências, seguido do *sujeito não realizado*, com 24,4%, 88 ocorrências em um total de 361; *sujeito posposto*, com 21,1%, 44 ocorrências em um total de 21; *sujeito anteposto ao verbo contendo um Sprep ou uma oração relativa*, com 19,2%, 55 ocorrências em um total de 28; *sujeito retomado por pronome relativo*, com 17,5%, 17 ocorrências em um total de 108; *sujeito anteposto com um ou mais constituintes intervenientes*, com 13,5%, 18 ocorrências em um total de 133, como exposto na Tabela 15:

(93) “As **criança** tão muito *maldosa*” (Inf. 01 pp-u-CHC)

(94) “Os menino vão pra escola *fazê baderna, xingá professor ou bringá na escola, vai com arma pra escola, essas coisa, né.*” (Inf. 03 pp-CHC)

(95) “veio **os neto**” (Inf. 14 pp-r-S)

(96) “As pessoas **de antigamente** tinham uma amizade mais... era mais leal.” (Inf. 09 pp-r-S)

(97) “Uns *boi* **que** sujava a água.” (Inf. 01 pp-u-CHC)

(98) “As pessoas **mais antiga** considerava mais as pessoas.” (Inf. 04 pp-u-CHC)

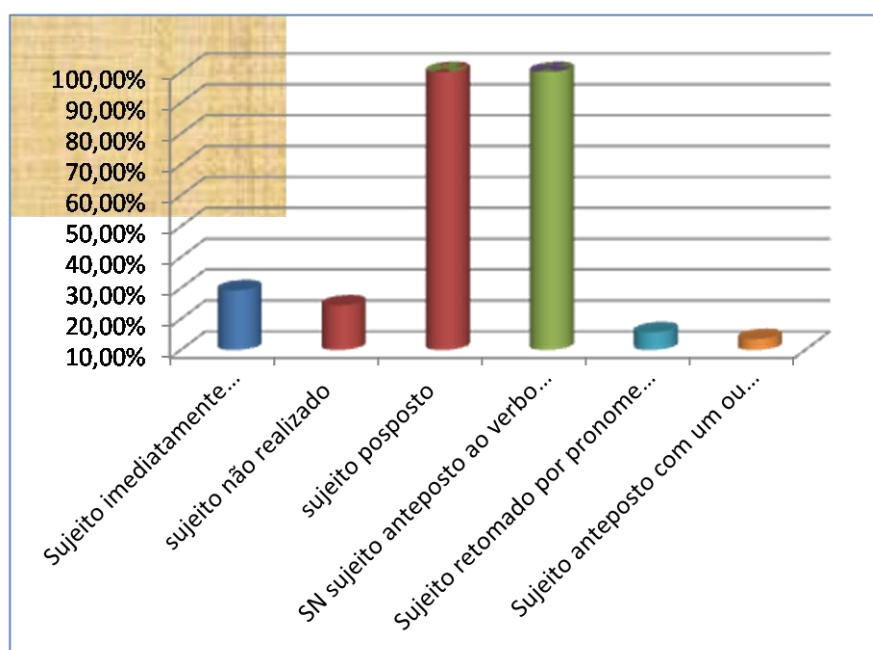


**Tabela 15: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Realização e posição do sujeito***

<b>Realização e posição do sujeito</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Frequência</b>
<b>Sujeito imediatamente anteposto ao verbo</b>	<b>198/676</b>	<b>29,3%</b>
<b>Sujeito não realizado</b>	<b>88/361</b>	<b>24,4%</b>
<b>Sujeito posposto</b>	<b>4/19</b>	<b>21,1%</b>
<b>SN sujeito anteposto ao verbo contendo um Sprep ou uma oração relativa</b>	<b>5/16</b>	<b>19,2 %</b>
<b>Sujeito retomado por pronome relativo</b>	<b>17/108</b>	<b>15,7%</b>
<b>Sujeito anteposto com um ou mais constituintes intervenientes</b>	<b>18/133</b>	<b>13,5%</b>
	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>
<b>Total</b>		

No Gráfico 10, podem-se verificar, visualmente, os percentuais obtidos na variável *Realização e posição do sujeito*.

**Gráfico 10: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo a variável *Realização e posição do sujeito***



Como se esperava, os dados mostram o favorecimento do sujeito imediatamente anteposto ao verbo com maior percentual de aplicação da regra de concordância, o que coincide com os estudos de Souza (2009), Monguilhott (2001), Araújo (2014), Silva (2005), Vieira (1995), Resende (2006). É possível verificar, ainda, que favoreceu a concordância verbal o sujeito não realizado, com o segundo maior percentual de aplicação, seguido do sujeito posposto, o que contraria os resultados dos demais estudos variacionistas sobre o tema, com exceção dos estudos de Araújo (2014), que demonstrou o favorecimento para a concordância do sujeito posposto ao verbo *ser*, e de Silva (2003), no qual também se notou o favorecimento da posposição do sujeito para a aplicação da regra de concordância.

Por outro lado, os resultados apontam que, quando o sujeito for anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes, haverá um menor favorecimento à aplicação da

regra de concordância. O favorecimento para a concordância aumenta quando o sujeito for retomado por pronome relativo e quando o SN sujeito for anteposto ao verbo contendo um Sprep ou uma oração relativa respectivamente.

É possível, então, atestar a importância que a posição do sujeito exerce quanto à aplicação da regra de concordância verbal, ou seja, a posição que o sujeito ocupa na frase, se próximo, ou afastado, se anteposto ou posposto ao verbo, interferirá diretamente na sua realização.

### 5.3.2 Caracterização semântica do sujeito

Os dados mostram que, quando o sujeito exibia o traço semântico [+ *humano*], a regra de concordância foi aplicada em 306 ocorrências de um total de 1206, correspondendo a um percentual de 25,4%, contra 24 ocorrências de um total de 117, nos casos de sujeito com o traço semântico [- *humano*], o que corresponde a um percentual de 20,5%. Vejam os resultados na Tabela 16:

(99) “Os coleguinha não fala hoje.” (Inf. 11 PP-r-S)

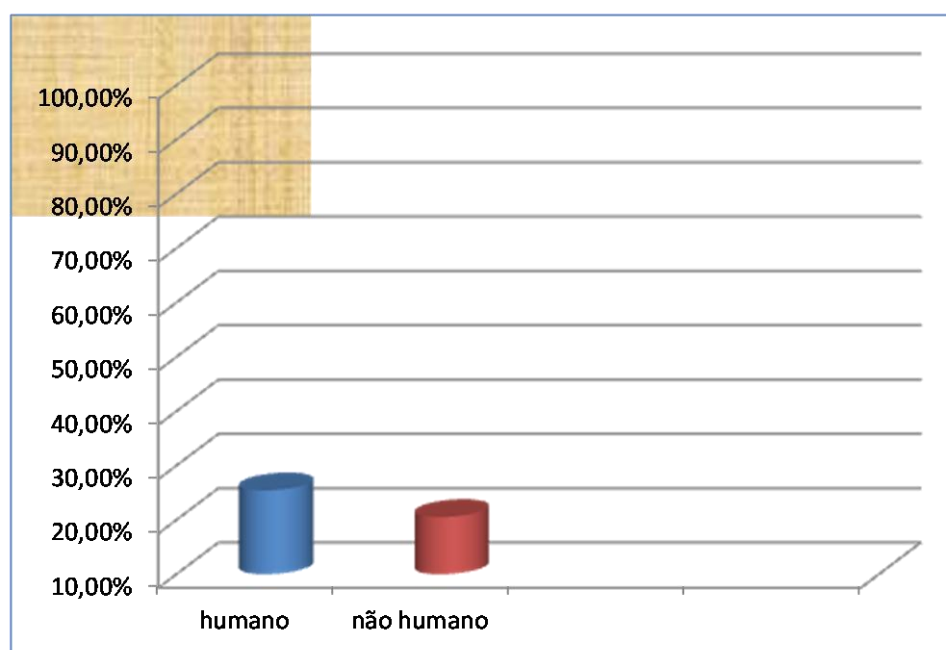
(100) “Os barco encostava ali pra *descarregá* coco.” (Inf. 16 pp-u-CHC)

**Tabela 16: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo o traço semântico + ou - humano do SN sujeito**

Traço semântico	Ocorrências	Frequência
+ Humano	306/1206	25,4%
- Humano	24/117	20,5%
<b>Total</b>	<b>330/1323</b>	<b>24,9%</b>

No Gráfico 11, visualiza-se a aplicação da regra de concordância, segundo o traço semântico humanidade do SN sujeito.

**Gráfico11: Aplicação da regra de concordância com a terceira pessoa do plural no português popular de Cachoeira, segundo o Traço**



**Semântico + ou - humano do SN sujeito**

Como é possível perceber, analisando os dados, há favorecimento para a concordância verbal quando o traço semântico for [+ *humano*], o que vem corroborar os estudos de Monguilhott (2001), Souza (2009) e Silva (2003), confirmando, desse modo, a hipótese adotada. Então, como anteriormente dito, parece claro que esse favorecimento se deva ao fato de se associar ao sujeito a ação verbal o que provoca o favorecimento da concordância quando o sujeito estiver marcado com o plural, demonstrando dessa forma a relação semântica que o falante estabelece para a produção das suas sentenças.

#### 5.4 SINTETIZANDO OS RESULTADOS DA ANÁLISE

Os resultados obtidos nesta análise permitem concluir que os falantes da norma popular de Cachoeira empregaram minoritariamente a regra de concordância verbal, assim, apenas 24,9% das ocorrências exibiram a concordância. Tais dados coincidem com vários estudos observados, o que vem confirmar a ideia de Lucchesi (1994, 1998a, 2001, 2002 e 2006) sobre a polarização do PB, ou seja, na formação do português falado no Brasil, surgem duas grandes normas: a culta e a popular. Nesta última, utilizada pela grande maioria da população, nota-se uma simplificação morfológica decorrente de mudanças produzidas pelo contato entre línguas no passado, que tem como uma de suas manifestações mais notáveis o baixo emprego da regra de concordância verbal, como se pode observar nos dados aqui apresentados.

O estudo demonstrou, ainda, contrariando o que se esperava, um maior número de ocorrências da aplicação da regra de concordância entre os falantes da zona rural. Verificou-se também que a aplicação da regra de concordância verbal é condicionada pelas seguintes variáveis: *concordância nominal no SN sujeito; saliência fônica; forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo; efeito de gatilho; faixa etária; sexo; estada fora da comunidade*. Ressalta-se, ainda, que as variáveis *realização e posição do sujeito; traço semântico humanidade do SN sujeito* mesmo não sendo selecionadas, apontam, através dos percentuais obtidos, para sua importância na aplicação da regra de concordância verbal.

Na concordância nominal no SN sujeito, confirmou-se o princípio da coesão estrutural, ou seja, haverá maior possibilidade de ocorrer concordância verbal se também acontecer à concordância no SN sujeito. Porém, como já se chamou a atenção anteriormente, o número de ocorrências de não aplicação da regra de concordância verbal é muito superior à aplicação, o que vem enfatizar a questão da polarização do PB.

Observando a saliência fônica, verificou-se que, no geral, as formas mais salientes favorecem a ocorrência da concordância verbal, as exceções verificadas, no presente estudo, estão: no nível 5, *Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (bateu/bateram)*, que obteve um maior favorecimento do que o nível 6, *Acréscimo e mudança de raiz (é/são)*, que destoa dos estudos observados, com exceção do estudo de Araújo (2014) que também obteve o mesmo resultado, ou seja, maior favorecimento do nível 5 em relação ao 6. Também se verificou que o nível 3, *Acréscimo de segmento no plural (diz/dizem)*, apresenta um favorecimento menor do que o nível 2, *Nasalização com mudança de qualidade (ganha/ganham)*, a coincidência aqui com o estudo de Silva (2005). Apesar do exposto, deve-se salientar que as formas de singular e plural que mais diferem entre si, apresentam um maior favorecimento para a aplicação da regra de concordância.

Analisando os percentuais obtidos pela variável *formas do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo*, notou-se que tais formas, quando marcadas com o plural, favorecem a concordância, mais uma vez coincidindo com os resultados de outros estudos e com a expectativa desta pesquisa.

O estudo comprovou que a fala do documentador, como também observado em outros estudos, influencia no uso da concordância verbal por parte de quem mantém diálogo com o falante. Desse modo, os dados revelam que quando o documentador usou a forma verbal flexionada favoreceu o seu uso também pelo entrevistado.

Apesar disso, pode-se notar, através dos dados, que o falante, na maioria das vezes, não realizou a concordância mesmo sendo estimulado a isso, corroborando a ideia de que, para o falante, não é necessária a marcação do plural em todos os elementos da sentença para que a pluralização seja assim efetivada.

O presente estudo verificou que os informantes da faixa II, ou seja, da faixa intermediária (45 a 55 anos) são os que mais fazem concordância, seguidos de os da faixa I (25 a 35 anos) e, por fim, os mais velhos (com 65 anos ou mais). Os resultados não apontam

claramente para um processo de uma mudança em progresso em direção à aquisição da regra de concordância como esperado, porém, pode-se perceber que são os mais velhos os que menos realizam a concordância verbal, assim, conclui-se que também não se pode afirmar que está ocorrendo à perda da concordância como postulado pelos professores Naro e Scherre.

São os informantes do sexo masculino os que mais realizam a concordância verbal, assim verificou o presente estudo, o que se esperava, já que, como mencionado, na zona rural ou em pequenas urbanizações, geralmente, cabe a mulher as tarefas domésticas e de cuidar dos filhos e marido, o que impossibilita um maior contato com falantes de outras localidades. O homem, por sua vez, tendo maior acesso a outros falantes, de comunidades diferentes, adquire novas formas de falar, incluindo o uso da concordância verbal.

Não se esperava que os informantes que nunca saíram da comunidade realizassem mais concordância do que aqueles que já saíram, mas os dados revelam o inesperado, são eles, os falantes que nunca saíram da comunidade os que mais produzem concordância verbal, o que talvez possa ser explicado levando em conta a sócio-história da comunidade estudada.

Como já dito, a variável *realização e posição que o sujeito* não foi selecionada pelo pacote de programas GOLDVARB, porém seus resultados mostraram-se interessantes para a compreensão do fenômeno estudado. Os dados apontam o inesperado, o favorecimento da concordância verbal pela posposição do sujeito, já que tal posição é tida como desfavorável para a realização da concordância verbal. Salienta-se que a maioria das pesquisas observadas neste estudo confirmou o desfavorecimento da posposição, as exceções são verificadas em Araújo (2014), que notou o favorecimento para aplicação da regra quando o sujeito estiver posposto ao verbo *ser*, e Silva (2003), que também observou o favorecimento da posposição do sujeito para a aplicação da regra de concordância verbal. Vale observar que, curiosamente, os estudos que apontam esse favorecimento investigaram o português popular e foram realizados em comunidades localizadas no Estado da Bahia.

Coincidindo com estudos anteriores, tem-se o sujeito imediatamente anteposto, o qual favorece a concordância, a queda do favorecimento com o sujeito anteposto com um elemento interveniente, dentro do SN (SPrep ou relativa), ou fora dele, o desfavorecimento do sujeito retomado por pronome relativo, o que está dentro do padrão normalmente encontrado em estudos do fenômeno.

Já na variável *caracterização semântica do sujeito*, que também não foi selecionada como significativa pelo GOLDVARB, verificou-se que quando o sujeito for humano, haverá maior possibilidade de ocorrer a concordância verbal, coincidindo, desta forma, com o que já foi verificado em vários outros estudos, mostrando a importância dessa variável para a realização da concordância entre sujeito e verbo.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, embasado na Sociolinguística Quantitativa, analisou a aplicação da regra de concordância verbal na terceira pessoa do plural na Sede e no Povoado do Saco do município de Cachoeira-BA, e apoiou-se na ideia de que o uso da concordância verbal é minoritário, pois os informantes analisados são falantes do português popular.

A presente análise buscou observar o fenômeno linguístico levando-se em conta questões sócio-históricas da comunidade em tela, o que permitiu a explicação de alguns fatos linguísticos que destoaram de outras pesquisas empreendidas sobre o fenômeno da concordância verbal, já que, nesta tese, adota-se a ideia de que a associação entre a língua, história e questões sociais torna possível o entendimento do porquê de o falante fazer determinada escolha de uso da língua.

Analisando os dados observados na comunidade de fala, percebeu-se, como esperado, que a concordância verbal ocorreu minoritariamente, 24,9% do total de 1.323 ocorrências, contra um percentual de 75,1% de não aplicação da regra, coincidindo, dessa maneira, com os resultados encontrados nos estudos variacionistas do fenômeno em outras variedades do português popular, como verificado no capítulo 3 deste estudo, que também constatou a baixa frequência de aplicação da concordância verbal.

Entretanto, embora ocorra coincidência dos resultados obtidos nesta pesquisa com os de outras, como acima dito, e, desse modo, confirmando, então, a polarização sociolinguística do PB, como postulado por Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2002 e 2006), ou seja, na formação do português falado no Brasil, surgem duas grandes normas: a culta e a popular, esta utilizada pela grande maioria da população, e na qual se nota uma simplificação morfológica decorrente de mudanças produzidas pelo contato entre línguas no passado, que tem na concordância verbal um exemplo de um elevado número de não aplicação da regra, como se pode comprovar neste estudo. Apesar disso, os dados apurados, como vistos, contrariam o que se esperava, uma vez que a zona rural supera a urbana em ocorrências nas quais são realizadas a concordância entre sujeito e verbo. Tal resultado encontrou explicação levando-se em conta questões extralinguísticas, ou seja, é preciso que se analisem as diferenças de comportamento

entre homens e mulheres, bem como a escolarização para que se possa compreender como se processa, no caso, a aplicação da regra de concordância.

O estudo demonstrou, ainda, que o uso da concordância verbal é favorecido pelas seguintes situações:

- a) quando ocorrer concordância nominal no SN sujeito;
- b) em ambientes em que ocorra maior saliência fônica;
- c) quando o pronome “eles” está imediatamente antes do verbo;
- d) quando os informantes são estimulados a concordância pelo documentador;
- e) quando o falante pertencer a faixa etária intermediária;
- f) quando o informante for do sexo masculino.
- g) se o informante nunca morou fora da comunidade

Ressalta-se que os resultados aqui apresentados corresponderam, em quase sua totalidade, aos resultados apresentados pelos estudos variacionistas que já trataram do fenômeno. Destoou disso, o fato de ser o sujeito posposto um dos fatores de estímulo para a aplicação da regra de concordância verbal. Assim, os dados mostraram o inesperado, o favorecimento desse fator, em quase todos os estudos observados tal posição desfavorece o fenômeno, as exceções são observadas nos estudos de Araújo (2014) e Silva (2003), os quais, como o presente estudo, apontam esse favorecimento. Notando-se, ainda, que, curiosamente, tais resultados foram verificados em pesquisas empreendidas no português popular em comunidades localizadas no Estado da Bahia.

Referindo-se aos resultados dessa variável, Silva (2003) diz que tal acontecimento pode ser reflexo de um processo de descrioulização, já que a posposição do sujeito não é comum às línguas tipicamente crioulas. Desse modo, a língua alvo estaria sendo implementada na comunidade de fala por ele estudada. Já Araújo (2014) atribui tal fato a uma maior saliência fônica quando o verbo posposto for o verbo “ser”. As duas argumentações

apresentam-se coerentes e crê-se que possam também explicar o favorecimento da posposição do sujeito no presente estudo, já que, como visto, Cachoeira, apesar de não ser uma comunidade afro-descendente isolada, abrigou, no passado, uma grande quantidade de escravos que adquiriram um português defectivo e assim transmitiram aos seus descendentes e, mais tarde, com os avanços dos meios de comunicação, a universalização da escolarização iniciaram um processo de aquisição da língua alvo, além disso, a cidade abriga uma população que na sua maioria é composta por descendentes dos negros escravos.

Nos vários estudos observados, percebeu-se que os dados recolhidos, na sua grande maioria, mostram que está ocorrendo uma mudança em progresso, na norma popular, em direção ao aumento do emprego da regra de concordância verbal, ou seja, para a aquisição da regra de concordância, o que vem sustentar a ideia da polarização linguística. Contudo, os dados, neste estudo, quanto à variável idade, não apontam claramente para esse processo, para a aquisição da regra de concordância como esperado, pois são os falantes da faixa etária intermediária os que mais realizam a concordância, e não os mais jovens, como se esperava. Porém, apesar disso, este estudo verificou que são os mais velhos os que menos realizam a concordância verbal, o que permite concluir que também não se pode afirmar que está ocorrendo à perda da concordância como postulado por Naro e Scherre (1993, 2007).

Aliado a isso, outro resultado apurado, neste estudo, que causou surpresa foi notar que os falantes que nunca saíram da comunidade produziram uma maior aplicação da regra de concordância verbal, assim, buscou-se uma explicação na sócio-história da comunidade, ou seja, no passado, a elite que habitava a então Vila gozava de grande prestígio, o que, supõe-se, também influenciou na fala, produzindo, dessa maneira, maior aplicação da regra de concordância entre aqueles que nunca saíram da comunidade, e, por isso mesmo, conservaram bem mais a fala local.

Quanto ao uso da concordância em relação ao sexo, foi verificado, nesta pesquisa que, como se esperava, os homens realizam mais concordância do que as mulheres, já que em cidades pequenas ou em zonas rurais são eles que estão mais inseridos no mercado de trabalho e possuem uma vida social mais ampla do que as mulheres.

Como se pode notar, citando Mattos e Silva (2004b) “o português são dois”, um que está nos compêndios gramaticais normativos, que determinam o que se deve, o que se pode ou não falar/escrever e o outro que serve de comunicação, de meio de interação entre as pessoas,

a língua em que os falantes expressam suas emoções, dúvidas, alegrias, tristezas, a língua que os falantes expressam suas vidas.

É relevante destacar também que o presente estudo observou, ainda, que o fenômeno da concordância verbal é visto pelos estudos linguísticos sob uma nova ótica, pois se demonstrou que, para se estabelecer a concordância, não se faz necessário que todos os termos da sentença tenham marcas do plural, como determina a prescrição gramatical, evidenciando, dessa forma, uma visão mais coerente sobre o fenômeno. Assim, como afirma Perini (2002, p. 189), não se violam regras da língua quando não se aplicam as determinações normativas que se referem à concordância verbal, pois, como verificado, nas particularidades sobre o fenômeno exibidas pela restrita visão das gramáticas normativas, é possível perceber que há espaço ali para a variação, apesar da sua veemente condenação dos usos que caracterizam a fala popular. Desse modo, portanto, “são provas mais do que eloquentes de que a norma culta já é outra [...]. Só falta mesmo essa modificação ser reconhecida e aceita pelas instâncias ‘oficiais’ e ‘oficiosas’ da gramática normativa” (BAGNO, 2000, p. 94). Não se pode deixar de destacar que essa rejeição se reflete nos falantes que a usam, provocando o preconceito linguístico, salientando que esses falantes já sofrem o preconceito social, pois não fazem parte da classe dominante.

Diante de tudo que aqui foi exposto, espera-se que os resultados obtidos, nesta pesquisa, tenham contribuído para se ter uma melhor visão sobre o fenômeno linguístico da concordância verbal na terceira pessoa do plural, mais especificamente no português popular brasileiro falado no Estado da Bahia, e que, além disso, possa, de alguma forma, também ajudar no combate ao preconceito linguístico, e, logicamente, social que menospreza, ofende, discrimina, humilha as pessoas que utilizam uma língua sem as amarras normativas, justamente porque são, na sua maioria, pessoas desprovidas de uma educação formal e dos direitos básicos que todo ser humano deveria usufruir.

Assim sendo, é preciso ainda salientar que o final deste estudo não representa a palavra final sobre a concordância verbal na terceira pessoa do plural na cidade de Cachoeira, pelo contrário, espera-se que outros estudos sejam empreendidos para que, cada vez mais, sejam esclarecidos os porquês das escolhas linguísticas feitos pelos falantes, já que tais escolhas não são aleatórias, todas têm uma razão de ser, demonstrando, então, a competência linguística que todo falante possui.

## REFERÊNCIAS

ALÉONG, Stanley. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. *IN*: BAGNO, Marcos. (org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1965.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 341 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2006.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAXTER, Alan. e LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, n.19, p.65-84, mar, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. 17. Reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BURGOS, Luiz Eduardo Simões de. *Estratégias de uso das relativas em uma comunidade de fala afro-brasileira*. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar o português do Brasil. In: CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CARDOSO, Suzana Alice. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 2. reimpressão. São Paulo : Contexto, 2012.

CENSO DO IBGE (2010). Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_dou/BA2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/BA2010.pdf)> . Acesso em 15. outubro. 2013.

CEZARIO, Maria Helena. & VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. IN: MARTELOTA, Mário Eduardo. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAMBERS, Jack. *Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *A língua do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

COSERIU, Eugenio. *Teoria del Lenguaje y lingüística general*. Madri: Gredos, 1978.

CRISTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Bernardo Alves S.A.: Belo horizonte, 1972 [1970].

ELIA, Sílvio. *A unidade linguística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2012. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira>. Acesso em: ago.2012.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 2.ed. São Paulo: Parábola, 2009.

FERREIRA, Manuela Barros. Variação linguística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub. (Org.) *et al. Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.

GUY, Gregory. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. 1981. Ph.D. Dissertation (degree of Doctor in Linguistic) - University of Pennsylvania/University Microfilms International, Pennsylvania.

GUY, Gregory. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre el Español de America y lingüística afroamericana*. Bogotá: Instituto Caio y Cuervom, 1989.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HOUAISS, Antonio. *O português do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Unibrade, 198

ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, William. *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEMLE, Mirian e NARO, Anthony J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Mobral/Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. Revista *Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, p. 17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. Variação, mudança e norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, S.A.M. (Org.). *Diversidade, linguística e ensino*. Salvador: EDUFBA, 1996.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Eds.) "*Substandard*" e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM. 1998a.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística neste século*. Lisboa: Colibri, 1998b.



LUCCHESI, Dante. A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil. In: ZIMMERMANN, K. (Ed.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Madrid: Ibero- Americana, 1999.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português do Brasil*. 2000. 364 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000) (The two great trends of Brazilian Sociolinguistic history (1500-2000)). *Revista D. E. L. T. A.*, n. 17, p. 97-130, jan. 2001.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. *IV: BAGNO, Marcos. (org.) Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v.5, n.1 e 2, p.83-112, 2006.

LUCCHESI, Dante e BAXTER, Alan. A transmissão linguística Irregular. In: LUCCHESI, Dante.; BAXTER, Alan.; RIBEIRO, Ilza. (orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante e RIBEIRO, Ilza. Teorias da estrutura e da mudança linguística e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, Dante.; BAXTER, Alan.; RIBEIRO, Ilza. (orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. In: *Estudos de Lingüística Galega, Santiago de Compostela*, n. 4, julho de 2012, p. 45-65. Disponível em: <http://ilg.usc.es/elg/volume/4/#PESCUDA>.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A concordância verbo-nominal facultativa no português arcaico. In: *Congresso Internacional da Associação de Linguística e filologia da América Latina*. 9. v 4. Campinas: IEL/UNICAMP,1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. IN: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “O português são dois...” novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004b.

MELLO, Francisco José de. *História da cidade da Cachoeira*. Feira de Santana: Radami, 2001.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NARO, Anthony J. *The social and structural dimensions of a syntactic change*. *Language*, 57(1), 1981.

NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. *Revista D. E. L. T. A.* v. 9, nº especial, p. 437-454, 1993.

NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação e mudança linguística: fluxos e refluxos na comunidade de fala. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. 20, 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Garimpando as origens do Português Brasileiro: sobre três estruturas linguísticas radicais. In: NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

NARO, Anthony Julius e SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad. do alemão Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

PAIVA, Maria da Conceição. DUARTE, Maria Eugenia L. (Orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2003.

PERUJO SERRANO, Francisco. *Pesquisar no labirinto: A tese de doutorado, um desafio possível*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

PERINI, Mário A.. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PERINI, Mário A.. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PINTZUK, Suzan. *VARBRUL programs*. University of Michigan, 1988.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933

RESENDE, Terezinha Cristina Campos de. *Dinâmica do contato dialetal: Estudo sociolinguístico de Conceição de Ibitipoca-MG*. 2006. 182 f. Doutorado (Tese de Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROCHA, Rubens. *A Fascinante Cachoeira: jóia do Recôncavo Baiano*. Salvador: Santa Bárbara, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Breve história da língua dos índios vistos por Cabral. *Revista Universa*. Brasília, v. 8, nº 3, p. 541-55, 2000.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1999 [1957].

SANKOFF, David. Variable Rules. In: AMMON, Ulrich, DITTMAR, Norbert. MATTHEIR, Klaus. (eds.). *Sociolinguistics*. New York: Academic Press, 1988.

SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira: III séculos de história e tradição*. Salvador: Contraste, 2001.

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1954.

SCHERRE, Maria Marta Pereira, *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, Gisele Machiline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.) *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira & NARO, Anthony J. *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil*. São Paulo: Delta 9, 1993.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval. (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/BA. *Perfil empresarial de Cachoeira*. Feira de Santana, S/Ed, 1998.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolinguístico de três comunidades rurais do Estado da Bahia*. 2003b. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1951].

SOUZA, Constância Maria Borges de. *A Concordância verbal na fala de Salvador: duas realidades sociolinguísticas*. 2009. 222 f. Tese. (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TARALLO, Fernando Luiz. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (org.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Concordância Verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense*. 1995. 164 f. Dissertação (Mestrado em Língua portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2009 [1968].